



PROFHISTÓRIA

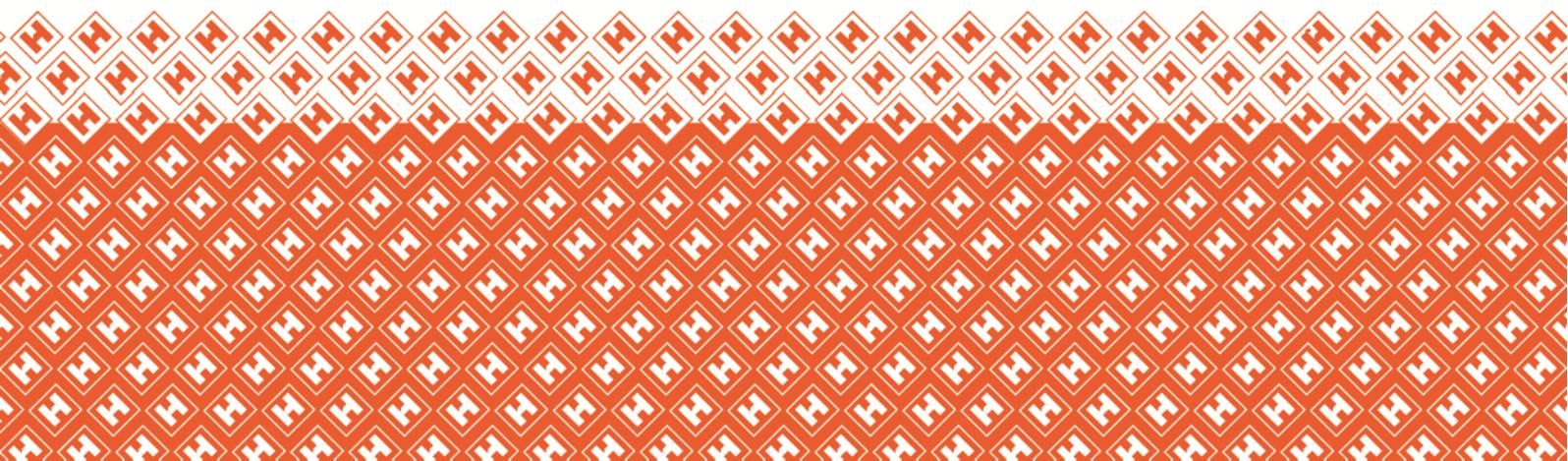
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

VITOR GABRIEL COELHO RIBEIRO

ENTRE SARJETAS:
Lanceiros Negros na Guerra de Farrapos
(1836-1844)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Agosto / 2024



VITOR GABRIEL COELHO RIBEIRO

ENTRE SARJETAS: Lanceiros Negros na Guerra de Farrapos (1836-1844)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de História - Curso Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade Federal de Uberlândia – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz
Co-orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Spini

**Uberlândia/MG
2024**

RIBEIRO, Vitor Gabriel Coelho. **Entre sarjetas: Lanceiros Negros na Guerra de Farrapos (1836-1844)**. Mestrado Profissional em ensino de História (ProfHistória) Universidade Federal de Uberlândia. 2024.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

R484 2024	<p>Ribeiro, Vitor Gabriel Coelho, 1985- Entre Sarjetas [recurso eletrônico] : Lanceiros negros na Guerra de Farrapos (1836-1844) / Vitor Gabriel Coelho Ribeiro. - 2024.</p> <p>Orientador: Guilherme Amaral Luz. Coorientador: Ana Paula Spini. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Mestrado Profissional em Ensino de História. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.632 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. História. I. Luz, Guilherme Amaral, 1974-, (Orient.). II. Spini, Ana Paula, 1966-, (Coorient.). III. Universidade Federal de Uberlândia. Mestrado Profissional em Ensino de História. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 930</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, 2º piso, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3239-4395 - profhis.toria@inhis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ensino de História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, 21, PPGEH				
Data:	vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e quatro	Hora de início:	09h00	Hora de encerramento:	11h00
Matrícula do Discente:	12212HRN016				
Nome do Discente:	Vitor Gabriel Coelho Ribeiro				
Título do Trabalho:	Entre Sarjetas: Lanceiros Negros na Guerra de Farrapos (1836-1844)				
Área de concentração:	Ensino de História				
Linha de pesquisa:	Saberes históricos em diferentes espaços de memória				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Soma: Ações Transdisciplinares				

Reuniu-se, por meio de webconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, assim composta: Professores Doutores: Ana Paula Spini - INHIS/UFU, coorientadora do candidato; Maria Andréa Angelotti Carmo - INHIS/UFU e Ricardo Figueiredo Pirola - UNICAMP. Salienta-se que o Professor Doutor Guilherme Amaral Luz - INHIS/UFU, orientador do candidato, não participou da banca examinadora.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Ana Paula Spini, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Spini, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Andrea Angelotti Carmo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/08/2024, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Figueiredo Pirola, Usuário Externo**, em 27/08/2024, às 11:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5638261** e o código CRC **0FCC9DA1**.

Para Monica, Laura e Luiza,
pela paciência e apoio nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho que foi desenvolvido no decorrer dessa pesquisa teve o apoio de todos os que estiveram envolvidos na minha formação, desde o estudo básico até o desenvolvimento do produto que concluiu toda essa pesquisa. Talvez a melhor maneira de começar esses agradecimentos seja parafraseando Sócrates e aceitando que não sabemos de nada, mesmo quando achamos que estamos no caminho, ou seja, quanto mais aprofundamos nas pesquisas, mais percebemos que não devemos parar de pesquisar.

Devo iniciar esses agradecimentos mencionando três pessoas que estão, estiveram e estarão ao meu lado diretamente e que apareceram na minha vida em momentos distintos: Monica, Laura e Luiza. Monica, minha esposa, que sem sua perseverança e dedicação eu não teria nem mesmo me inscrito para o processo seletivo e por ela e para ela devo muitas honrarias, estando ao meu lado e compartilhando de minhas escritas de manhã, de tarde, de noite ou de madrugada. Laura, minha menina mais velha, minha luz e minha professora em ser calmo e tranquilo, ensinando-me como na tempestade encontrar a calmaria. Luiza, minha pequenina, chegou no início de 2024 e no final deste mestrado, esteve presente desde o útero da mãe, estando carregada de perseverança. Para vocês três, devo meus mais sinceros e dedicados agradecimentos.

O caminho desta pesquisa se fez possível através da orientação iluminada e reflexiva da professora Doutora Ana Paula Spini, me acompanhando durante a pesquisa, auxiliando a tornar a linguagem da escrita mais palatável e aceitável para o meio acadêmico, além de seus questionamentos e reflexões, que esclareciam muitas dúvidas e permitiram ir além do que estava proposto originalmente. Obrigado, Ana, por estar aí por mais de dois anos, com paciência, tranquilidade e perseverança.

Ao professor Ricardo Pirola, agradeço pela leitura e contribuição para a versão final desse trabalho.

Destaco esse espaço para também agradecer aos professores Guilherme Amaral Luz, Gilberto César de Noronha, Maria Andréa Angelotti Carmo e Mara Regina do Nascimento. Gilberto que rerepresentou a História do ensino de História como antes não havia sido tratada, de modo meticuloso e crítico, dedicado ao extremo em destrinchar as informações possíveis e impossíveis. Maria Andréa que nos propôs reconhecer a teoria da História por novas óticas e interpretações, com autores distintos e que estão para além do clássico. Mara, que desde a matrícula deste curso esteve presente na vontade de tê-la como professora na disciplina de

Cidade, patrimônio urbano e ensino de História, cujo conhecimento sobre a temática é fascinante e de admiração. Obrigado, professores. Guilherme, que esteve presente acompanhando nosso desenvolvimento e seguiu permitindo que o caminho fosse trilhado, obrigado.

Agradeço, também, a dois amigos que surgiram no caminho que trilhamos pela vida e que do mesmo modo que chegaram ficaram distantes. Não no pensamento, mas no espaço. Rômulo e Otávio, o biólogo e o historiador, obrigado pelas palavras e paciência tracados, pois aprendi muito com as conversas sobre desenvolvimento social e direito social. Obrigado por me auxiliarem pelo caminho.

Para demais, agradeço a todos que estiveram ou estão relacionados com meu desenvolvimento social, educacional, profissional e pessoal. Obrigado a todos.

No segundo semestre do ano de 2022, participei de uma viagem com intuito de turismo social, no qual ficamos hospedados no Quilombo de Ivaporunduva, no Vale do Ribeira. Durante a noite do primeiro dia da hospedagem, Ditão, importante homem do conselho de liderança do quilombo, se apresentou para uma roda de conversa. Durante a conversa, ele fez uma pergunta para o grupo:

___ Onde começou a família do negro no Brasil?

Ninguém respondeu, e ele me olhou.

___ Você, professor, sabe onde começou?

Com medo de falar algo que pudesse vir a causar um desconforto entre todos, assenti que não sabia e aguardei que ele continuasse.

___ A família do negro no Brasil começou nos quilombos, pois nas senzalas nós não éramos gente – Finalizou Ditão.

A profundidade da fala dele é tamanha que não deve ficar somente na minha memória.

(RIBEIRO, 2022, relato pessoal)

Aqui, a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos, e como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida.

(QUIJANO, 2005, p. 129)

RESUMO

O presente trabalho trata da participação de escravizados na Guerra de Farrapos (1835-1844), em um recorte histórico de 1836 a 1844, quando ocorreu a formação de grupos de infantaria compostos por negros, denominados de Lanceiros Negros, e que atuaram em favor dos reformistas republicanos contra as forças do Império do Brasil. O objetivo desse trabalho é contribuir para a construção de uma educação antirracista, contra o apagamento da luta pela liberdade dos escravizados em acontecimentos históricos laureados em livros didáticos, nos meios de comunicação e na memória histórica nacional. Para a análise das questões étnico-raciais e do tratamento dado à Guerra do Farrapos no Ensino de História, foram utilizados documentos como a Base Nacional Comum Curricular e os parâmetros curriculares dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Após a análise sobre regulação do ensino federal e dos estados citados, foi realizada a pesquisa imagética, o que possibilitou a identificação da pintura *Lancero de la época de Rivera*, de Juan Manuel Blanes, como um ícone para a representação dos lanceiros negros rio-grandenses, consagrado em *blogs* e redes sociais de integrantes de movimentos negros no Brasil. Por outro lado, foi possível confirmar o apagamento dos lanceiros negros na história tradicional do Rio Grande do Sul, incluindo as produções culturais, o que pôde ser verificado na história em quadrinhos *Guerra de Farrapos* (1982). O resultado da pesquisa manifesta-se na forma de uma narrativa gráfica, especificamente como uma história em quadrinhos, que apresenta os lanceiros negros, seus motivos de participarem da guerra e as características que envolvem esses indivíduos na História sul-rio-grandense.

Palavras-Chave: Ensino de História; Produção e difusão de narrativas históricas; Cultura visual, mídias e linguagens; Guerra de Farrapos; Lanceiros negros; História em quadrinhos.

ABSTRACT

The present work aims to present the participation of enslaved people in the War of Farrapos (1835-1844), in a historical period from 1836 to 1844, when the formation of infantry groups composed of black people, called Black Lancers, occurred and who acted in favor of republican reformists against the forces of the Brazilian Empire. The objective of this work is to contribute to the construction of anti-racist education, against the erasure of the struggle for freedom of the enslaved in historical events highlighted in textbooks, in the media and in national historical memory. To analyze ethnic-racial issues and the treatment given to the Farrapos War in History Teaching, documents such as the National Common Curricular Base and the curricular parameters of the states of São Paulo and Rio Grande do Sul were used. After analyzing regulation, of federal education and the aforementioned states, imagery research was carried out, which made it possible to identify the painting *Lancero de la epoch de Rivera*, by Juan Manuel Blanes, as an icon for the representation of black lancers from Rio Grande do Sul, enshrined in blogs and social networks of members of black movements in Brazil. On the other hand, it was possible to confirm the erasure of black lancers in the traditional history of Rio Grande do Sul, including cultural productions, which could be verified in the comic book *Guerra de Farrapos* (1982). The result of the research is manifested in the form of a graphic narrative, specifically as a comic book, which presents the black lancers, their reasons for participating in the war and the characteristics that involve these individuals in the history of Rio Grande do Sul.

Keywords: History Teaching; Ragamuffin revolution; Farrapos War; black spearmen; Massacre of Porongos; Decolonial; Iconography; Imagery; Comic.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 – Página do livro didático FDT sistema de ensino, com ilustração de Garibaldi e Bento Gonçalves	40
Figura 02 – Página do livro didático FDT, referenciada, para consulta do texto	41
Figura 02 - Inferno dos negros ou Purgatório dos negros em razão da forma extremamente rude com que tratavam os escravos. Aquarela sobre papel (15,3 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret, 1823. Domínio público, Museus Castro Maya	52
Figura 04 – Gravura do livro Negros na Revolução Farroupilhas, de Moacyr Flores, página 62	79
Figura 05 - Ritratto di Livio Zambecari in tenuta militare, pintura de origem anônima e disponível no acervo do Museo Civico del Risorgimento de Bolonha/Itália	81
Figura 06 – Comparação das representações: à esquerda o lanceiro do retrato de Lívio Zambecari e à direita a figura do livro de Moacyr Flores, montagem pessoal	82
Figura 07 – Gravura de Giuseppe Garibaldi e seu acessor, Andrea Aguyar, disponibilizadas pelo Museo Civico del Risorgimento de Bolonha/Itália	83
Figura 08 – Gravura de autoria de Arthur John Strutt, que representa Andrea Aguyar e Giuseppe Garibaldi, pertencente ao acervo da biblioteca de Forlí, Itália	84
Figura 09 – Gravura de autoria de Arthur John Strutt, que representa Andrea Aguyar, Giuseppe Garibaldi e os Casacas Azuis, pertencente ao acervo da biblioteca de Forlí, Itália	85

Figura 10 – Capa do livro O Negro do Rio Grande Heroico (1725-1879), de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, utilizada no material do Cel. Claudio Moreira Bento	86
Figura 11 – Quadro Lancero del la época de Rivera, datado aproximadamente da década de 1860, de autoria de Juan Manuel Blanes	87
Figura 12 – Reprodução de Escort of President Fructuoso Rivera, contida na dissertação de Borucki	90
Figura 13 – Imagem comemorativa encontrada no site da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul, com a representação do lanceiro de Blanes como um Lanceiro Negro farroupilha	92
Figura 14 – Imagem de representação dos Lanceiros Negros, disponível no Portal Geledes, com o lanceiro de Blanes	92
Figura 15 – Take do filme Netto perde sua alma, na qual os lanceiros negros são idealizados com similaridade ao lanceiro de Blanes	93
Figura 16 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Clarissa Lima, jornalista e assessora ligada à Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul desde 2020 e a data do ensaio, e Ângelo Ilha da Silva, procurador regional da República	95
Figura 17 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Jorge Euzébio Assumpção, professor de pesquisador da Unisinos, e Iris Helena Medeiros Nogueira, magistranda do tribunal de justiça do Rio Grande do Sul (primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul)	96
Figura 18 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Antonio Carlos Côrtes, jornalista, psicanalista, advogado e professor, e Loma Pereira, cantora, compositora e ativista	96

Figura 19 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Jeferson Tenório, carioca radicado no Rio Grande do Sul, escritor e vencedor do prêmio Jaboti pelo livro O avesso da pele, e Daniel Vicente de Medeiros, motorista do Ministério Público Federal	97
Figura 20 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Valéria Barcellos, cantora, atriz e performer, Diane dos Santos, nove vezes medalhista em competições de ginástica artística	97
Figura 21 – Charqueada do Brasil, aquarela sobre papel (15,3 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret, 1827. Domínio público, Museus Castro Maya, que serve de modelo para as representação em nosso produto	100
Figura 22 – Negro conduzindo tropas no rio grande do sul Aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret. Domínio público, Museus Castro Maya, que serve de modelo para as representação em nosso produto	101
Figura 23 – Litogravura Charqueadas gaúchas, por Jean-Baptiste_Debret, que serve de modelo para as representação em nosso produto	102
Figura 24 – Recorte da história em quadrinho Tintim no Congo, que apresenta de maneira estereotipada os africanos sob uma narrativa eurocêntrica	103
Figura 25 – Representação negra em histórias em quadrinhos estadunidenses, inspiradas na imagem do menestrel, obitidas no livro de Nabu Chinen, O Negro nos quadrinhos, página 49	104
Figura 26 – Representação do negro em histórias em quadrinhos brasileiras, que segundo Chinen (2019), são inspiradas na representação estadunidense e no estereótipo do menestrel. Imagem obtida do livro O negro nos quadrinhos, de Nibu Chinen	105
Figura 27 – Representação de garoto negro da história em quadrinhos A Guerra de Farrapos, de Tabajara Ruas e Flávio Colin, página 05, da re-edição e 2017 pela editora Comix Zone	106

Figura 28 – Ilustração de Flávio Colin, representando os soldados farrapos que foram liderados pelo General Canabarro, no Cerro de Porongo, no dia anterior ao ataque das tropas imperiais que resultariam na morte dos Lanceiros negros	107
Figura 29 – Narrativa gráfica de Flávio Colin que apresenta o ataque ao Cerro de Porongos, como uma emboscada. O detalhe é a falta representação de personagens negros aqui	108
Figura 30 – Representação de jovens negros na Angola Janga, de Marcelo D’Salete, página 25	109
Figura 31 – Ilustração de D’Salete que possibilita identificar indivíduos não negros, com variação no tipo de cabelo, contorno do cabelo, tipo de lábios, formato de olho, além das indumentárias utilizadas	110
Figura 32 – Ilustração de D’Salete que possibilita identificar indivíduos negros, diferenciados por tipo e cabelo, por estética de cabelo, por contornos de nariz e lábios, além do formato dos olhos e dos adereços utilizados	110
Figura 33 – Obra a Expedição à Laguna, de Lucílio de Albuquerque, datada de 1916.....	142
Figura 34 – Foto de Seival, um dos lanchões utilizados por Garibaldi, sem autoria registrada... ..	143
Figura 35 – Giusepe Garibaldi, à esquerda, e Bento Gonçalves, à direita.....	143
Figura 35 – Retrato de David Canabarro.....	144
Figura 36 – Obra Lancero de la época de Rivera, de Juan Manuel Blanes, datada de meados de 1860. A imagem serviu de modelo para desenvolver os desenhos dos negros.....	144
Figura 37 – Folha redigida e assinada pelo Barão de Caxias, identificando o fim da Guerra de Farrapos.....	145

Figura 38 – “Inferno dos negros”: em razão da forma extremamente rude com que tratavam os escravos. Aquarela sobre papel (15,3 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret, 1823. Domínio público, Museus Castro Maya. Imagem serviu de base para desenvolver o traço dos negros.....146

Figura 39 – Charqueada do Brasil, aquarela sobre papel (15,3 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret, 1827. Domínio público, Museus Castro Maya. Imagem serviu de base para a ilustração da charquearia.....146

Figura 40 – negro conduzindo tropas no rio grande do sul Aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret. Domínio público, Museus Castro Maya. Imagem serviu de base para desenvolver o desenho dos negros.....147

Figura 41 – Litogravura que representa uma charquearia, elaborada por Debret. Serviu de base para a ilustração da charquearia.....147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA	21
1.1. – A BNCC e as diretrizes de São Paulo e Rio Grande do Sul	32
1.2. – A Gerra de Farrapos: porta de entrada para compreender o negro na sociedade.....	19
1.3. – Negros Farrapos: Armados, destituídos de si, massacrados e apagados.....	55
1.4. – Indivíduos negros farrapos e os modos de obter a libertação	72
2. A IMAGEM DOS NEGROS FARRAPOS: PROCURANDO POR REPRESENTAÇÃO	79
2.1. – Breve análise da representação do negro na narrativa gráfica	102
2.2. – A narrativa gráfica para o ensino de História: potencialidades de unir imagem e História	111
3. A REPRESENTAÇÃO NEGRA NA GUERRA DE FARRAPOS NA LINGUAGEM DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS	116
3.1. – Negros farrapos entre sarjetas	117
FONTES	148
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

Para podermos iniciar corretamente essa introdução se faz necessário explicar o conceito de sarjeta utilizado na nomeação desta dissertação. Aqui, temos uma palavra que comumente é utilizada para designar o meio-fio das vias, na qual determina o limite entre uma calçada e uma via de veículos, uma rua. Porém, em nossa pesquisa e no título desse trabalho o conceito da palavra sarjeta é o utilizado nas artes de narrativa sequencial, nas histórias em quadrinhos, que representam o espaço entre um quadrinho de narrativa gráfica e outro. Assim, temos as sarjetas como limitadores de comunicação nas histórias de quadrinhos, que traçam onde termina uma narrativa e onde começa outra, de mesma forma, podemos compreender que a sarjeta das vias representa um local destinado a ficar aquilo que não deve ficar no caminho, que deve ser deixado de lado. Em sentido figurado podemos expressar assim a História do negro no Brasil, que ficou por grande parte da História do Brasil na sarjeta. Esse duplo sentido é o utilizado em nosso trabalho.

Quando iniciamos nossa pesquisa, que resultaria na presente dissertação, o título escolhido para guiar nossa procura por informações e resultados foi Entre Sarjetas: Lanceiros negros na Guerra de Farrapos (1836-1844), e estávamos certos de que o título era muito direto e objetivo para apresentar o conteúdo desta. Após a qualificação, um dos professores nos fez um apontamento que até o momento não nos havia passado pela cabeça: o que eram as sarjetas que nomeavam o presente trabalho?

A cada vez que foi preciso alterar esse trabalho, desenvolveu-se o sentimento de que estávamos trabalhando em uma miscelânea, mas ao analisar tudo o que foi estudado e que serviu de base para essa pesquisa, encontro uma unidade na informação desenvolvida ao longo do tempo dedicado para essa pesquisa.

Originalmente, esse trabalho trataria apenas da imagem como meio de ensinar História, mas com o tempo, e aprofundamento nas leituras e pesquisas, o meio tornou-se ferramenta, passou para instrumento e finalmente, depois de ser lapidado na compreensão de sua real extensão, assumiu a forma de linguagem. O meio que era a imagem foi delimitado para a produção de narrativas gráficas como linguagem no ensino de História, mas sem abandonar a análise dos materiais imagéticos desenvolvidos ao longo dos séculos XIX e XX.

A jornada desse trabalho tem início há mais de dez anos, quando concluiu a graduação em História e me tornava professor. Minha primeira turma, designada durante o ano de 2012, foi para o ensino de Geografia e não de História, pois não havia

profissionais na área de Geografia que quisessem assumir aula na escola ao qual consegui lecionar. Escola periférica, distante do centro da cidade de Ribeirão Preto, no bairro em que fui criado por alguns períodos da infância e da adolescência. O público alvo desta escola era a população de duas grandes comunidades, favelas, da cidade: Nova Ribeirão, a mais antiga e no caminho dos romeiros para a Festa do Bom Senhor Jesus da Lapa da cidade de Jardinópolis, e Mario Covas, com aproximadamente dez a quinze anos de existência e que fica na via expressa da cidade. Ambas as comunidades são a margem de um bairro periférico, desenvolvendo-se como um contorno à área do bairro.

Por que falar da escola ao qual iniciei minha função enquanto professor e da realidade do público alvo da unidade escolar em questão? Devido ao que passou a ser perceptível apenas após estar dentro de sala de aula e de ter contato com as diversas realidades em que a bolha pessoal não possibilitava visualizar ou compreender: a exclusão, a desigualdade – social, familiar, econômica – e as múltiplas realidades, distantes e ao mesmo tempo unidades na marginalidade urbana.

Marginalidade aqui como aquilo que fica na margem, que está longe do centro e não como foi associado, comumente, ao não legal ou não correto.

Estávamos distante do centro urbano de tal forma que ao sair de casa para seguir para o centro da cidade, a fala utilizada era: vamos para a cidade.

O indivíduo que cursou História, que esteve em sala de aula na condição de estagiário, que se achava como professor, se tornou professor apenas quando realmente pode estar na sala de aula como regente e perceber que independente do que sabia sobre História, era preciso ir além e buscar aprender mais, sempre aprender, pois sem estar aprendendo não se pode ensinar. E o que era esse aprender constante? É aceitar que os estudantes, independente das suas idades e níveis de escolaridade tem conhecimento para trocar, experiências para ofertar e que o processo de ensino-aprendizagem não ocorre em via única. A prática desse discurso é muito mais real do que apenas a sua teoria.

O trabalho que desenvolvemos envolveu caminhos de pesquisa diversos e que convergiram em um ideal: trazer o negro como protagonista para o ensino de História, através do uso da linguagem de narrativa gráfica – Histórias em quadradinhos – e apesar de utilizar ilustrações para as representações, foi desenvolvido uma análise de como esses indivíduos foram retirados da equação social que os colocaria como protagonistas de suas histórias.

No primeiro capítulo, com foco na perspectiva decolonial, nas regulamentações e formações dos Parâmetros Curriculares do Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul,

analisamos a História da Guerra de Farrapos, aspectos da História dos negros na sociedade sul-rio-grandense, identificando a simbologia da imagética do gaúcho enquanto ideal a ser seguido de cidadão em um sociedade idílica, democrática.

O conflito que ocorreu na região sul do Império do Brasil no século XIX e que teve por duração uma década, de 1835 até 1845, tem como imagética homens brancos, de traços europeus – caucasianos – em figuração de austeridade, simbolizando heróis que foram registrados na historiografia tradicional sulista, e nacional, representando ainda o ideal de gaúcho – na convicção de uma micro nação dentro de uma macro nação - regional, gaúcha, e a nacional, brasileira. Nessas representações imagéticas o negro, o mestiço, o pardo, e todo aquele que não tem aparência de herança europeia não foi registrado, com salvas e escassas exceções. A análise dessas representações, acessíveis no meio digital, oferece-nos a possibilidade de avaliar suas biografias – das imagens – tal como propõe Ulpiano Bezerra de Menezes, considerando o processo de sua produção, circulação e ação. Essa avaliação é crucial para que se possa definir a imagética dos lanceros negros a ser utilizada no produto final.

No contexto da Guerra de Farrapos, no penúltimo ano do conflito, três meses e 17 dias antes do término da longa Guerra, ocorreu um Massacre no Cerro de Porongos que serviu de retirada de campo a pauta do fim da escravização que era defendido, em parte e com ressalvas, pela República Riograndense. Esse acontecimento não é tratado em livros de História e até mesmo acadêmicos desconhecem esse Massacre, mas sobre a Guerra de Farrapos, aprendida e estudada na condição de Revolução Farroupilha, todos conhecem.

Como a historiografia tradicional acabou não registrando a presença dos negros no conflito, a memória popular, ilustrada pela imagética de heróis brancos que lutaram contra o tirano da monarquia, perpetuou a ideia de uma guerra de brancos, de origem europeia, em terras escravocratas.

No segundo capítulo, apresentamos a procura realizada durante a pesquisa por representações imagéticas dos negros, em especial ao Negro Farrapo e tratamos, brevemente, da imagem do negro na narrativa gráfica ao longo do século XX, finalizando com uma análise reflexiva sobre o uso de histórias em quadrinhos no ensino de História.

A imagem adotada como representando do negro na Guerra de Farrapos é de autoria uruguaia e elaborada duas décadas após o término do conflito em questão, intitulada *Lancero de la época de Rivera* e de autoria de Juan Manuel Blanes. É única obra do autor a retratar um indivíduo negro como figura central e podemos dizer que é uma *Monalisa* entre as representações imagéticas encontradas.

Trazemos também a análise da obra de narrativa gráfica, intitulada Guerra de Farrapos, dos autores Tabajara Ruas e Flávio Colin, em que identificamos que não havia menção ao corpo de cavalaria de formação negra, chamados de lanceiros negros. Por se tratar de uma obra de história em quadrinhos historicamente datada, passamos a analisar essa obra como um sintoma do apagamento desses soldados negros que lutaram ao lado dos farroupilhas.

É necessário então que haja uma produção que possa ser utilizada no ensino de História, que contraponha o tradicionalismo e que sirva de apresentação da história do negro em acontecimentos da História do Brasil, como protagonistas, não apenas como fundo ou na margem das representações. Propomos a produção de uma narrativa gráfica, como produto desse mestrado, para o ensino da História do Massacre dos Lanceiros Negros.

Para isso, analisamos comparativamente duas narrativas gráficas, Guerra de Farrapos, produzida sem o interesse de ser utilizada como linguagem para o ensino de História, e Angola Janga, de Marcelo D'Saete, produzida como resultado de estudo sobre a História do Quilombo de Palmares e de Zumbi, com o objetivo de ser uma linguagem para o ensino de História.

Concluimos nossa pesquisa com a apresentação do terceiro capítulo que se trata de uma história em quadrinhos, elaborada para apresentar a participação do negro na Guerra de Farrapos, que apresenta o posicionamento do negro na sociedade do São Pedro do Rio Grande, atual Rio Grande do Sul, e o uso desses homens como ferramenta motriz do conflito dos Farrapos, no qual propomos reflexões sobre a existência contínua da busca pelo fim da condição de escravizado, mesmo que de maneiras diferentes. O produto que finaliza essa pesquisa tem como objetivo o trabalho no ensino de História para estudantes do oitavo ano do ensino fundamental e segundo ano do ensino médio, além de qualquer indivíduo que possa ser alcançado pelo material, com o intuito de fornecer base para compreender que o negro na História do Brasil esteve muito além do que comumente é apresentado, que o negro era protagonista na gana ditar seu destino.

1 – REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA

Apesar de ser professor, graduado em História e Geografia, acabamos carregando conosco alguns conceitos, inculcados ainda nos nossos primeiros anos como estudantes do ensino básico por toda a vida. Conceitos esses que na infância não nos permitiam compreender exclusão e racismo, mesmo que estivessem presentes em comportamentos de grupos ou nas brincadeiras de crianças, que podemos afirmar, hoje, que de brincadeiras nada tinham.

Envelhecemos, desta maneira, sem entender o que se passava ao redor, reproduzindo pensamentos dos familiares e/ou professores que estavam em nosso desenvolvimento. O pensamento errático de não existência de racismo ou de que a exclusão é o resultado da falta de vontade de trabalhar, estiveram presentes em grande parte de minha adolescência e somente na vida adulta começamos a ficar incomodados com tudo o que era real na nossa sociedade.

Os espaços de convivência são repletos de estruturas que demonstram a exclusão, quase perpétua, na organização social brasileira. Ao ocupar um determinado local, tornando-o lugar, os indivíduos que tomam essa atitude, a de ocupação, também colocam nesse espaço a maneira de ver e compreender o mundo. Se esses indivíduos estão formados de maneira excludentes, logo, reproduzirão essa exclusão.

Quantos espaços pelos quais passamos não tem a exclusão aparente? Em todos os locais encontramos pessoas pretas, brancas, pardas, de orientações sexuais diversas e de ampla gama de religiosidades? As representações simbólicas presentes na sociedade são todas inclusivas e pertencentes aos mais variados grupos que constituem a sociedade?

Essa separação pelo qual a sociedade se forma é uma violência histórica, mantida por séculos na cultura brasileira e anterior ao sentido de ser brasileiro, pois, “a violência como sintoma social tem um viés de classe e de cor que faz lembrar de outro trauma ainda não elaborado: o trauma da escravidão” (FARIAS; SILVA; OCARIZ; NETO, 2018, p.11). São espaços de (con)vivência, repletos de violência histórica provocada pela escravidão e sua conseqüente não resolução.

Ao tratar da temática do racismo e da estrutura de segregação social devemos buscar refletir sobre a ocupação desses espaços: quantos professores negros atuam em cada unidade escolar? Com quantos indivíduos negros temos uma relação de trabalho ou

de estudo? O que é ser negro no Brasil?¹

Esses questionamentos podem nos ajudar a compreender a realidade do privilégio branco em uma sociedade segregacionista e excludente.

[...] Aquelas violências que masi conquistam repúdio ou atração são exatamente aquelas experimentadas “enquanto tal contra um pano de fundo de um grau zero de violência”, ou seja, são percebidas apenas como perturbação do Estado “normal” e pacífico, do cotidiano. A violência “objetiva” – a própria ordem “normal” de nossa organização social – é invisibilizada. Então, o repúdio mais audaz à primeira, acaba, implicitamente, tornando a segunda como parâmetro de normalidade deixando inclusive de ser visto como violência (FARIAS; SILVA; OCARIZ; NETO, 2018, p. 19)

Se nossa formação, enquanto cidadãos, estiver desenvolvida na estrutura de ideias de que a ocupação do espaço tem o branco como aquele que ocupa posições de destaque ou superiores, temos esse como o meio normal e que, de maneira complementar, o preto seja aquele que ocupa os espaços sociais sem destaque ou inferiores. O extrato obtido durante o regime escravocrata no Brasil ainda mantém o branco na posição de senhor e o preto como sujeito aos mandos do senhor, normatizando uma série de situações de racismo, mas que não são vistas pela grande maioria como racismo.

Enquanto não compreendermos, como homem branco, que o normativo nesse contexto é resultado de uma herança escravocrata eurocentrica, estaremos vivendo em privilégios sobre o detrimento de parte da população brasileira, onde a própria proposição de lugares na sociedade como superiores e inferiores é um reflexo dessa exclusão de matriz colonial.

Por tanto, a luta pela verdadeira humanidade – parafraseando Biko² – passa pela negação do racismo, pois quando o negro afirma sua negritude questiona a normativa imposta que atribui ao branco o lugar ideal de superior, apresentando a si, agora, uma branquitude dotada de privilégios. Nesse contexto, cria-se a possibilidade de um encontro menos sustentado em ideias, de inferioridade e superioridade, para que aí sim possamos falar da verdadeira

¹ Essa questão o que é ser negro no Brasil é abordada posteriormente com aprofundamento.

² Stephen Bantu Biko foi um ativista antiapartheid da África do Sul na década de 1960 e 1970. Líder estudantil, fundou o Movimento da Consciência Negra, que capacitava e mobilizava grande parte da população negra urbana. Desde sua morte sob custódia da polícia, ele foi chamado de mártir de um movimento antiapartheid.

humanidade. A luta negra é ,portanto , um caminho importante para toda a humanidade (FARIAS; SILVA; OCARIZ; NETO, 2018, p. 25)

A intenção é propor ao indivíduo, branco, ao menos uma reflexão sobre sua posição nos espaços que ocupa, posição essa de privilégio.

Trabalhar a temática do privilégio ou pensar o privilégio de um conjunto de indivíduos em determinada sociedade pela sua cor de pele ou origem étnica é muito complexo, pois muitos afirmarão, no caso do Brasil, que o racismo não existe e que conseqüentemente posições de diferenciação social são um equívoco, não ocorrendo exclusão. Esse tipo de pensamento muito difundido na sociedade, origina o conceito de democracia racial, cunhado por Gilberto Freyre. Esse conceito de Freyre não tratou da real estrutura da sociedade brasileira: de uma terra ocupada e dominada por europeus, emancipada com o tempo, sem participação dos indivíduos na sua formação em nação e nem em Estado, mas que deixou o senhor, branco, como detentor de privilégios sobre os demais.

Sobre a identidade que se manifesta enquanto branca, podemos compreender que, “a investigação e a análise sobre a identidade racial branca procura problematizar aquele que numa relação opressor/oprimido exerce o papel de opressor, ou por outras palavras, o lugar do branco numa situação de desigualdade racial” (CARDOSO, 2023), portanto, ao não identificar os vícios sociais como de separação dos indivíduos em classe, por cor de pele, estaríamos negando a desigualdade. Do patamar social em que os indivíduos branco se colocam, culturalmente, os problemas dessa sociedade seriam causados pela falta de empenho no trabalho, nos estudos e nas relações sociais.

Podemos compreender que essa ideia de não desigualdade, que provem de uma situação privilegiada de ver a sociedade, é resultado de uma miopia social resultada em um “[...] indivíduo ou grupo concebido como único padrão sinônimo de ser humano “ideal” é indubitavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade e em outras” (CARDOSO, 2010, p. 611 apud RACHLEFF, 2004, p.109; McLAREN, 2000, p. 263; roediger, 2000, p. 1-17)

Por qual motivo apenas após as graduações em História e em Geografia foi possível identificar, de maneira muito nítida, as desigualdades que formam nossa sociedade? A resposta talvez seja simples e paradoxalmente complexa: Simples por minha experiência de vida ter sido privilegiada, por ser hétero, branco e de classe média, e complexa por até antes dos meus vinte e um anos não ter consciência de como essas três

palavras³ possuem um caráter tão definidor e de salvaguardo de preconceitos e exclusões.

É impossível não relacionar os acontecimentos de formação individual e social ao estudar as ciências humanas, pois o resultado desses estudos é a perplexidade perante tudo que havíamos deixado passar por não perceber a estrutura da sociedade como excludente.

O Brasil, em seu conceito de República, tem origem no final do século XIX com a Proclamação da República e fim da monarquia em 1889. Uma Proclamação, que apesar do rompimento com o modelo anterior de Estado, não acabou com a desigualdade na sociedade. O motivo para mudar o modelo de Estado pelo não monárquico e não passar ao povo direitos e justiça se dá pela origem de nosso país: o colonialismo.

Desde a ocupação e dominação do território que hoje formam a República Federativa do Brasil, que a historiografia contemporânea ainda nomeia colonização⁴, ocorreu a separação social em tipos de pessoas, entre as dominadas e as dominadoras, em um ciclo de trabalho braçal aos dominados e de privilégios aos dominadores.

Nossa relação social baseou-se então na ideia de que “[...] raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 177), mantido assim no fim do período colonial, estendido pelo período do Império, que se renova com o fim da escravidão e recebe novas características por todos os períodos posteriores à Proclamação da República e que passados mais de um século do término da escravidão e da monarquia, ainda estrutura nossa sociedade como caracterizada por de origem colonial.

A classificação contemporânea de hierarquia social tem base nas estruturas modernas de colonialismo desenvolvido na América, uma maneira de tornar legítima a dominação.

Como a origem de estrutura social oriunda do domínio por um meio europeu e o racismo consequente podem ter relação? Entendemos que com uma estrutura social gerada pelo trabalho escravo, e que não obteve grandes alterações com o término do trabalho compulsório em 1888, ocorreu um renomear das classes e dos membros das classes sociais, maquiando o que já era habitual. O trabalho braçal era destinado para grupos considerados inferiores e propícios para o desenvolvimento de atividades árduas

³ Conceitos: hétero, branco e classe média.

⁴ Ao qual podemos identificar discussões sobre qual o real sentido de o termo colonizar, ao ponto de haver uma defesa de que o correto ou mais adequado seria denominar o período como Ocupação ou Dominação portuguesa da América, pois é preciso levar em consideração as terras ocupadas pelos portugueses já eram habitadas anteriormente ao ano de 1500.

e pesadas.

Escolhi aqui por usar Chalhoub e Silva⁵, Quijano⁶ e Domingues⁷ para apresentar esse debate inicial devido ao modo das reflexões sobre dominação na concepção de sociedade e compreensão da imagem do negro no Brasil pós-abolicionista pelas explicações desenvolvidas por cada um.

Para tal, Chalhoub e Silva apresentam a estruturação do trabalho e da base social no Brasil, abordando desde o não mencionar o negro como protagonista na relação entre senhor e escravizado até a maneira como a desigualdade na sociedade brasileira se formou pela falta de reconhecimento da ação como nação. Complementarmente, Quijano dedica-se em explicar o que seria uma sociedade gerada pelo colonialismo e Domingues apresenta um conjunto de pesquisas que posicionam o negro na sociedade no início e decorrer do século XX, mesmo que o foco dessas pesquisas sejam a região sul do Brasil.

Chalhoub e Silva apresentam a formação do Brasil, enquanto nação, por uma lacuna de ideais e sentimentos em comum, onde cada grupo de indivíduos é ímpar ao outro, e o Estado acabou assumindo o papel de formar a nação, nessa relação em que o Estado assume o protagonismo, “a narrativa da história torna-se então um exercício teleológico de explicação de uma Nação que apaga os sujeitos e oculta seus conflitos” (CHALHOUB ; SILVA, 2009, p. 16). O mito da democracia racial⁸ se propagou na intenção de instituir uma nação forte, mesmo que na base do engodo.

Anterior ao desenvolvido na década de 1980, ao qual ocorre um verdadeiro aprofundamento na historiografia e como o negro aparece nela, os autores, Chalhoub e Silva, indicam que o negro era coisificado⁹, sendo analisado como sem participação nas decisões e sem força de vontade. Até mesmo a busca pelo abolicionismo, anterior aos estudos da década de 1980, colocaram o negro como antagonista pela liberdade, no qual eram incapazes de agir “sem implodir a ordem social” (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 17).

⁵ Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva são doutores em História e atuam como professores da Universidade Federal de Campinas, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no departamento de História.

⁶ Anibal Quijano foi um sociólogo e pensador humanista peruano, que desenvolveu a teoria da Colonialidade do Poder, ao qual a desigualdade das estruturas sociais contemporâneas são o resultado do desenvolvimento do colonialismo europeu pós século XV.

⁷ Petrônio Domingues, professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe e historiador brasileiro, especializado na História do negro no Brasil pós-abolição.

⁸ Em referência ao defendido por Gilberto Freyre, de que o Brasil teria um povo que não tem racismo e que a sociedade brasileira concede espaço para todos que o busquem.

⁹ Tese de Fernando Henrique Cardoso, que apresenta o negro escravizado como sem ação perante as ações do senhor, dessa forma como um indivíduo-coisa.

No século XIX, no decorrer da segunda metade, Chalhoub e Silva apresentam a disputa de ideais, protagonizada, em lados opostos, por Joaquim Nabuco e José de Alencar. Cada um defensor de uma imagem idealizada da população negra.

Para Nabuco, os escravizados deveriam ter, pelo intermédio do Estado, o acesso à liberdade, enquanto Alencar propunha que apenas os proprietários tinham como decidir o destino da escravidão – o direito da posse sobre o indivíduo era maior que o direito natural à liberdade. Temos um confronto de ideais, mas que “as duas representações têm em comum o fato de tornar os trabalhadores escravos ausentes do processo histórico de sua própria libertação” (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 18).

E o porquê estariam ausentes de protagonismo? Justamente por nenhum dos dois, Nabuco e Alencar, tornarem os negros como isolados e incapazes de participar das decisões.

A ideia de uma democracia racial não se apresentou como real no Brasil, pois, segundo Chalhoub e Silva, “a maior parte da população negra permanecia nos porões da sociedade, sem chance de melhorar suas condições de vida. As possibilidades de ascensão social eram muito limitadas para os negros, sempre discriminados quando competiam com os brancos no mercado de trabalho” (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 19).

Com a formação da História do Brasil estruturada em lacunas, não preenchidas pela ausência de participação de sua população – o brasileiro – e por esse motivo, o Estado assumiu o papel de formador, invertendo a condição de população que se compreende como uma nação e que no resultado do processo estrutura um Estado, esse Estado é que elaborou uma nação formada por grupos diferentes e que não se identificavam como comuns aos demais, essa equação invertida é compreendida como um paradigma de ausência (CHALHOUB e SILVA, 2009 apud COUTY, 1988).

A temática da escravização e da escravocracia que se desenvolveu na América, em especial no Brasil, tratou do negro escravizado como de ação nula sobre os acontecimentos da dominação e da imposição da escravidão, estando com alteração nessa condição de entendimento da privação de protagonismo apenas após os estudos das décadas de 1970/80, quando a historiografia brasileira é questionada sobre o tratamento do negro enquanto parte da sociedade e da formação do Brasil.

Mesmo com o conceito de coisificação dos escravizados questionado, ainda encontramos registros e debates sobre, “ao fim e ao cabo, esse tipo de aproximação concede ao Estado escravista não como sujeito unívoco ou demiurgo da Nação, mas por contradições que permitem a escravos e libertos lutar por objetivos próprios e conquistar

direitos” (CHALHOUB e SILVA, 2009, p. 24), mas como?

Em exemplo a resposta de como e da dualidade do que o Estado previa como resolução particular, Chalhoub e Silva explicam que alguns escravizados cometiam crimes para romper com o poder de posse, ao qual cabia ao Estado dar a resolução ao crime e não ao senhor – fora do privado sem controle da ação de posse sobre o escravizado. Assim,

Eles [, os negros escravizados,] sabiam que parte essencial do processo de desmantelamento da escravidão consistia em submeter o poder do privado dos senhores ao domínio da lei, e por isso aprenderam a solapar a autoridade senhorial colocando-se sob a guarda do poder público, ainda que fosse na condição de réus em processos criminais (CHALHOUB e SILVA, 2009, apud CHALHOUB, 1990)

O resultado da condição original e resultado da dominação europeia sobre a América é apresentado por Quijano como, “o fato é que desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não assalariado com raças dominadas, porque eram raças inferiores” (QUIJANO, 2005, p. 120). Por essa razão temos hoje uma divisão social elaborada no acúmulo financeiro, em que os mais abastados, resultado de privilégios, entenderam que são merecedores do lugar que ocupam, enquanto os menos abastados são culpabilizados por não conseguirem o acúmulo de capital. Edificando-se assim, uma releitura de dominação, onde o classificado como inferior recebe um valor muito baixo como pagamento por seus trabalhos - ao invés do dominado não ser pago pelo trabalho - e é considerado inadequado e pouco recompensado na relação patrão/trabalhador e empregador/empregado – É uma hipótese plausível e que pode ser sustentada pela ideia de sociedade colonial ou sociedade que ainda tem características coloniais.

Para tentarmos compreender o que seria essa sociedade que tem características coloniais podemos propor aqui o entendimento de que durante o período colonial as colônias eram produtoras de matéria-prima para exportação que visava o enriquecimento e acúmulo de riquezas pela metrópole dominante da colônia produtora. No caso do Brasil, é de conhecimento geral e comum, a metrópole era Portugal.

Hoje essa dinâmica recebe novas características, em uma roupagem contemporânea e a matéria-prima pode ser chamada de commodities e apesar da independência política brasileira, somos dependentes economicamente de outros Estados

que importam nossas commodities.

Portanto, “essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das forças integradas no capitalismo mundial” (QUIJANO, 2005, p. 120), ou como classificou Milton Santos ao conceitualizar o meio técnico-científico-informacional, podemos identificar nos Estados que possuem um nível tecnológico maior¹⁰ como dominadores na relação de importação de commodities, fornecidas pelos Estados que não alcançaram autonomia tecnológica e cuja economia se baseia na produção e exportação de materiais não industrializados ou de baixo processamento, “[...] no atual período, foi-se mais longe no desenvolvimento científico-tecnológico e se realizaram maiores descobrimentos e realizações, com o papel hegemônico da Europa e, em geral, do Ocidente” (QUIJANO, 2005, p. 123).

Essa relação Europa e poder econômico, instituída no colonialismo, ultrapassa a questão econômica e abrange também a cultura, com o entendimento de que apenas a cultura branca, com traços ou bases europeias, é adequada ou realmente cultura – todo o restante passa a ser descartado ou marginalizado.

Para Quijano, os europeus conseguem elaborar uma ideologia acerca de serem detentores do progresso civilizatório e, por conseguinte, todos os demais povos seriam inferiores. Essa ideologia passada pelos europeus é mantida pelas gerações posteriores e propagadas até os dias atuais.

Falamos aqui de europeus, mas o termo, apesar de usados, é uma generalização sobre os dominadores e os dominados na relação de poder social. As duas grandes guerras do século XX alteraram essa dinâmica de localização do poder e recortaram o norte da América (unicamente os países anglófonos) inserindo-o no grupo dos dominadores (em especial os Estados Unidos da América).

A dominação, para Quijano, apresenta-se interligada por três eixos de dependência: colonialidade do poder, capitalismo e eurocentrismo, e podemos dizer que os EUA ficam com a posição que anteriormente era hegemônica do continente europeu.

A América Latina se forma com retalhos sociais, na tentativa de ser um modelo para os Estados-nações de origem colonial, mas ao tentar se formar, exclui, mantendo vários grupos, minoritários e marginalizados. Os governos que se instituem nessa região acabam adotando modelos europeus de sociedade, quase como paródias que não identificam o mosaico que compõe seus povos.

¹⁰ Revolução industrial 3.0 e 4.0.

Esse conceito de sociedade de origem colonial que Quijano apresenta é desenvolvido sobre a ótica da América Latina, ao qual o autor busca analisar e propor reflexões sobre a dominação ibérica e as consequências dessa dominação. O Brasil é observado por Quijano, por estar na América Latina e por seguir a base de colonizado – ou território dominado – por ibéricos, logo

A imposição de uma “ideologia racial”, que mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros, como no Brasil, na Colômbia e na Venezuela. Dificilmente alguém pode reconhecer com seriedade uma verdadeira cidadania da população de origem africana nesses países, ainda que as tensões e conflitos raciais não sejam tão violentos e explícitos como na África do Sul ou no sul dos Estados Unidos [da América] (QUIJANO, 2005, p. 136)

Os pretos e pardos são tratados como párias e ficam na margem de um Estado que se denomina democrático. A população afro-brasileira, na margem do Estado brasileiro, tem a sua história esquecida, apagada, ignorada até meados da década de 1970, que na figura de um modelo para a sociedade que se redemocratizou após vinte e um anos de ditadura civil-militar é redigida uma constituição com a missão de buscar direitos para todos.

Academicamente, o afro-brasileiro, e sua posição na sociedade brasileira, é analisado, por diversos estudiosos, em todas as regiões do Brasil. Podemos destacar aqui o papel da pesquisa de Fernando Henrique Cardoso, que identifica algumas características dos negros no pós-abolição no ano de 1962, em que “[...] Cardoso via o escravo como coisa, no sentido de que sua vontade consistia em reflexo da vontade do senhor” (DOMINGUES, 2009, p. 219).

Essa identificação entre escravizado e coisa foi elaborada na tentativa de explicar a inércia dos negros perante a escravização. Domingues (2009) explica que “[...] a tese do “escravo-coisa” deriva em parte do uso de um marxismo esquemático - em voga na época -, levando o autor a concluir que a posição estrutural dos escravos os impossibilitada de vislumbrar seus próprios interesses e traçar seu próprio bem” (DOMINGUES, 2009, p. 220). Os homens e mulheres, neste conceito, não teriam participação alguma nos eventos na condição de protagonistas, pois não tinham vontade de decidir seus destinos. Mesmo quando são o foco de uma pesquisa, são excluídos, de alguma maneira, do poder. Quijano, talvez, chamaria esse conceito de escravo-coisa de eurocentrado e elaborado pelo americano não-europeu, porém privilegiado. Assim, a

produção de Cardoso segue o padrão esquemático da época, mas se destaca pela temática, mesmo que o resultado seja do apontamento do negro como um mero observador que se adaptou ao meio social branco.

Nesse contexto, de buscar compreender o negro e os movimentos sociais pós-abolicionistas as pesquisas acadêmicas começam a se destacar na década de 1980. Domingues elabora uma síntese de algumas pesquisas que elencam quais os movimentos da população afro-brasileira no decorrer do século XX e final do século XIX.

A abordagem de Quijano nos permite pensar sobre como nossa formação de origem dominada, e nomeada como colonizada, indicando situações que são atuais e constantemente em manutenção: o dominado produz para garantir a supremacia do dominador.

Domingues, com sua síntese de pesquisas sobre o afro-brasileiro inserido na sociedade e formando núcleos sociais marginais, nos apresenta um possível motivo para esse tipo de trabalho ter destaque no sul do Brasil, pois

[...] O Rio Grande do Sul é um estado brasileiro que se julga ser diferente dos demais em razão de um suposto caráter europeu, que se manifesta não somente na sua composição étnica, mas também nas características climáticas. Subjacente a essa afirmação está a exclusão do “outro” - africano e ameríndio -, que não se encaixa na almejada “europeidade” e identidade sobre o Rio Grande do Sul (DOMINGUES, 2009 apud OLIVERI, 1996; WEIMER, 1997)

Seria essa interpretação do sul brasileiro única ou poderíamos identificar algumas dessas características apresentadas por Domingues em outras regiões do Brasil? Ouso propor esse questionamento quando estivermos dentro de salas de aula, dentro de UBDS, dentro de ônibus coletivos, dentro de espaços públicos e que no entendimento do brasileiro médio sejam locais de baixo prestígio, pois a maioria ali seria identificada como branca, parda ou negra? Seriam todos de origem europeia ou descendentes de africanos que não conseguem traçar sua ascendência?

Da concepção de território com mentalidade de colônia até o pejorativo entendimento, datado, de que os escravizados não possuíam intenção, chegamos ao ponto crucial deste escrito: qual o lugar do negro na sociedade contemporânea brasileira? O lugar em que eles quiserem ocupar é a resposta ideal e correta, mas é o que acontece socialmente?

É pertinente fazer essas perguntas, pois nos livros didáticos o negro parece estar reservado em recortes temporais, como se estivéssemos em uma nação que é igualitária e

sem preconceitos, o viés da democracia racial, inexistente, que faz parte do imaginário da população branca e de classe média.

Essa própria questão, de refletir qual o lugar do negro na História do Brasil, parece buscar impor uma condição e me preocupo se ao propor esta reflexão eu não esteja extrapolando o papel de pesquisador em Ensino de História - do subjetivo para o objetivo.

Os lugares e os locais podem ser tratados de maneiras distintas na pesquisa, tendo em vista que lugar pode se tratar de uma ocupação em que os indivíduos desenvolvam sentimento de pertencimento e local como apenas uma ocupação geográfica e sem pertencimento – aqui podemos encontrar rascunhos da dicotomia social estrutural, onde o negro se sente pertencido e onde ele não se sente pertencido.

Como relacionar a posição do negro que é deixado à margem da sociedade com sua posição na História do Brasil? Por que o negro aparece apenas em momentos da narrativa da História do Brasil, como se estivessem deixados de lado e apenas para aqueles momentos? São reflexões que devemos buscar.

Ao tratar de temas que são tão caros ao desenvolvimento do brasileiro enquanto cidadão é pertinente dialogar com o espaço que usualmente trabalhamos com a historiografia, com leis, com debates sociais e com propostas de reflexão: a sala de aula. De espaço delimitado por quatro paredes, ela não tem limite ao se pensar que onde acontece o processo de ensino/aprendizagem é uma sala de aula e, dessa maneira, todo espaço ocupado por um conjunto de indivíduos que busca aprender e ensinar é uma sala de aula. Esse espaço precisa estar ocupado por motivação de questionar o que estruturalmente nos foi ensinado, seja para os professores ou para os familiares dos estudantes, pois do contrário repetiremos erros históricos que garantem a manutenção da desigualdade e da marginalização social.

A autora, Paula Sibila (2012), adverte sobre a obsolescência do espaço escolar, mediante uma crítica sobre os meios de ensino estarem ultrapassados. Na proporção da inevitável mutabilidade da natureza humana, por que o espaço de ensino seria inalterável? Se o espaço em que o indivíduo diretamente envolvido no processo de ensino aprendizagem está em mudança, ao passar dos anos, o conteúdo tratado e como abordar esse conteúdo deveria ser alterado como consequência.

Aqui temos o conflito entre espaço/estrutura/conteúdo, pois se a escola é uma estrutura importada com padrões eurocêntricos do século XIX e século XX, a estrutura do ensino também acaba por seguir, em parte, esses padrões, e o conteúdo não pode deixar de seguir o mesmo direcionamento. O conflito surge quando a historiografia brasileira

começa a ser questionada por acadêmicos nas décadas de 1960 e segue até a presente data com questionamentos pertinentes sobre como tratar temas delicados, como a situação da população de origem negra na formação do Brasil em relação aos espaços que são ocupados por essa mesma população.

Devido à demanda de questionamentos desenvolvidos acerca do que é ensinado no espaço escolar e de como esse conteúdo ensinado perpetua desigualdades, o pesquisador Rafael Petry Trapp (2019) trata em parte de sua análise sobre a historiografia brasileira o não abandonar os clássicos, mas analisar reflexivamente o que neles é proposto, buscando relacionar os ideais de época aos modos de pensar por intelectuais negros contemporâneos a nós.

Trapp relaciona a ideia de Quijano da colônia ser um espaço de disputa entre poderes, onde “[...] o padrão de poder baseado na colonialidade implica também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro do qual o não-europeu era passado e desse modo inferior, sempre primitivo” (TRAPP, 2019, p. 58 apud Quijano, 2005, p. 127), com a argumentação de Guerreiro Ramos¹¹, no qual

[...] não haveria um “problema do negro” como pensavam historiadores, antropólogos e sociólogos até então, mas sim, um problema do branco, pois foi o branco que historicamente estabeleceu sua cor/raça como norma e diante disso considerou o negro como um desvio ao modelo racial visto como normal (TRAPP, 2019, p. 58 apud Quijano, 2005, p. 127)

São essas questões que podemos debater no decorrer do capítulo 1 deste trabalho, ao qual passamos por duas partes: a primeira tratando da teoria que embasa as mudanças e as diretrizes curriculares e a segunda o tema gerador deste trabalho, o acontecimento que instigou as pesquisas e possibilitou esse trabalho, ou seja, o apagamento de um grupo de indivíduos negros que lutaram na Guerra de Farrapos.

1.1 A BNCC e as diretrizes de São Paulo e Rio Grande do Sul

O caminho para aprender História pode parecer simples, pois muitas vezes ouvimos que História é só estudar o passado ou que História é algo imutável. Essas falas são pronunciadas por pais e/ou familiares de estudantes durante reuniões escolares, muitas vezes para justificar o quão (des)necessário é o uso de tempo letivo para refletir sobre o que já aconteceu, mas esse caminho que parece ser simples engana e confunde.

¹¹ Alberto Guerreiro Ramos foi um sociólogo e político brasileiro. Negro, foi figura de grande relevo da ciência social no Brasil, e suas ideias influenciaram intelectuais de todo o mundo na sociologia e na política.

Cerezer (2020) nos proporciona pensar sobre os caminhos do ensino de História

Ensinar História hoje significa compreender que não é mais possível pensar e ensinar história a partir de fora, de outros lugares e olhares, sem reconhecer que essa história é incompleta, interessada, impositora e excludente, pois não considera a diversidade de sujeitos históricos e suas vozes, de etnias e de culturas com especificidades próprias que foram intencionalmente negligenciadas durante muito tempo pelo conhecimento histórico tradicional e pela história ensinada (CEREZER; RIBEIRO, 2020, Ebook)

É essa condição de não poder se ausentar do meio ao qual se ensinar que nos faz levantar as seguintes questões: o que, e por quem, é decidido como adequado para ser ensinado e, o que acontece se o tema proposto para estudar não estiver nos livros didáticos ou se não foi ensinado aos pais e/ou familiares dos estudantes? Esse conteúdo que não aparece no material escolar, que pode não estar no conhecimento geral da população, que talvez tenha passado despercebido pelas comissões que elaboraram os norteadores de conteúdo de ensino ao longo de décadas, foi deixado de lado por qual motivo? Tudo o que é ensinado para os estudantes, independente do ano ou nível de ensino, tem um motivo, intrínseco ou extrínseco, seguindo algum ideal, pois ideais são componentes da formação social.

Nos apresentamos perante a complexidade do estudo de História, que indica caminhos e percalços pelos quais trilhar, mas sem afirmar com correção os passos que devemos seguir, cabendo profunda reflexão e análise social, histórica e cultural para a buscar compreender o que realmente ocorreu e como ocorreu. Legitimadora, emancipadora, questionadora, provocadora e indubitavelmente elucidadora é a História quando permitida como resultado das análises dos acontecimentos.

Durante meus anos como estudante no ensino básico eu sempre recebi dos professores de História um direcionamento para ler determinados conteúdos, sequências, destacar quais eram os eventos mais importantes e depois realizar fichamentos destes conteúdos trabalhados. Me recordo de como a Guerra dos Farrapos nos foi apresentada e ainda carrego, em lembranças, apresentações midiáticas de como esse mesmo evento foi representado para o público leigo no início da década de 2000¹². Apenas com mais de trinta anos parei para pensar que não havia personagens significativamente participativos que sejam de origem negra ou parda. Mas não estamos no Brasil? Como um evento de tamanha representação nos conteúdos escolares, mesmo que em poucas páginas, e que

¹² A minissérie A Casa das Sete Mulheres foi transmitida no ano de 2003, pelo canal aberto Globo, entre 07 de janeiro e 08 de abril, retratando de maneira romanceada os eventos da Guerra de Farrapos.

tem até adaptação para mídias diversas pode não ter um personagem negro ou não-negro cuja participação seja maior do que apenas servir ou aparecer em algum canto? Isso não foi passado por meus professores do ensino básico e da graduação. Essa reflexão não foi proposta em textos e nem mesmo orientada para fichamento, tendo em vista que não havia material com esse teor nas salas de aula pelas quais passei enquanto estudante.

A historiografia brasileira foi, originalmente, desde a criação do IHGB no século XIX, influenciada por indivíduos homens brancos em uma visão de surgimento da raça brasileira formada pelo resultado de tríplice origem: o indígena, o negro e o português. Apesar de dois integrantes dessa lógica serem oriundos da imigração, coube ao português a condição de conquistador e dominador, enquanto o negro foi imigrante involuntário e o indígena recebeu a condição de domesticado pelo português. Essa descrição é até atualmente encontrada em algumas explicações, principalmente por familiares que questionam algumas reflexões que são propostas aos estudantes, como trocar o colonizar por dominar.

Sabemos que não houve concordância entre os três povos que a historiografia tradicional nos impele a compreender como os fundadores do Brasil contemporâneo, havendo resistência e permanência de desigualdades profundas na sociedade brasileira.

No decorrer da segunda metade do século XX, em meados da década de 1960, começaram a serem produzidas reflexões acerca do negro na sociedade brasileira e autores que trabalhavam em uma nova observação sobre a historiografia do Brasil passam a conseguir espaço entre os escritos históricos resultantes de pesquisa da História do Brasil.

É na década de 1970, sobretudo, que organizações de origem acadêmica aumentam em quantidade e destaque, propondo e debatendo a situação do negro no Brasil como indivíduo produtor de história e não mais como uma coisificação. Trapp ressalta que “havia a intenção, oriunda da iniciativa dos alunos [universitários], de colocar as questões da educação, das relações raciais e da História do negro na Universidade em nível curricular, uma proposta nova para o contexto” (TRAPP, 2019, p. 63) e nesse contexto de uma nova formulação ao que seria estudado, que temos intelectuais negros que propuseram reflexões quanto ao papel de aprender a história do negro no Brasil e do papel das universidades com o rompimento do racismo estrutural.

As pesquisas pós-décadas de 1960/70 posicionam questionamentos sobre porque um acontecimento é tratado como fundamental na historiografia de uma nação enquanto outros são deixados de lado ou diminuídos e diluídos dentro do tema que foi escolhido

como fundamental para ser historicizado. Quem decide o que é uma revolução e o que é uma revolta? Quem segura a caneta, a pena, que registra e define o que deve ser estudado em História? Estaríamos estudando e questionando aquilo que realmente forma o perfil diverso e multifacetado da população do Brasil ou reforçando o perfil pretensamente amalgamado de ser brasileiro?

Essas reflexões são muito pertinentes ao estudo de História e mesmo que questionem se são questões históricas, pois já escutei isso academicamente de professores que cobravam maior subjetividade e menor objetividade, devemos pensar e questionar em que local e lugar¹³ estão os povos que foram e ainda são a base da sociedade brasileira.

Conceição Evaristo, fala de migrante nu (PEREIRA, 2021), termo referenciado por ela e extraído de uma construção de Édouard Glissant¹⁴, para se tratar dos imigrantes forçados que foram trazidos para a América e sem nada serviram de base para o desenvolvimento do que seria o brasileiro. O imigrante nu, segundo Conceição Evaristo (2021), “[...] é aquele que, ao chegar aporta sem nada; consigo só tem o poder da memória. E recolhendo fragmentos, traços, vestígios, logrou elaborar uma cultura de exílio, refazendo assim a sua identidade a do *migrant nu*”.

Ao não portar nada físico, além do próprio corpo, mas carregado de memórias, o negro, aqui como imigrante nu conforme apresentado por Conceição Evaristo, é coisificado por um longo período da historiografia brasileira, e apesar de uma alternância no modo de ver e pesquisar sobre o negro nas universidades após as décadas de 1960/70, ainda “[...] recebe opiniões polarizadas e raivosas, expressando posturas e sentimentos que emergiram das sombras coloniais, racistas e machistas [...], as quais sempre foram denunciadas por alguns setores dos movimentos sociais” (PEREIRA, 2021, p. 79).

Quem foram esses imigrantes nus que chagaram ao Brasil quando essa terra ainda não tinha se formado como nação e era administrada por povos que tomaram controle da terra fecunda e lucrando com os espólios dela retirada? Os povos que vieram da África são os imigrantes nus, trazidos por outros imigrantes, trabalhando para as revoluções e revoltas que viriam a ser escolhidas como ideais ao ensino de História no século XX.

Jurandir Malerba (2007) problematiza as matrizes fundadoras da historiografia

¹³ Como geógrafo não posso deixar de utilizar conceitos e compreensões da geografia para tentar explicar o quão importante é a distinção de local e lugar, pois pode se compreender geograficamente que o lugar é composto por um local cuja relação do indivíduo é desenvolvida e resulta em um vínculo emocional. Um local sem afeição é apenas um entre tantas outras localidades, ou seja, não se valida como um ponto de interesse individual, é mais um entre tantos.

¹⁴ Édouard Glissant (1928-2011), doutor em letras, antropólogo, romancista, escritor, poeta, teatrólogo e ensaísta martinicano.

brasileira, ressaltando a sua grande dificuldade para pensar a diversidade e a diferença. A escrita da História do Brasil tem como início a fundação do IHGB em 1838, se pautando em dois mitos fundadores: o Descobrimento do Brasil (1500) e a Independência do Brasil (1822). Assim, “Descobrimento e Independência foram absorvidos pela historiografia oficial como marcos da construção da nacionalidade brasileira” (MALERBA, 2007, p. 358).

Esse posicionamento sobre a fundação do Brasil em dois estágios tem como ideais normativos o de um imigrante europeu que carrega elevado desenvolvimento e que chegou na América por sua capacidade tecnológica e civilizatória superior aos demais povos que já estavam no território do novo mundo. Malerba argumenta que 1500, a Descoberta do Brasil, poderia ser apenas um marco de chegada, questionando e propondo a reflexão sobre a existência de povos nativos que presenciaram essa descoberta e de outros que ainda viriam a chegar na América, de forma que “Posso dizer que acredito que a historiografia brasileira raras vezes demonstrou capacidade para perceber que, dentro desse imenso continente cultural chamado Brasil, há outras maneiras de se contar história que não a do branco dominante” (MALERBA, 2007, p. 366).

Apresentando a generalização dos povos que constituíram o Brasil e a pobreza a que essa generalização submete o observar da história dos Brasis¹⁵, onde o branco é o termo usado para tratar todos os indivíduos não indígenas e não negros, e indígenas para tratar os de origem nativa como se fossem um só povo, ignorando a diversidade, e de negros todos os descendentes de diversos povos africanos que foram escravizados. Essa generalização na história do Brasil a empobrece na proporção de que

a história dos opressores e a história dos oprimidos, e mesmo a história da resistência contra a opressão, têm sido escritas com as fontes, as técnicas e os métodos e a partir da perspectiva do branco colonizador. Ou seja, toda a historiografia conta-se, narra-se, de modo triunfante do descritivo do colonizador (MALERBA, 2007, p. 365)

As abordagens indicadas por Jurandir Malerba nos propõem reflexões sobre a elaboração da historiografia brasileira e de como essa mesma maneira de estudar e pesquisar a História do Brasil é revista ao longo das décadas de 1960, 1970, 1980 e as décadas iniciais do século XXI.

Foram as mudanças de perspectiva que permeiam as narrativas da História do

¹⁵ Pela pluralidade cultural, étnica e histórica, o Brasil no plural.

Brasil que instigaram as abordagens críticas sobre o que era ensinado e o que deveria ser ensinado, buscando mostrar que poucos apareciam nas narrativas Históricas, enquanto muitos eram desconsiderados por essas mesmas narrativas e por meio dessas questões é que iremos analisar em comparação as propostas curriculares dos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Para início deste trabalho começamos abordando as diretrizes de ensino do estado de São Paulo, de 2019, e o livro didático da editora FTD Sistema de Ensino¹⁶, realizando uma comparação com as diretrizes de ensino do estado do Rio Grande do Sul, 2023, e as diretrizes de ensino do estado de São Paulo, 2019, articulando-as à Base Nacional Curricular Comum. O objetivo é compreender, a partir do levantamento dos temas que são propostos em ensino de História do Brasil, o que é dado a conhecer, ou ignorar. Para isso, realizou-se um recorte do conteúdo programático, a partir das habilidades propostas, do oitavo ano do ensino fundamental.

O material referencial elaborado para a secretaria da educação do estado do Rio Grande do Sul contou com especialistas de cada área proposta e ainda com a participação de universidades, que são referenciadas nos créditos de desenvolvimento do material, enquanto que o texto referencial para o currículo escolar do estado de São Paulo foi elaborado por uma equipe técnica, ao qual destacamos o conjunto que desenvolveu e aprofundou as habilidades previstas para serem trabalhadas dentro de ciências humanas, mais especificamente História. O material dá referência aos redatores do texto voltado para o ensino de História profissionais formados em História, com titulação que varia entre mestre e doutor, com experiência variando entre sala de aula, coordenação e gestão de pessoal e treinamento. Apesar de indicar apenas um conjunto de indivíduos, na página de referencial sobre os redatores o currículo paulista finaliza com “[...] e todos os 74.229 participantes do Estado e dos 612 municípios Paulistas” (Currículo Paulista, 2019, p. 5), dando a entender que todos os profissionais que atuam com educação participaram da elaboração em algum grau de participação.

O material obtido através da Secretaria da Educação do estado de São Paulo possui duas versões, disponibilizadas pelo site oficial do governo, e respectivamente são de 2011 e de 2019. Esta última, elaborada conforme as orientações de norteamientos da BNCC é a mais recente adotada pela secretaria da educação do estado de São Paulo, motivo que optamos por sua análise.

¹⁶ FTD sistema de ensino: ensino fundamental: anos finais 8º. ano. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2020.

Enquanto no estado de São Paulo o material encontrado para análise data de 2019, decorridos quatro anos de publicação, as diretrizes que encontramos no site da Secretaria da Educação do estado do Rio Grande do Sul tem data de 2022 e 2023, indicando uma atualização anual de diretrizes.

Em ambos os casos, em que cada estado denomina o documento de maneira diferente, mas com interpretação similar, ficando no estado de São Paulo como Novo Currículo Paulista e no estado do Rio Grande do Sul como Referencial Curricular, tratando currículo aqui no entendimento de conteúdo a ser trabalhado nas salas de aula, as diretrizes seguem as normativas e norteamentos da Base Nacional Comum Curricular, homologada pelo Ministério da Educação e da Cultura em 14 de dezembro de 2018 e com previsão inicial para implementação até o ano de 2021, pois datam em São Paulo de 2019, com explicação e apresentação de ser redigida embasada nos textos da BNCC, e no caso do Rio Grande do Sul, as diretrizes referenciais para currículo escolar já datam de 2023, atualizadas e dentro do proposto pela BNCC. É preciso destacar que nos direcionamentos voltados para o ensino fundamental tiveram implementação já no ano de 2020 pela secretaria de educação do estado de São Paulo.

Ao comparar as duas diretrizes curriculares constatamos que as de origem do Rio Grande do Sul resultaram em interpretações diferentes e, de certa maneira, mais profundas do que o proposto pelo estado de São Paulo.

Como exemplo dessa divergência de interpretações e elaborações que permitiram novas habilidades, podemos observar na BNCC a habilidade EF08HI14, cujo objetivo de estudo é a tutela dos povos de origem indígena e negra, em relação final do período colonial

EF08HI14 Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas (BRASIL, 2018. p. 425).

A habilidade destacada acima tem como objetivo de conhecimento a estruturação do que seria uma sociedade colonial brasileira, anterior ao acontecimento da Proclamação da Independência do Brasil¹⁷, com apresentação de como os negros e os indígenas foram

¹⁷ É importante destacar esse acontecimento, pois conforme Jurandir Malerba (2007), a Proclamação da Independência do Brasil é um dos mitos fundadores da nação e imprescindíveis na elaboração de uma historiografia Brasileira.

tratados em meio a essa estrutura social. Além de analisar os preconceitos que teriam se perpetuado pela maneira como foram abordados.

Procurando por diferenças entre o material referencial curricular dos estados citados anteriormente, no Rio Grande do Sul a habilidade EF08HI14 apresentou o desenvolvimento de duas outras habilidades para o referencial estadual

EF08HI14RS-1 Identificar as condições socioculturais em que os indígenas (escravidão e missionarização), os negros e as mulheres encontravam-se no final do período colonial

EF08HI14RS-2 Debater sobre permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências contra as mulheres, as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas (SEE/RS,2023. p. 1272)

Pelo texto, das habilidades destacadas e citadas acima, é possível perceber uma preocupação em aprofundar e propor reflexões sobre a condição social do indígena e do negro, mas além da questão étnica há a preocupação com a condição socio-histórico-cultural das mulheres.

Esse recorte de habilidade da BNCC e comparativo realizado entre os referenciais dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo serve para nos mostrar as diferenças estaduais na elaboração de seus referenciais curriculares, com aprofundamentos que indicam a valorização e/ou a busca por análise social sobre características específicas.

Como orientação dessa parte da pesquisa, buscaremos analisar as habilidades da BNCC que venham a tratar da temática da identidade nacional e de eventos que são apresentados pela historiografia brasileira como formadores de identidade, especificamente para isso seguiremos uma análise de como podemos identificar a Guerra de Farrapos nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, enquanto acontecimento que pode ser interpretado como laboratório para a Proclamação da República de 1889.

O livro didático que analisamos (FTD, 2018), a partir desse ponto, apresenta o tema da Guerra de Farrapos de maneira muito direta e sucinta, cujo conteúdo do capítulo é apresentar a formação de um Brasil Imperial, elaborado seguindo as características de três habilidades da BNCC¹⁸

EF08HI15 Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.

¹⁸ Os objetivos de conhecimento destas habilidades são: Brasil: Primeiro Reinado, O Período Regencial e as contestações ao poder central, O Brasil do Segundo Reinado: política e economia, A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado e Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai.

EF08HI16 Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.

EF08HI17 Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.

As habilidades destacadas seguem a unidade temática denominada Brasil no século XIX e tem como objetivo de conhecimento

Brasil: Primeiro Reinado

O Período Regencial e as contestações ao poder central

O Brasil do Segundo Reinado: política e economia

- A Lei de Terras e seus desdobramentos na política do Segundo Reinado
- Territórios e fronteiras: a Guerra do Paraguai

Para poder observar e analisar o conteúdo apresentado pelo livro didático em questão, é necessário pensar sobre como “a cultura escolar brasileira, forjada pela matriz eurocêntrica de caráter monocultural, encontra grandes dificuldades de aceitação e inclusão dos estudos cuja ênfase é marcada pela diversidade cultural” (Ribeiro, 2020, ebook), pois, como podemos identificar, o ensino de acontecimentos que apresentam indivíduos brancos e de origem europeia como revoluções é contínuo, enquanto que aos acontecimentos cujos protagonistas sejam negros ou pardos a descrição é de caráter de rebelião ou revolta, como que se fossem amotinados contra o sistema em vigor e ao se levantarem contra o regime escravocrata estivessem agindo contra uma ordem natural criada pelos governantes.

Conforme podemos observar na imagem abaixo, o conteúdo tem duas imagens que ilustram o texto:



Figura 01 – Página do livro didático FDT sistema de ensino, com ilustração de Garibaldi e Bento Gonçalves.

Revolução Farroupilha



À esquerda, fotografia de 1866, que retrata Giuseppe Garibaldi, revolucionário italiano refugiado no Brasil, que lutou entre os farrapos. À direita, retrato de Bento Gonçalves, um dos líderes do movimento, pintado por Guilherme Litran, século XIX.

A Guerra dos Farrapos, ou Revolução Farroupilha, foi um conflito de grandes proporções, deflagrado na província do Rio Grande do Sul. Os revolucionários receberam essa alcunha por causa de seus trajes maltrapilhos, quando comparados aos do exército ou aos da Guarda Nacional. No entanto, o grupo de revoltosos era formado pela elite estancieira do Sul do país, grupo de grande poder econômico.

As reivindicações do movimento tiveram como base as insatisfações quanto à posição ocupada pela província no cenário nacional: os revoltosos reclamavam da pesada carga de impostos e da transferência de dinheiro da província para outras regiões, como para Santa Catarina. Os demais descontentamentos se referiam aos altos impostos cobrados sobre o charque brasileiro, dado que dificultava a competição com o mesmo produto que vinha da Argentina e do Uruguai.

Liderados por Bento Gonçalves, os revoltosos depuseram o recém-nomeado presidente da província Antônio Rodrigues Braga, em setembro de 1835, e tomaram Porto Alegre, dando início à guerra. A luta dos rebeldes estendeu-se para o interior do Rio Grande do Sul e, posteriormente, para Santa Catarina. O italiano Giuseppe Garibaldi, que lutaria ainda nas guerras de unificação da Itália em 1848, juntou-se ao movimento, tornando-se capitão-tenente da marinha farroupilha.

Em 1836, os revolucionários proclamaram a independência da província, fundando a República Rio-Grandense. Diante da resistência organizada do movimento, o governo imperial seguiu com tentativas de negociação. Em 1840, o império decretou uma taxa de 25% de impostos sobre o charque vindo do Rio da Prata, cobrança que dava grandes vantagens ao charque nacional.

Em 1845, após inúmeras negociações, chegou ao fim o movimento, mediante as seguintes condições: os oficiais farroupilhas foram integrados ao exército brasileiro; foi concedida anistia aos revoltosos e a libertação dos escravizados participantes do conflito.

372

Figura 02 – Página do livro didático FDT, referenciada, para consulta do texto.

A seleção de habilidades do capítulo prevê uma abordagem dos movimentos políticos do Brasil Império, analisando os movimentos das revoltas e revoluções que decorrem em questionamento ao poder centralizado no Imperador no Primeiro Reinado e no Período Regencial, mas não abordam os sujeitos históricos que participam desses movimentos. Temos no corpo do texto do capítulo do referido material a citação de nomes de líderes ou de indivíduos que influenciaram os eventos, mas fica superficial e como

uma lista de indivíduos que para os estudantes aparecem como aleatórios. São nomes inseridos para compor o texto, sem aprofundamento.

No tocante dos eventos contidos na Guerra de Farrapos, que é nomeado de Revolução Farroupilha dentro do referido material, o texto descreve o que ocorreu de forma sucinta, apresentando a imagem de Garibaldi e Bento Gonçalves na abertura do tema e logo encerra dizendo que “[...]os oficiais [foram] integrados ao exército brasileiro; foi concedida anistia aos revoltosos e a libertação dos escravizados participantes do conflito” (FTD sistema de ensino, p. 372, 2020). O material apresenta o conflito como um evento paradoxal, pois inicialmente trata os envolvidos, de origem da província, como revoltosos e depois de determinado momento o texto os retrata como revolucionários. Uma dualidade que pode representar uma confusão aos estudantes que talvez venham a confundir os termos que foram aplicados como sinônimos, mas que indicam a narrativa que se apresenta: os vencedores do conflito narrando seus opositores como rebeldes contidos e depois os opositores ao governo vigente na época do conflito como vitoriosos revolucionários.

A própria apresentação das imagens – fotografia e pintura – nos indica um conjunto de simbolismos implícitos, ao qual tem a imagem de Guisepepe Garibaldi como combatente, austero, com uma das mãos repousada sobre sua espada, indicando possível disponibilidade ao confronto bélico e prontidão aos perigos que se aproximariam. E Podemos destacar que a foto escolhida para representar, ilustrar, Garibaldi é da década de 1860, período ao qual ele liderava movimentos na região das Duas Sicílias, atual Itália, durante a Unificação Italiana Na imagem de Bento Gonçalves, em pintura, temos o personagem da Guerra dos Farrapos trajando farda militar com suas insígnias penduradas sobre o peito, evidenciando suas conquistas e vitórias, similarmente ao Garibaldi, tem uma espada disposta próxima aos corpos, mas nessa pintura ambas as mãos estão repousadas sobre a arma.

Trata do conflito como ocorrido como resultado das elites regionais contra o descaso do governo imperial sobre os produtos da província e a alta valorização de mesmos produtos importados de país vizinho.

Nada se anuncia ou se explica sobre um acontecimento ocorrido nos anos finais da Guerra de Farrapos e nomeado de Massacre de Porongos ou qualquer situação sobre a população de origem negra sul-rio-grandense.

Analisando esse material e a seleção de habilidades que indicam a elaboração de seu material, tratamos de comparar os currículos paulista e gaúcho.

Ao utilizar o termo gaúcho nessa parte da escrita é referido ao estado do Rio Grande do Sul, mas ao referir sobre a população de origem africana anteriormente optamos pelo uso do termo sul-rio-grandense, pois tentaremos abordar e propor uma reflexão posterior sobre o termo e uso de identidade regional do ser gaúcho.

Observando em ambas as diretrizes podemos destacar que há singularidades por estado, pois nas normativas do estado de São Paulo, denominadas de Currículo Paulista (SEDUC/SP, 2019), não encontramos habilidades derivadas das habilidades principais e que constam no texto base da BNCC. O que temos no Currículo Paulista e na BNCC são as habilidades

EF08HI16 Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.

EF08HI17 Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.

Ambas as habilidades são de carácter muito genérico e abrangente, abordando qualquer acontecimento que tenha vindo à questionar a estabilidade do governo imperial centralizado e que possa ter proposto alguma alteração nessa estabilidade e domínio territorial.

Porém, apesar de não haver essa derivação, o texto das diretrizes paulistas faz uma inserção de uma habilidade na linha historiografia, inserindo entre as habilidades EF08HI16 e EF08HI17 a habilidade EF08HI28*, descrita como voltada para “Identificar as características das revoltas negras no Brasil do século XIX, principalmente a Revolta dos Malês, e analisar os seus impactos na ordem escravocrata então vigente” (Currículo Paulista, 2019, p 478).

Sem a elaboração de um conjunto de habilidades já preexistentes, o governo paulista propõe uma vigésima sétima habilidade como complementar, que foca nos movimentos de origem negra no século XIX, para além da BNCC. É uma habilidade elaborada diretamente e suscintamente para o foco da população de origem negra. Encerra nesse ponto e utiliza a Revolta dos Malês como referencial para ser exemplificado.

O termo que denomina os movimentos de insatisfação com a situação social, política ou econômica, novamente pede reflexão, pois quais ideais determinam a escolha do uso de termo revolta ou revolução? A reflexão sobre a terminologia é adequada, tendo em vista que revoltosos seriam os que não alcançaram êxito nas suas manifestações e foram contidos pelo governo vigente? Caso sim, a Guerra de Farrapos não seria mais bem

retratada como Revolta de Farrapos? Essa questão é pertinente, pois se o termo de revolta ou revolução é alterável pelos ideais que embasam uma sociedade, porque os movimentos de origem negra, mestiça e parda são sempre registrados historiograficamente como revoltas?

Em contrapartida do que se apresenta nas diretrizes do estado de São Paulo, o material elaborado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul apresentou maiores alterações nos objetivos, incrementando e abordando questões que variam da mudança de limites estaduais, do desenvolvimento social, de questões populacionais em deslocamentos entre regiões e, em especial, das denominadas rebeliões, revoltas e revoluções, principalmente a Guerra de Farrapos, que tem apelo de símbolo regional.

Observamos que foram elaboradas oito habilidades no Referencial Curricular Rio-grandense¹⁹ com questões de interesse regional, ao qual seguem como

EF08HI15RS-1 Identificar as disputas entre os grupos políticos e sociais logo após declarada a independência, relacionando com a onda de revoltas e protestos nas províncias após 1824.

EF08HI16RS-1 Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado, como a Cabanagem, a Balaiada, a Sabinada, a Rebelião Praieira, a Revolta Liberal e, em especial, a Revolução Farroupilha

EF08HI16RS-2 Compreender o processo histórico da Revolução Farroupilha e sua importância para a formação da cultura gaúcha.

EF08HI17RS-1 Analisar a Lei de Terras de 1850 e a sua dimensão quanto aos aspectos de ocupação, organização fundiária e os seus desdobramentos na formação do território do Rio Grande do Sul.

EF08HI17RS-2 Correlacionar a Lei de Terras com a Revolução Federalista, a Guerra do Contestado e a Guerra de Canudos.

EF08HI17RS-3 Identificar as consequências da Lei de Terras para as camadas populares no Brasil.

EF08HI17RS-4 Identificar as mudanças na configuração geográfica por que passou o Brasil ao longo do século XIX, incorporando e perdendo territórios.

EF08HI17RS-5 Compreender que a expansão territorial não foi um movimento planejado pelo Estado, mas o resultado de deslocamentos populacionais para além das fronteiras (Referencial Curricular Rio-grandense, p. 168-170, 2023)

Essas habilidades adicionais que foram desenvolvidas para a secretaria da educação do governo do estado do Rio Grande do Sul, apresentam um enfoque em questões que parecem tocar mais a grande população, em busca pela legitimação de sua

¹⁹ Pela pluralidade cultural, étnica e histórica, o Brasil no plural.

formação territorial e regional, identificando de certa forma o que podemos compreender como causas que formaram a identidade sul-rio-grandense, que viria a se identificar como gaúcho.

É interessante como o documento referencial gaúcho se apresenta quanto ao conteúdo de História, interligando o ensino de História com temas transversais e deixando claro a diversidade contida no estado

Acompanhando a BNCC, o Referencial Curricular Gaúcho, no que se refere especificamente à disciplina de História, mantém seu foco na aprendizagem dos alunos nos diferentes tempos e espaços, tendo a preocupação de integrar o currículo com a diversidade regional de nosso Estado. Também, é importante contemplar os temas integradores como ética, cidadania, cultura e valorização das diversidades, assegurando a multiplicidade de olhares sobre o mundo (SEE/RS,2023, p. 118)

Um motivo para determinar o que conter para além do indicado pela BNCC é a História que reúne um determinado conjunto de pessoas. Poderíamos assim supor que há a busca por um ideal unificador que possibilite identificar esse conjunto de pessoas com um povo dentro da sociedade brasileira. O gaúcho para além do brasileiro.

Para Jurandir Malerba (2007), vale ressaltar que o simbolismo que une um conjunto de indivíduos como um povo pode ser compreendido como um mito fundador, cuja função é reunir as pessoas, ao qual no Brasil tem sido apresentado como dois eventos fundadores: a Descoberta do Brasil e a Proclamação da Independência do Brasil, propostos como identificadores do brasileiro por Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado primeiro historiador brasileiro. Assim como para Freitas e Silveira (2009), a criação de símbolos para a criação de vínculos entre as pessoas que dividem um território podemos também identificar o ideal de criação do gaúcho como modelo para o sul-rio-grandense e, até refletir sobre a guerra unificadora da população do estado do Rio Grande do Sul – idealizada – nos acontecimentos da Guerra de Farrapos. Em ambos os casos, seja em questão de formação da identidade de um país ou de um estado, ocorre a generalização e a segregação de indivíduos que não são adequados aos mitos fundadores. O mito fundador separa na tentativa de reunir, marginalizando o que pode prejudicar a imagem e o simbolismo que são produzidos

E o que seria o gaúcho que indicamos como o motivo dessa busca por legitimação? Segundo Leticia Freitas e Rosa Silveira (Freitas; Silveira, 2009), apresentam o gaúcho como um ente, que tem o equilíbrio entre o rude e gentil, o bruto e delicado. A narrativa historiográfica sul-rio-grandense teria

[um] discurso historiográfico regionalista sul-rio-grandense é o estabelecimento da figura mítica do gaúcho, este também narrado como uma promessa gloriosa, herói que teria atravessado altivamente guerras e adversidades, tipo humano rude – mas “gentil” - que assim se constituiu somente por uma necessidade imposta pelo meio (FREITAS; SILVEIRA, 2009, p. 170)

As autoras, Freitas e Silveira, ainda complementam imagem do ideal do gaúcho conforme

Embora rude, o gaúcho era extremamente gentil para com as mulheres e destemido na defesa da honra dos indefesos. As constantes carnações, o churrasco meio cru, sua familiarização à lida campeira constante, o contato com o sangue, tornava-o sempre preparado para a guerra. (...) Na descendência telúrica encontramos as razões para um ser tão rude, forte e corajoso, ligado profundamente à terra, que chamou, carinhosamente, de Torrão (FREITAS/SILVEIRA apud LAMBERTY, 2000, p. 16)

Podemos compreender que houve a busca por textualizar habilidades para serem trabalhadas nos referenciais curriculares para possibilitar o desenvolvimento do regional identitário, proporcionando reflexão sobre a História local, regional e estadual. Temos o material didático como meio de desenvolver o necessário para formação de uma nação, no caso a nação gaúcha, com a produção do material seguindo os referenciais curriculares presentes nas habilidades da BNCC e na produção da secretaria da educação do referido estado.

Entre o material analisado, elaborados para os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, nos possibilita perceber um trabalho mais profundo no desenvolvido através do que se orienta a ser trabalhado no currículo sul-rio-grandense, gaúcho, com enfoque de legitimar a formação do limite territorial do estado e de sua identidade singular no meio ao nacional. O questionar nas habilidades as questões de terras, de aumento do território, de buscar validar a luta como meio valor, em especial o evento que é registrado como Revolução Farroupilha.

Precisamos atentar que ao optar pelo uso de um conjunto de palavras sem levar em consideração seus conceitos, estamos distanciando as mesmas palavras de seu significado original, real, distanciando assim o motivo de seu uso. Ao adotar o termo revolução estaremos realmente tratando de uma revolução ou de um evento que buscou se validar enquanto revolução por serem necessários símbolos que representassem a nação pós 15 de novembro de 1889? Opto por usar a denominação de Guerra de Farrapos,

em reservado, mas aqui foi usado o termo Revolução Farroupilha pelo foco do parágrafo debatido.

Todo esse desenvolvimento teórico que baseia as habilidades propostas pelos documentos norteadores, seja o federal na forma da BNCC ou dos referenciais curriculares de cada estado, tem como objetivo atender necessidades do ensino escolar, que ocorre dentro do estado da unidade escolar e que tem como instrumentos para o ensino os livros didáticos e paradidáticos. Se o conteúdo destes, os livros, estiverem escassos ou organizados de maneira tendenciosa, o que será apresentado também o será, estando em dissintonia com o espaço escolar e as necessidades apresentadas pela comunidade.

O espaço escolar apresenta uma sucessão de fatores causadores de questionamentos e, segundo Flávia Eloisa Ciami (CAIMI, 2005), podemos questionar quais são as variáveis que podem alterar o que um professor precisa ensinar em História. Para a autora, cada unidade escolar alcançará respostas próprias sobre o que ensinar e como ensinar, buscando atender a necessidade de cada comunidade que margeia a escola.

Podemos compreender que cada secretaria da educação volta suas atividades para atender as demandas estaduais e identitárias com um determinado conjunto de indivíduos atuantes nas sociedades. Enquanto o documento da BNCC tenta estruturar uma série de orientações que possibilitem qualificar o que é ensinado no Brasil, há a flexibilidade prevista pela própria BNCC de cada região, estado, adequar essas orientações para as necessidades previstas como

A BNCC e os currículos se identificam na comunhão de princípios e valores que, como já mencionado, orientam a LDB e as DCN. Dessa maneira, reconhecem que a educação tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano global, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica (BRASIL, 2018, p. 16)

E como a própria apresentação da BNCC dispõe

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2018, p. 19)

Ao tratar o gaúcho como ente regional do Rio Grande do Sul e de refletirmos sobre sua identidade através da historiografia nacional, pois os eventos da Guerra de Farrapos

são ensinados em todas as escolas do Brasil, conforme proposto pela BNCC na Unidade Temática²⁰ referente ao estudo de História do 8º. ano, podemos apreciar a ideia do papel da Guerra de Farrapos enquanto símbolo necessário para a formação da nação enquanto resistência contra a monarquia imperial que governou o Brasil entre 1822 e 1889. Farrapos, assim, foi para os gaúchos um embrião do que viria a ser a proclamação ocorrida quarenta e quatro anos após o tratado de paz firmado entre republicanos e imperiais em 1845.

Diante da reflexão apresentada no parágrafo anterior, nos resta questionar sobre aqueles que ainda não aparecem nos conteúdos analisados, seja o livro didático ou os currículos²¹, os negros que lutaram pelos farroupilhas.

Talvez o negro guerreiro que segurou em armas por Farrapos tenha encontrado seu destino decidido além das terras Rio Grande do Sul. Como podemos observar

Em maio de 1848, uma comissão da Câmara de Deputados no Rio de Janeiro, encarregada de analisar a situação dos escravos aprisionados em Porongos, no Rio Grande do Sul, encerrava suas atividades, sem libertar os negros e sem devolvê-los a seus donos, pois estavam à disposição do governo imperial. Documento IJ6471, Arquivo Nacional (FLORES, p. 66, 2010).

O trecho destacado e extraído do livro de Flores apresenta um conflito no qual é informado pelo texto do material didático utilizado para análise, pois enquanto o texto didático apresenta o ulterior resultado da Guerra de Farrapos para os negros envolvidos como de um espólio libertário de sua condição de trabalhador compulsório, o material apresentado em Flores é oposto, com a informação de que ao final do conflito ocorrido no Cerro de Porongos os negros cativos pelo exército imperial foram disponibilizados ao Estado do Brasil Império.

Como podemos ter um material didático que apresenta uma versão desconforme com o que é apresentado pelo resultado de um conjunto de pesquisa historiográfica? Para além deste material, como podemos ter um habilidades que tratam de questões como terra, posse, aumento de território, luta, revolta, rebelião, revolução e que não menciona negros atacados em um evento que ocorreu dentro de um tema que é trabalhado nas salas de aula pelo Brasil e apresentado nas habilidades nacionais?

Talvez as respostas para essas indagações estejam nas habilidades para temas

²⁰ A Unidade Temática em questão é denominada O Brasil no Século XIX e cujas habilidades são EF08HI15, EF08HI16, EF08HI17 e EF08HI18, que são as habilidades discutidas e analisadas nesta pesquisa.

²¹ Independentemente de o currículo ser o paulista ou o gaúcho.

transversais, encontradas no documento Matrizes de Referência 2023, elaborado pela secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, pelo Departamento Pedagógico. É nesse conjunto de habilidades, não numeradas, que iremos encontrar propostas de estudo interdisciplinar sobre “Identificar o papel de africanos escravizados e libertos nos processos de independência das Américas. Identificar os impactos da Revolução do Haiti nas relações escravagistas no Brasil. Conhecer biografias de líderes que buscaram a melhoria de vida e a liberdade dos povos.” (Departamento Pedagógico, p. 11, 2023) e que abordam a identidade (ou a busca pela identidade) do negro no sul-rio-grandense. E, finalmente, temos de “Analisar as discussões sobre a participação de escravizados e libertos na Guerra dos Farrapos (Semana Farroupilha)” (Departamento Pedagógico, p. 14, 2023), como proposta para habilidade de desenvolvimento transversal e que se relaciona com a “EF08HI16RS-2 Compreender o processo histórico da Revolução Farroupilha e sua importância para a formação da cultura gaúcha” (SEE/RS, p. 169, 2023).

Podemos agora relacionar duas habilidades que se originam em ramificações de uma habilidade da BNCC, no estado do Rio Grande do Sul e que não aparecem no currículo do estado de São Paulo, podendo desenvolver uma analogia entre a cultura do gaúcho com o negro sul-rio-grandense, ao que questionamos como reflexão se o negro do Rio Grande do Sul se identifica como gaúcho? Essa busca por identidade enquadra o negro e os movimentos negros que existem no austral do Brasil? Na habilidade proposta para transversalidade está proposta uma análise sobre os negros envolvidos na Guerra de Farrapos e na habilidade gaúcha²² temos a busca pela compreensão da formação gaúcha como resultado da denominada Revolução Farroupilha.

1.2 – A Gerra de Farrapos: porta de entrada para compreender o negro na sociedade

Para podermos compreender corretamente o que ocorreu no dia 14 de novembro de 1844, no Cerro de Porongos, precisamos compreender o que estava acontecendo entre os anos de 1835 e 1845 nas províncias do sul do território do Império do Brasil. Usaremos aqui o trabalho da autora Sandra Jatahy Pesavento²³ para tal compreensão.

²² Denominei de habilidade gaúcha por ser uma habilidade exclusiva do Referencial Curricular do estado do Rio Grande do Sul.

²³ Sandra Jatahy Pesavento foi professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, historiadora, escritora e intelectual brasileira. Destacou-se como pesquisadora da História Cultural. Seu falecimento ocorreu em 29 de março de 2009, aos 69 anos.

Utilizaremos aqui, como embasamento para essa apresentação do cenário que compreende nosso acontecimento específico o livro *Revolução Farroupilha* (PESAVENTO, 1990), publicado em 1990.

A autora inicia o livro apresentando a Guerra de Farrapos, explicando o panorama que tornou este acontecimento tão importante para a historiografia sul-rio-grandense e brasileira: a necessidade de manter o status dos estancieiros, que estavam em crise econômica e política – a busca de valorização aos membros da elite sulista -, e a necessidade de uma estruturação brasileira na região fronteira da Banda Oriental²⁴ - o governo central do Império do Brasil²⁵ contemplava o uso da estrutura armada do sul para garantir sua unanimidade territorial.

Da ideia federativa, os farroupilhas transitaram para a adoção da República (a República Rio-grandense), em um conflito que por dez anos ameaçou a unidade do Império. Em 1845, o centro, tendo necessidade do apoio gaúcho na defesa da fronteira sul frente aos conflitos que se avizinhavam com o Prata, ofereceu a “paz honrosa” aos rio-grandenses. A militarização da sociedade sulina, em decorrência de sua situação fronteira, foi um ponto essencial na barganha política com o Império [do Brasil] (PESAVENTO, 1990, p. 09)

Com uma ocupação territorial que pode ser considerada tardia, em relação ao restante do território litorâneo do processo de colonização português, a história do desenvolvimento do atual Rio Grande do Sul, se inicia após a década de 1640, com o abandono da região por parte dos jesuítas, que migram para o território mais ao sul, atual Uruguai. O gado que era criado pelas missões jesuíticas foi abandonado na região, resultando em rebanho que poderia ser denominado na época como selvagem e sem domesticação. Assim, segundo Pesavento, “a expansão colonizadora rumo ao sul foi específica, configurando-se uma formação histórica balizada, por um lado, pelo caráter militar-fronteiriço da área e, por outro [lado], pela presença de interesses econômicos desvinculados da lavoura de exportação” (PESAVENTO, 1990, p. 15).

Na formação de um conjunto de ideais que pudessem unir a população que estava ocupando e dominando, ou seja, colonizando a região, surge a defesa da existência de um indivíduo que não distinguia os demais membros da sociedade por condição de trabalho ou por sua posição social. Surge a compreensão de uma democracia dos pampas (PESAVENTO, 1990), como um tipo de compreensão de pré-democracia racial de

²⁴ Extremo sul do atual Rio Grande do Sul e fronteira entre o atual Uruguai e Brasil.

²⁵ Em uma observação pessoal quanto ao acontecimento da Guerra de Farrapos, podemos também refletir sobre o quanto não pode ser considerado como um ensaio para o que viria a acontecer nas décadas de 1860 e final da década de 1880, respectivamente a Guerra do Paraguai e a Proclamação da República do Brasil.

Gilberto Freire.

Nessa caracterização utópica de indivíduos sem diferenças em relação ao trabalho está o cerne da estruturação da crença da Guerra de Farrapos como embrião de uma união de pessoas que formariam uma nação.

[...] o fato de o dono da estância levar uma vida simples e praticar, ele também, as atividades de trato do rebanho não invalida a realidade de que ele é o dono dos meios de produção – terra e gado – da atividade fundamental da economia sulina na época, e que exerce sobre seus subordinados mecanismos de dominação-subordinação baseados inclusive na violência (PESAVENTO, 1990, p. 26).

Apesar da historiográfica tentar emoldurar a estrutura social da época como igualitária, Pesavento deixa claro que havia divisão entre o proprietário e o proletário, ou em termos de época, diferenças entre o estancieiro e o peão.

A relação entre o trabalho escravizado e dentro do território da província do Rio Grande do Sul é apresentada por Pesavento como

O escravo foi a mão-de-obra por excelência na charqueada, mas não na estância, onde ele aparece desde o início, sem contudo ser fundamental no processo produtivo. [...] Embora deva ser considerado que as lides da estância no trato com o gado exigiam não só extrema mobilidade (uso de cavalo) como porte de arma para defesa de rebanhos, requisitos que não se coadunavam com a situação servil (PESAVENTO, 1990, p. 26-27)

Pesavento apresenta a crença sul-rio-grandense de igualdade social e de, amansamento, difundido principalmente até o final da Primeira República pelos intelectuais sulistas e fincada na historiografia da região. Porém, mesmo com o ideário de ocupação do trabalho de forma similar entre senhor e peão e, em especial, até do escravizado usado na produção das charques, é inegável a dominação das classes que possuíam a terra, ao qual ela explica “nesses estabelecimentos [charqueadas], conhecidos como “purgatório dos negros”, é irrisório pensar em “bondade e tolerância” no trato dos escravos, estando o esquema de bipolarização bem definido com toda a carga de violência inerente às relações escravistas de produção” (PESAVENTO, 1990, p. 29).

O estabelecimento do domínio português, no cenário dos séculos XVII e XVIII, do Sul se dá pela forma de proteção do território que se fazia necessária. Segundo Pesavento, “além da terra que lhes era concedida, os estancieiros passaram a ocupar cargos de chefes e guardas da fronteira” (PESAVENTO, 1990, p. 31), desenvolvendo assim uma força armada que estava relacionada com o domínio da terra e a criação de

gado – a atividade econômica da região. O senhor das terras da região era um líder bélico de um pequeno exército particular que o tinha como igual entre eles, apesar dos privilégios do poder. Estruturou-se um tipo de poder miliciano.



Figura 03 - Inferno dos negros ou Purgatório dos negros em razão da forma extremamente rude com que tratavam os escravos. Aquarela sobre papel (15,3 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret, 1823.

Domínio público, Museus Castro Maya

Pesavento explica que, “a importância militar do estancieiro-soldado com suas tropas fez com que a Coroa permitisse uma certa autonomia do poder local em relação à administração lusa” (PESAVENTO, 1990, p. 31), o que, no século XIX, pode ser interpretado como o poder político necessário para estruturar a Guerra de Farrapos de 1835 até 1845.

Em termos de Brasil, a vinda da Família Real em 1808 foi um incidente que serviu para agravar as tensões de uma situação já estruturalmente desequilibrada, bem como encaminhar a independências do Brasil para uma determinada forma: a constituição de uma monarquia unitária e centralizada (PESAVENTO, 1990, p. 37)

No século XIX alguns acontecimentos no Brasil propiciaram ao desenvolvimento do conflito na região sulista. Foram eles: a chegada da Família Real Portuguesa em 1808,

que estruturou uma nova maneira do agir político, centrando o poder na província do Rio de Janeiro; A transição de Reino Unido entre Portugal, Brasil e Algarves para um território independente de Portugal, com a Proclamação da Independência em 1822 e consequentes conflitos em prol da independência político-administrativa do Brasil, novamente com centralização do poder na província do Rio de Janeiro; A abdicação de Dom Pedro I em 1831, que possibilitou a organização de um governo regencial, e que tinha interesses em manter o prestígio político econômico no eixo das províncias Rio-São Paulo.

Foram 33 anos de reestruturação político-administrativo sem levar em conta as províncias, atuais estados, em sua respectiva autonomia colonial, incomodando as elites que eram acostumadas com certa liberdade de autoadministração, entre elas, a província do Rio Grande do Sul foi uma das que sentiu o peso dessas reestruturações em governo monárquico centralizado.

Um outro ponto de atrito se verifica naquilo que os senhores de terras locais [do Sul] acusavam de “injusta discriminação das rendas provinciais” e que fazia com que fosse o [governo do] centro que determinasse quanto do montante da renda arrecadada na província revertia para a Corte e qual a que ficava no Rio Grande. Através de um mecanismo centralizador, podia a província produzir muito, sem que contudo conseguisse reter parte significativa das rendas (PESAVENTO, 1990, p. 40)

A centralização do poder representou perda do poder político, econômico e consequentemente, administrativo. Temos o cenário de origem da Guerra de Farrapos.

Aqueles que lideraram e governaram durante a Guerra de Farrapos o território da província do Rio Grande do Sul, que durante os anos de 1835 e 1845 foi denominada como proclamada República Rio-grandense, ficaram na historiografia registrados com o status de heróis, de ideais nobres e puros. Pesavento apresenta a ideia de serem eles, esses líderes, movidos pela gana humana, assim qualquer outro homem, impulsionados pelo acúmulo de bens. Para a autora, Bento Gonçalves era representado no envolvimento de atividades de “contrabando e a usurpação de terras mediante a violência, [que] no caso, não podem deixar de ser entendidos senão à luz do seu tempo, como práticas históricas correntes em sua época” (PESAVENTO, 1990, p. 48).

Assim, “a peonada, no caso, serviu como massa de manobra em mais uma prolongada campanha militar, lutando por interesses que não eram os seus e em nome de

ideais ou princípios cujo significado não podia alcançar” (PESAVENTO, 1990, p. 55).

Mesmo com a Guerra de Farrapos se estruturando sobre, teoricamente, ideais de uma sociedade una e sem desigualdade – na visão da historiografia regional da época –, havia um entendimento de igualdade e liberdade constantes em uma sociedade escravocrata, na qual, “liberdade individuais ou [significado de] povo dirigia-se exclusivamente à camada de homens livres e proprietários, únicos detentores de direitos políticos” (PESAVENTO, 1990, p. 63), ou seja, não bastava ser livre, era necessário uma confirmação de posse como proprietário, logo, era necessário ser membro de uma classe privilegiada para ter garantias de condição de povo da República – Riograndense – com liberdades individuais respeitadas.

A guerra e os líderes desse acontecimento que decorreu durante uma década são conhecidos por todo professor de História e, com um pouco de ajuda da memória, algumas pessoas de outras áreas e atividades podem se lembrar. Trataremos então, agora, da vertente historiográfica que propõe o término da Guerra de Farrapos com honras, registrada por décadas como uma paz honrosa²⁶.

Para compreender essa paz honrosa é necessário verificar as condições desse tratado de paz, ao qual

Os farrapos não sofreram uma derrota final nos campos de batalha, apesar de se encontrarem já bastante desgastados. Além disso, foi-lhes oferecida uma paz honrosa, que atendia aos revoltosos em muitas das suas antigas reivindicações. Foi concedido aos estancieros gaúchos o direito de escolherem o seu presidente da província; as dívidas da República Riograndense seriam pagas pelo governo central; os generais farrapos poderiam, se quisessem, passar para o exército brasileiro com os mesmo postos que ocupavam nas forças rebeldes; o governo central garantiu o direito de propriedade e a segurança individual de todos os revolucionários; os prisioneiros de guerra seriam soltos, e aqueles que estivessem fora da província poderiam retornar sem receio; seria elevada em 25% a taxa alfandegaria sobre a entrada do charque platino no mercado brasileiro; o governo reconhecia a liberdade dos escravos que haviam servido na revolução como soldados (PESAVENTO, 1990, p. 64-65)

Esse acordo que trata do encerramento do conflito, denominado de Paz de Ponche Verde, caracteriza uma vitória na derrota e, conforme Pesavento, “teve um significado ideológico fundamental para a imagem do movimento, que foi guardado pelas gerações futuras e habilmente explorado pela historiografia oficial” (PESAVENTO, 1990, p. 64).

A imagem ideológica final dos envolvidos, daqueles que atuaram como líderes

²⁶ Denominação utilizada por Pesavento em sua argumentação sobre o final do conflito.

dos revolucionários farroupilhas, que mantiveram a República Riograndense de 1835 até 1845, foi de heróis defensores de ideais de liberdade e igualdade, de homens sem diferença de condições e dotados de grandeza e nobreza pessoal, mesmo que estruturalmente fosse diferente na realidade.

Pesavento, ao explicar em seu livro o cenário social e político pré-Guerra de Farrapos e os acontecimentos que ocorrem durante os anos da Guerra não trata, em nenhum momento, da questão de uma troca, de uma traição, para firmar o acordo de Paz de Ponche Verde.

Estaríamos, na década da publicação do material de Pesavento, em uma linha historiográfica que não levou em consideração o Massacre de Porongos? Como a primeira edição do livro é de 1985 e é na década de 1980 que questões acerca de uma historiografia que tenha indivíduos negros como além da concepção de coisa se aprofundam no meio acadêmico, possivelmente apenas o tratado de Paz de Ponche Verde era classificado como teoria aceita.

Trataremos adiante sobre o viés historiográfico que trata da questão da traição em relação ao entendimento de paz honrosa no tratado que finda a Guerra de Farrapos.

1.3 – Negros Farrapos: Armados, destituídos de si, massacrados e apagados

Ao nos depararmos com questões contemporâneas que indagam sobre como populações de origem indígena e de origem africana foram relegadas a momentos e acontecimentos específicos da História do Brasil, questões estas que foram propostas no espaço acadêmico das universidades de humanidades após as décadas de 1970, 1980 e 1990, mas que já eram tratadas entre as comunidades quilombolas e indígenas, percebemos o quanto essa temática pode oferecer em aprendizagem para nos conhecermos enquanto brasileiros, enquanto seres humanos e enquanto resultado de mais de 350 anos de escravidão não tratados tão profundamente como poderiam ter /ser tratados.

As abordagens que alteraram as maneiras de observar a historiografia brasileira a partir da década de 1970 proporcionaram uma abertura política progressiva, que no ano de 2003, com a redação da lei 10.639, altera a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996²⁷.

Essa alteração, referente a lei 10.639²⁸ seguiu desenvolvendo e proporcionando o

²⁷ A referida lei é a orientação e norteadora sobre o desenvolvimento de funcionamento da educação no território brasileiro, ao qual denominou-se Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

²⁸ Que insere no texto da LDB a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira.

trato da História que reflete sobre o negro no Brasil, mas sem grandes mudanças nos decorridos 20 anos que se passaram até a presente data. A Base Nacional Comum Curricular se atenta para habilidades, que trabalhem conteúdos e temáticas das questões sociais e políticas dos afrodescendentes, mas ainda temos os conteúdos dos livros didáticos seguindo uma narrativa eurocêntrica e branca, Como, por exemplo, a habilidade EF08HI14, que visa

discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas (Brasil, p.425, 2017)

Mediante esses apontamentos, um acontecimento histórico ao qual tivemos contato e que se demonstrou ser desconhecido por diversos professores de História²⁹: o Massacre de Porongos, ocorrido em 14 de novembro de 1844, instigou questionamentos sobre o que é ensinado no espaço escolar, pois mesmo após uma década como professor não havíamos nos deparado com a informação do massacre, mas tínhamos ensinado sobre a Guerra de Farrapos ao longo de todo esse período.

Mas, afinal, o que foi o Massacre de Porongos? Quem ou o que era/eram Porongos? Qual acontecimento histórico é pano de fundo para esse massacre? Qual a pertinência em estudar essa temática?

Realizamos um levantamento sobre as publicações que abordam o acontecimento do Massacre de Porongos e encontramos trabalhos que se desenvolvem apenas após a década de 1990. Entre as publicações dos materiais que aborda a questão podemos citar o livro *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*, publicado em 1997 e organizado por José Hidelbrando Dacanal, em especial os capítulos *A escravidão negra e os farroupilhas* e *Negros Farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil* (LEITMAN, 1997).

Após essa publicação, identificamos mais três livros, publicados posteriormente à década de 2000, iniciando com o livro de Moacyr Flores, de 2004, intitulado *Negros na Revolução Farroupilha*, que aborda a guerra com perspectiva de detalhar a situação dos negros libertos e escravizados no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845, apresentando documentos que implicam na defesa da tese da traição de Porongos.

²⁹ Esse desconhecimento se acomete também nos professores de outras áreas em mesma quantidade que nos graduados nas ciências humanas.

No ano de 2006 é publicado o livro *Lanceiros Negros*, de Geraldo Hasse e Guilherme Kolling, apresentando o acontecimento de maneira similar ao que Flores aponta, como traição que culmina em massacre, optando por propor reflexões sobre o acontecimento e o desdobramento final (HASSE; KOLLING, 2006).

Encerrando primeira década do século XXI, no ano de 2010, Juremir Silva, publica o livro *História Regional da Infâmia*, com narrativa mais agressiva e concisa do que os livros anteriores, com linguagem que se assemelha a um folhetim republicano oitocentista, que conduz para a indignação sobre o resultado do conflito que ocorre no Cerro de Porongos, o Massacre. Juremir Silva apresenta a tese da traição como uma solução para conseguirem, os farroupilhas, assinarem um tratado de paz com as forças imperiais. Assim como é apresentado por Flores, apesar da hipótese de não ter existido uma traição, Juremir tem a traição e o massacre como resultado real.

A traição apresentada aqui é a de um conluio entre liderança das forças farroupilhas e das forças imperiais nos meses finais da Guerra dos Farrapos. Nessa tese da traição o General David Canabarro, líder farroupilha, estaria acordado com o General Luiz Alvez de Lima e Silva – futuramente viria a ser o Barão de Caxias – em uma entrega, sem resistência, da cavalaria de lanceiros negros e da infantaria negra, que estariam acampados no Cerro de Porongos. Essa traição é apontada por uma carta que está no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A tese da traição não é um consenso na historiografia, havendo historiadores que a tem como incerta e outros – como o caso de Flores e Juremir Silva – como certa e inequívoca, mas o Massacre se mantém, seja resultado de uma traição ou de um acaso.

Conseguimos identificar ainda uma série de artigos, que variam de publicação entre os anos de 2005 e 2018, sendo um deles em inglês, publicado em um evento por pesquisadores brasileiros.

Entre os artigos encontrados sobre a temática, estão algumas publicações que seguem de 2005 até 2021, seguindo a ordem cronológica de publicação: 2005, *Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha*, de Raul Carrion (CARRION, 2005); 2006, *Libertos e Liberdade: os Soldados Negros da República Rio-Grandense*, de César Augusto Barcellos Guazzelli (GUAZZELLI, 2006); 2009, *Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapo*, de Vinícius Oliveira e Daniela Vallandro de Carvalho (OLIVEIRA; CARVALHO, 2009); 2016, *Lanceiros Negros fighting for the right to housing : urban squatting at Porto Alegre - Brazil*, de Paulo Ricardo Zilio Abdala e Maria Ceci Araujo Misoczky (ABDALA;

MISOCZKI, 2016); 2018, Notas de Pesquisa: A Batalha de Porongos no Contexto da Guerra de Farrapos (1844), de José Edimar de Souza (SOUZA, 2018); Além de um resumo publicado em evento, 2021, De surpresa à traição: o massacre de Porongos e a memória histórica no Rio Grande do Sul, de Eduarda Dortzbacher Schena (SCHENA, 2021).

Todas essas publicações são regionais, publicadas através de universidade do Rio Grande do Sul, e apresentam uma linha de pesquisa que nos conduz ao entendimento de que a traição ocorrida na relação dos militares da República Riograndense para com os negros que atuavam como infantaria e cavalaria, sobre o comando de Canabarro, e que resulta no massacre de 14 de novembro de 1844.

Entre os artigos, um deles, de autoria de Abdala e Misoczky, apresenta algumas informações sobre quantidade e ordem dos acontecimentos que diverge dos demais

Lanceiros Negros (Black Lancers) was the name of a military troop of black slaves recruited to fight in the Farrapos War (a reference to the tattered clothes used by the combatants as the war progressed), a conflict that started with the revolt of farmers from Rio Grande do Sul, the Southern state of Brazil, and national imperialist forces, mainly as a reaction to cattle taxation. The war lasted from 1835 to 1845 and had at its aims the independence from Brazil and the creation of a republican country where slavery would be abolished. The black slaves fought with the promise of liberation after the end of the conflict; it is estimated that half of the farrapo's forces were slaves. As the conflict marched to its end, with the closeness of an agreement, general David Canabarro sent the Lanceiros Negros almost unarmed to the front lines for a lethal combat known as Porongos Massacre. Later it became known that there was a previous arrangement between the commander of the imperialist army and this general. Their act was considered a betrayal since both did not want to free the slaves as promised. There were fears that it would result in an expressive amount of blacks militarized, armed and unsatisfied, with the risk of revolts and further conflicts. At that time, the slaves represented around 21% of the state's population. On the battle of November 14th, only 120 Lanceiros survived from over 1.000, some deeply wounded, all of whom continued to be salves in other parts of the country³⁰ (ABDALA; MIZOCSKI, 2016, p. 2)

³⁰ Em tradução direta, feita por mim: Lanceiros Negros foi o nome de uma tropa militar de escravos negros recrutados para lutar na Guerra dos Farrapos (referência às roupas esfarrapadas usadas pelos combatentes no decorrer da guerra), conflito que começou com a revolta dos agricultores gaúchos. Sul, o estado do Sul do Brasil, e as forças imperialistas nacionais, principalmente como reação à tributação do gado. A guerra durou de 1835 a 1845 e tinha como objetivos a independência do Brasil e a criação de um país republicano onde a escravidão fosse abolida. Os escravos negros lutaram com a promessa de libertação após o fim do conflito; estima-se que metade das forças do farrapo eram escravos. À medida que o conflito caminhava para o fim, com a proximidade de um acordo, o general David Canabarro enviou os Lanceiros Negros quase desarmados para a linha de frente para um combate letal conhecido como Massacre de Porongos. Mais tarde soube-se que existia um acordo prévio entre o comandante do exército imperialista e este general. O ato deles foi considerado uma traição, pois ambos não queriam libertar os escravos como prometido. Havia temores de que isso resultasse em uma quantidade expressiva de negros militarizados, armados e insatisfeitos, com risco de revoltas e novos conflitos. Naquela época, os escravos representavam cerca de 21% da população do estado. Na batalha de 14 de Novembro, apenas sobreviveram 120 Lanceiros dos mais de 1.000, alguns profundamente feridos, que continuaram a ser salvos noutras partes do país.

Apesar do artigo em questão, de Abdala e Mizocski, tratar da temática da traição e do Massacre de Porongos, ocorre uma apresentação divergente de como ocorreu o ataque, como que se os soldados negros tivessem marchado em campo para confronto com os militares imperiais sem estarem armados e relaciona o acontecimento do Massacre de Porongos com um movimento negro de ocupação urbana, em um evento de 14 de novembro de 2015.

Essa série de publicações, em formato de artigos ou livros, nos conduzem ao entendimento de que a temática é pesquisada, mesmo que apenas regionalmente, mas ao tratar de uma temática de interesse nacional, no tocante do desenvolvimento social em relação à população negra, é de valor para a historiografia brasileira que seja tratado nacionalmente.

O primeiro contato que tivemos com o tema se perdeu na memória, ficando de lado o modo como esse contato ocorreu, mas o conteúdo marcou e instigou reflexões, que estão presentes desde o rascunho do projeto desta pesquisa até a elaboração desse texto.

Porongos não é um conjunto de indivíduos ou um indivíduo, estando para o acontecimento como um marco local do massacre, nomeando uma colina³¹ no atual município de Pinheiro Machado, Rio grande do Sul. Este local foi palco de um confronto entre soldados que lutavam em lados opostos da Guerra de Farrapos.

Apresentado desta maneira pode até parecer um confronto comum e com nada de diferente dos confrontos ocorridos no conflito que durou de 1835 até 1845, presente nos livros didáticos como Revolução Farroupilha ou Guerra de Farrapos, mas ao acrescentarmos de informação étnico-racial dos soldados envolvidos na oposição das forças do Império do Brasil, a narrativa ganha contornos diferentes e tem sua importância alterada para a historiografia: os soldados opositores às forças imperiais que estavam no Cerro de Porongos eram negros, ex-escravizados que optaram por lutar pelos Farroupilhas.

Também estavam presentes na colina em que ocorre o massacre indígenas que foram alistados compulsoriamente no exército republicano Rio-grandense e soldados, cidadãos, brancos, mas o alvo do ataque que culmina no acontecimento apresentado aqui foi acampamento de soldados negros

A opção por lutar em prol da república estabelecida não advinha diretamente da capacidade dos escravizados de decidirem, pois os que eram escravizados no território do

³¹ Cerro – Colina – de Porongos.

atual Rio Grande do Sul continuavam sem a condição de ser livre e assim não estavam capacitados na sociedade da época para tomar decisões, restava-lhes a decisão de lutar ou continuar no laboro braçal assentida pelo branco que o tinha como propriedade.

Assim, Flores (2010)³² nos apresenta o entendimento de que “o branco recrutado podia eximir-se do serviço militar desde que oferecesse em seu lugar um escravo com carta de alforria. Enquanto o liberto permanecesse nas fileiras do Exército, seu antigo dono gozaria da isenção do serviço em campanha” (FLORES, 2010. p. 50)

Antes de seguir sobre os acontecimentos decorridos no Cerro de Porongos podemos propor um questionamento sobre o que é ser negro no Brasil, principalmente nos séculos anteriores ao século XXI e, justamente neste século, é o que temos mais espaço para as questões étnico-raciais, obtido após décadas, séculos de lutas de comunidades. Não o suficiente em termos de espaço ou de reparação, mas o necessário para aumentar gradativamente todo o espaço para as vozes negras.

Afinal, qual o significado de ser negro? Segundo Bernardino-Costa

Negro (black, noir, etc) foi, ao mesmo tempo, uma tentativa de apagamento da diferença étnica entre os não europeus de modo geral, em especial os descendentes de africanos, e de construção de uma identidade coletiva negativa, inferiorizante, portanto, colonizadora e construtora de um Outro mitologicamente sem história e sem cultura. A eficácia da construção narrativa do colonizador em relação ao ser negro como ausência, ou negação de uma humanidade comum, tem inspirado inúmeras reações dos intelectuais e ativistas, em diferentes lugares do mundo, em especial no mundo atlântico, a construírem ontologias³³ que tentam articular o passado negado e a experiência presente (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES, 2023. p. 273).

Aqui se faz necessário refletir sobre o papel do negro no ensino de História do Brasil para propor uma reflexão que irá nos acompanhar até o final dessa pesquisa que é a maneira como a história desses indivíduos negros é apresentada nos anos de ensino básico, onde

A história ensinada sobre a África e os africanos têm tirado desses sujeitos a potência de suas vozes, remetidos, muitas vezes, apenas à condição de serem escravizados, e que ao longo dessa escravidão, receberam benesses como a “filantropia” e a caridade dos brancos, seja nos anos que a escravidão perdurou, seja na própria abolição (CEREZER, 2020, Ebook).

³² Moacyr Flores, Doutor em História, ensaísta e historiador, com diversos livros publicados e ênfase na História do Brasil.

³³ A ontologia é um ramo da filosofia que trata de analisar a existência, os motivos do devir, o ser e a realidade.

Na condição de escravizados, a vontade e o poder de decisão sobre os próprios destinos foram retirados desses indivíduos, mas não houve desistência por parte deles, os negros, do que lhes foi roubado. Sempre existiu resistência, seja na maneira como mantiveram seus costumes religiosos ao passarem pelo sincretismo, seja nas lutas físicas que ocorreram para obter a liberdade ou até mesmo nas batalhas jurídicas³⁴ que garantiam a dignidade de viver enquanto homens e mulheres livres e não mais libertos.

Qual a distinção entre homens e mulheres chamados livres do termo homens e mulheres chamados libertos? Apesar da semântica da escrita, podemos compreender que livres todos são, pois, a condição de escravizado é imposta por força maior, de Estado, de exército, de dominação cultural, estando todos aptos à dignidade de serem livres desde o nascimento. Já o termo libertos conota a condição de estarem cessando as restrições ao qual o conjunto de indivíduos foi restringido, como ocorre com infratores legais ou criminosos que passam por um período de privação da liberdade. Apesar de similares na escrita, o entendimento dos conceitos pode se mostrar diferentes.

Sobre a condição do negro na sociedade sulista do Império do Brasil³⁵, é importante destacar que, segundo Flores, “embora os Farroupilhas lutassem por liberdade política, seguiram o imaginário da época que considerava o negro como inferior, discriminando-o e assim justificando o sistema de escravidão” (FLORES, 2010. p. 16), estando então os soldados negros em uma condição social abaixo dos demais soldados que lutavam em prol dos Farroupilhas.

Dentre as ideias defendidas pelos republicanos³⁶ estava o liberalismo econômico que defendia a não interferência do Estado na propriedade privada e como o negro era considerado como uma propriedade de outros indivíduos. A organização do governo republicano se abstinha de determinar o fim da escravidão no território, mas apenas na condição dos negros escravizados serem de propriedade de apoiadores do movimento opositor ao Império do Brasil, pois no caso oposto

Os revolucionários procuravam desestabilizar os legalistas, recrutando sua mão de obra, os escravos³⁷, a quem ofereciam liberdade em troca do serviço

³⁴ A exemplo de batalhas jurídicas, temos na História do Brasil Luiz Gama, que usou a Lei Feijó como meio de obter a liberdade para os escravizados após o ano de 1831.

³⁵ Território que foi nomeado de república pelo governo dos Farroupilhas.

³⁶ Maneira pelo qual os opositores ao Império do Brasil se denominavam no conflito da Guerra de Farrapos.

³⁷ Sabidamente, hoje o termo escravos não mais considerado adequado, pois na reflexão de condição da privação de liberdade, os que não dispõem mais da autonomia para ir ou vir, estando vinculados ao trabalho compulsório, estão em uma situação de escravidão e por tanto denominados de escravizados e não

militar. Em nenhum momento os republicanos libertaram seus escravos. Quando um escravo dos legalistas era capturado, podia optar entre servir ao Exército republicano ou continuar como escravo, agora de propriedade do Tesouro Nacional dos farroupilhas (FLORES, 2010, p. 30)

Ainda, analisando a condição do negro no território republicano farroupilha, “o escravo era considerado como bem móvel, que pode ser vendido, alugado, trocado, hipotecado, herdado e legado como dote” (FLORES, 2010, p. 30), ou seja, para o governo sulista opositor ao Império do Brasil, a visão e entendimento sobre o negro não divergia do restante do território brasileiro, mesmo assim não deixavam de usar a mão de obra negra como instrumento bélico para mover os ideais denominados republicanos.

Em contrapartida, os imperiais ou legalistas passaram a ofertar aos negros que lutavam ao lado dos republicanos benfeitorias que visavam enfraquecer e desestabilizar as tropas que garantiam a resistência farroupilha, na proporção que

O escravo que desertasse dos republicanos receberia anistia e seria enviado para fora da província, às custas do governo imperial, a fim de evitar qualquer vingança por parte dos rebeldes. O artigo 3º do Aviso dizia que o escravo que se apresentasse seria avaliado pela Câmara Municipal ou por dois louvados, mas não há referência se ele ficaria em liberdade (FLORES, 2010, p. 33)

Ambos os lados do conflito usavam a liberdade ofertada como uma moeda de troca pelo ganho de vantagens no conflito, no qual os republicanos usavam os negros libertos como soldados que “[...] por serem libertos, continuavam reunidos em acampamentos por não terem casas ou famílias, mantendo seu potencial bélico” (FLORES, 2010, p. 34), apesar do estado alerta eminente para o combate “o escravo devia combater de lança ou na infantaria” (FLORES, 2010, p.35), demonstrando o status inferior ao qual era destinado e como bucha de canhão para os confrontos que viriam a ocorrer. Os imperiais ofertavam liberdade condicional aos desertores, para enfraquecer as forças de resistência sobre o território dos republicanos, mas sem garantia de continuidade dessa liberdade. Aos negros sobravam lutar, para serem livres da escravidão do Império do Brasil ou para serem livres, como combatentes, na República Farroupilha. A guerra apresentou-se como única maneira de manter a liberdade.

O regime escravocrata não era questionado plenamente pelo projeto da república que se opunha ao Império do Brasil, pois os apoiadores do levante, estancieiros, utilizavam dessa força motriz na condição de não libertos para garantir seus ganhos e o

escravizados, mas o trecho em destaque apresenta o termo redigido pelo autor em 2010, ano de edição do livro.

desenvolvimento das atividades nas propriedades que se assemelhavam muito as *plantations* do restante da América, havendo até mesmo distinção no texto da constituição elaborada pelo governo republicano, na qual “[...] são cidadãos Rio-grandenses § 1º - Todos os homens livres nascidos no território da República” (FLORES, 2010, p. 39), a liberdade era apresentada como moeda de troca durante a duração da guerra, estando os homens negros libertos enquanto instrumentos bélicos.

Apresentados os acontecimentos anteriores ao do Massacre de Porongos, cabe-nos compreender a disposição dos negros que foram combatidos na referida localidade: como já explicado e referenciado anteriormente, aos negros restavam o uso de lanças e da posição da infantaria, ou seja, sem o uso de armas de fogo e em grande parte seguindo como soldados que caminham pelo campo de batalha. Flores explica que o uso do cavalo era reservado aos oficiais brancos, pois era necessária uma quantidade de cavalos para o revezamento, que evitava a exaustão dos animais, e de campo e cuidados para garantia da qualidade do animal durante os combates, porém os negros podiam utilizar de cavalos, mas privados do uso de armas de fogo e deveriam se restringir ao uso de lanças.

Assim como ocorreu posteriormente na Guerra do Paraguai, o negro servia de isenção ao branco que o enviava ao campo de batalha, prestando seu dever com o governo republicano e não deixando faltar laboro bélico na manutenção do poder estruturado no Sul do Brasil pelos Farrroupilhas.

É importante salientar que ao lado dos negros instituídos como soldados do exército republicano estavam também indígenas que também foram angariados para aumentar a quantidade de combatentes, estando formado no ano de 1870 dois corpos de lanceiros em que “[...] o 1º Corpo [de Lanceiros] era formado por negros libertos” (FLORES, 2010, p. 51) e “o 2º Corpo de Lanceiros republicanos rio-grandenses, formado por índios guaranis das antigas reduções jesuíticas” (FLORES, 2010, p. 51). Podemos identificar na explicação apresentada por Flores que o negro não é citado como soldado ou lanceiros republicanos, mas sim como libertos, na condição de serem livres e de estarem abaixo dos demais membros da organização militar e, até mesmo os indígenas são apresentados como abaixo dos oficiais³⁸.

As características sociais sobre a integração do negro e do indígena que podemos identificar na sociedade no sul do território do Império do Brasil no início do século XIX são muito similares das encontradas em outras regiões, indicando que ambos os grupos

³⁸ Oficiais esses que deveriam ser brancos, sulistas, de classe privilegiada.

de indivíduos eram excluídos, salvo raras exceções, ao qual podiam ter um papel de algum tipo de instrumento na sociedade³⁹. A condição de escravizado destinada aos negros e indígenas, mantinha ambos na margem da participação social, se é que podemos descrever o que havia durante o século XIX de sociedade no quesito de organização e que tinha o negro como “[...] “o elemento africano” [que] é associado de imediato ao escavo, ou seja, o “que pegou no pesado” por ser mais “propenso à escravidão” por suas origens culturais” (CEREZAR, 2020, ebook)

Além dessas análises “míopes”, que estão assentadas sobre a estrutura de posições históricas clássicas, os livros didáticos também recorrem a julgamentos morais que acabam por empobrecer a análise histórica: “[...] em sua sede de lucros, de riqueza, o homem é capaz de prender outro homem como se fosse um objeto” (FRACCARO; VALÉRIO; RIBEIRO, 2020, Ebook)

Após apresentado o cenário, que se desenvolve no conflito da Guerra de Farrapos e do envolvimento da figura do negro dentro desse conflito, devemos compreender que há duas linhas de defesa dos acontecimentos pretéritos e que podem indicar o que aconteceu. Em uma das linhas podemos encontrar a defesa da ideia de que o massacre ocorrido no dia 14 de novembro de 1844 é resultado de uma traição expressa entre o general Canabarro⁴⁰, responsável pelo corpo de infantaria e o corpo de cavalaria de lanceiros negros, ao qual entregou a posição para o general Barão de Caxias⁴¹, e na outra linha encontramos a um tratado que supostamente revoga o entendimento sobre a traição.

Dessa forma, as tropas de Canabarro, ao serem surpreendidas, em especial o corpo de cavalaria e de infantaria negros, foram atacadas pelas forças de Barão de Caxias. Flores nos traz informações em seu livro de que a linha histórica mais adequada seria a da traição, ao qual o Canabarro teria indicado as tropas imperiais ou legalistas a posição do acampamento negro, tendo em vista que o acampamento indígena e acampamento de soldados brancos não foram atacados na noite do massacre de Porongos e que os três acampamentos estavam próximos.

Ao tratar de um exemplo que nos permite compreender a realidade da sociedade antes, durante e depois do conflito que figura o Massacre de Porongos, apresentamos o

³⁹ Como o caso dos negros lanceiros que lutaram pela república Sul-rio-grandense de 1836.

⁴⁰ David José Martins, conhecido como David Canabarro, foi um general brasileiro e um dos líderes da Guerra de Farrapos.

⁴¹ Luís Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, cujas alcunhas se confrontam entre “O pacificador” e o “Marechal de Ferro”, comandou as forças legalistas – imperiais – na supressão da Guerra de Farrapos.

negro Jesuíno, apresentado por Silva⁴²

O negro Jesuíno acreditou nessa promessa de liberdade e empregou a sua energia, durante cinco anos, a serviços dos farrapos, tendo também lutado no lado oposto por um ano. Em 1874, contudo, na condição de escravo de Epifânio Orlando de Paula Fogaça, respondeu a processo, acusado de matar Francisco Dirceu Marinho de Sá Queiroz. Talvez nunca ouvíssemos falar nele se o historiador Vinicius Oliveira não o tivesse resgatado de maços de papéis fadados ao esquecimento. A trajetória desse homem comum, pronto a guerrear por rebeldes e legalistas, feito um jogador de futebol sem cor nem time, serve hoje de indício ou de prova de um acordo não cumprido. Provas, de resto, faltaram para condená-lo no processo citado. Tinha, segundo informou, cinquenta e poucos anos, nascera em Alegrete, de pais desconhecidos, vivera como campeiro, soldado de circunstância e escravo por definição (SILVA, 2010, Ebook)

Ao apresentar o personagem histórico denominado de Jesuíno, Silva nos disponibiliza uma possibilidade de generalização da condição de grande parte dos negros no Império do Brasil, sejam eles da região que declara a República Rio-grandense ou de outra qualquer região do território. Descrevendo-o como na condição de não ter conhecimento sobre a origem dos pais dos pais e como escravizado em sua definição enquanto indivíduo.

Com base no exemplo sobre o antes, o durante e o depois do conflito – na imagem de Jesuíno –, o motivo da traição que resultou no Massacre teve uma explicação simples pelos responsáveis, onde “a anistia ampla e geral não podia contemplar os soldados negros por que eram libertos, portanto não eram cidadãos nem do Império e nem da extinta República Rio-grandense, conforme consta no projeto de Constituição de 1842” (FLORES, 2010, p. 58), e na condição de serem libertos e não de serem indivíduos livres podemos retomar a questão já tratada da semântica entre livre e liberto que discutimos anteriormente.

A linha da não traição, mas da pacificação por via de um tratado é explicado por Flores como “que os imperiais firmaram um Tratado de Paz em Poncho Verde nos termos ditados pelos republicanos [...], sem assinatura por parte dos imperiais. Portanto a ata não é um tratado, é apenas um documento para encobrir o que não poderia vir à luz: a traição em Porongos” (FLORES, 2010, p. 57).

Ao tratar da questão do acontecimento no Cerro de Porongos, que culmina com o massacre dos negros lanceiros e da infantaria negra, é interessante compreender que os

⁴² Juremir Machado da Silva, Doutor em Sociologia, graduado em História e Jornalismo, atua com ênfase na área da Sociologia Cultural, autor do livro História regional da infâmia - o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, de 2010.

negros foram utilizados durante o período da guerra de farrapos como instrumentos bélicos.

Eles eram homens-armas, mobilizados para servir de resistência ao avanço imperial e ao mesmo tempo para garantir a manutenção do território republicano dos farrapos. Esse termo não está presente em nenhum material. Eu usei aqui para simplificar o uso dos negros durante a guerra como instrumentos de guerra, pois mesmo que houvesse a promessa de liberdade entre os que detinham a posse sobre a vida dos negros e para os negros, não podemos pensar que havia ingenuidade entre os indivíduos envolvidos e que acreditaram cegamente na promessa de um final feliz para eles, tendo em vista que a condição de escravizado estava presente no cerne da sociedade na qual estavam inseridos (sem fazer parte, apenas inseridos). Se creditarmos aos negros que pegaram em armas que eles tinham fé no fim da escravidão e que eram confiantes na palavra do branco pensaremos de maneira como a historiografia tradicional sempre os viu (anteriormente aos anos de 1970): sem protagonismo nas suas decisões. Logo, sabiam que eram instrumentos e que eram usados, tomando a decisão entre a liberdade momentânea ou a escravidão constante.

Do outro lado também aconteceu o uso no qual os negros eram destinados a ofertas, benesses, do governo imperial desde que abandonassem o governo republicano, mas a liberdade não lhes era garantida permanentemente, não havia essa previsão. E Por que a liberdade não era garantida permanentemente? Por estarem em um território escravocrata, seja da República formada pela Guerra de Farrapos ou território do Império, precisamos nos atentar que o mecanismo econômico girava em torno do trabalho escravo, era o escravizado que movia as engrenagens do enriquecimento, onde, segundo Quijano, “ambos os elementos, raça e divisão do trabalho foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente [...]” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Dessa maneira, cogitar a possibilidade do fim da escravidão era, para um conjunto de indivíduos privilegiados, colocar em risco todo o restante da organização social baseada no trabalho compulsório do regime escravista, pois, para a elite escravagista não era viável, e talvez inconcebível para a mentalidade da época, a conciliação entre os termos trabalho e negro livre. Os negros foram instrumentos utilizados para a guerra e assim, o término da guerra tornava-os desnecessários enquanto indivíduos libertos.

Desnecessários como homens libertos do trabalho escravizado, pois não teriam direitos políticos por não terem, segundo Pesavento (1990), liberdades individuais e por não se caracterizarem como pertencente ao povo por não serem donos de nada.

Sobre os homens negros que pegaram em armas nessa situação, podemos refletir que o Massacre fez parte do conflito que ocorria desde 1835 e que em alguns meses o acontecimento no Cerro de Porongos, chegaria ao término no ano de 1845, e que no já citado e referenciado, anteriormente, Tratado de Paz de Ponche Verde, a paz honrosa (PESAVENTO, 1990), a liberdade os esperava – mesmo que Flores nos apresente um panorama documental em que não houve liberdade, mas a volta ao trabalho na condição de escravizado através das forças imperiais.

Esse acontecimento, traição ou não, que resulta no Massacre, resultou no o término do conflito, no qual os republicanos entregaram sua infantaria e sua cavalaria negra, que lutava contra o Império, pois representava um risco, representava o perigo, representava a resistência do negro ao domínio do branco e, representava acima de tudo, a promessa do fim da escravidão – que não seria cumprida – , pois ao término do conflito eles não seriam mais necessários como soldados e seriam um estorvo ao regime escravocrata, a não ser que estivessem sob o desígnio de trabalhadores escravizados, seguindo os interesses dos proprietários.

Teria sido organizada entre as duas partes, os imperialistas e os republicanos, o determinado acima para fim do conflito e para o fim da liberdade dos homens negros envolvidos, e “os chefes farroupilhas ocultaram a concessão de anistia e a entrega dos negros ao império, com a ata do falso Tratado de Paz de Poncho Verde” (FLORES, 2010, p. 59).

Aqui entra a ideia defendida e apresentada por Flores, a da traição no Massacre de Porongos, pois, a partir do momento que era necessário eliminar, o que nós podemos aqui considerar sobre as óticas imperial e republicana, o empecilho para o fim do conflito que durava já há uma década, foi feito uma troca, um acordo ao qual os republicanos, soldados, seriam acrescentados ao exército Imperial, os estancieiros não seriam penalizados pelo apoio de uma década à guerra e os negros não alcançariam a liberdade.

A base para esse massacre é um regime escravocrata desenvolvido desde 1500, com entrada da população negra após a terceira década do século XVI no território português e que se manteve até 1888, não sem encontrar resistência, ao contrário, encontrando resistência física, resistência política, porém, com uma quantidade de indivíduos que detinha poder político e social que era favorecida pelo funcionamento do sistema escravocrata. A instituição do negro enquanto mercadoria, enquanto posse, estava relacionada ao negro como meio de obter e manter o fornecimento de poder. Não que o negro tivesse poder diretamente, mas ter sobre seu controle um contingente negro,

enquanto o trabalhador, permitia o poder social e conseqüentemente o status.

Silva, vai além e argumenta que não houve uma traição, mas sim três, de naturezas distintas

Parece que os negros foram engenhosamente traídos três vezes. Na primeira, quando acreditaram, ou fingiram crer, que ganhariam a liberdade ao fim da guerra com a vitória dos republicanos. Na segunda, no famoso episódio de Porongos, quando teriam sido dizimados num ataque surpresa dos imperiais ou numa traição do comandante David Canabarro, que teria negociado com o oponente de maneira a livrar-se dos aliados negros convertidos em obstáculos a uma rendição com jeito de acordo de paz. Salvo se não foi surpresa nem traição, mas apenas uma coincidência se as tropas imperiais caíram justamente sobre o setor negro de Porongos enquanto branco e índios escapavam. Na terceira traição, a mais recente e mais sofisticada de todas, os negros farroupilhas são transformados pelos seus carrascos em heróis de uma resistência colossal que teria dado às tropas republicanas humilhadas em Porongos mais alguns meses de sobrevida (SILVA, 2010, Ebook)

Podemos supor que o devido acontecimento que ocorre no Cerro de Porongos teve função de findar o movimento negro armado que lutava pelo fim da escravidão, e conseqüentemente se armou contra o governo do Império do Brasil, mas também teve, em algum ponto, uma função de exemplificar aos negros que viessem saber de escravizados armados contra o governo Imperial escravocrata o que aconteceria aos que fizessem o mesmo – o Massacre cumpre um papel de aviso e exemplo.

Hasse e Kolling, na interpretação da necessidade de um fim aos negros combatentes para que o fim do conflito pudesse ser negociado, questionam, “como conciliar uma província com negros libertos e um país escravocrata?” (HASSE; KOLLING, 2009, Ebook) e sobre o ataque das forças imperiais ao Cerro de Pongos, propõe a reflexão, “da centena de farroupilhas que morreram no campo de batalha, a quase totalidade seriam de negros. Os prisioneiros somaram três centenas na maioria absoluta também negros” (FLORES, 2010, p. 57), e mesmo que a quantidade de prisioneiros destoe do que é apresentado por Flores, os autores tratam do ataque imperial contra forças farroupilhas de predominância negra.

Essa realidade pode se firmar no entendimento de “[...] a realidade era contraditória, se for uma contradição tentar fazer equivaler homens a mercadorias” (FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 18), no qual “o senhor escravagista, pelo contrário, deveria obrigar o seu cativo a trabalhar e a obedecer, se quisesse continuar como dono de coisas e gente” (FLORENTINO; GÓES, 2017, p. 25), ou seja, o regime escravagista se valia da contradição do homem ser tratado feito coisa, usando da ferocidade irracional do

sistema que dominava pela ideologia de ser mais civilizado e desenvolvido. Essa dualidade, homem feito coisa, ferocidade do civilizado, concretiza nossa suposição do castigo – traição e massacre – para exemplificar.

Consideramos importante destacar que o ensino desse evento, classificado como Massacre ocorrido no Cerro de Porongos, é de um valor muito grande, inserindo um grupo de indivíduos que não eram considerados como membros da sociedade, os negros, como membros de valor para os acontecimentos decorridos entre 1835 e 1845. Não foram apenas quantidade nas frentes de batalha, mas qualidade na defesa de ideais, sejam esses da república ou do império, tendo em vista que foram utilizados por ambos os lados, republicanos ou imperiais. Foi uma guerra, um conflito nacional, dentro do território do Império do Brasil, contra forças políticas opostas, geradas através de um regionalismo, no qual não houve uma alternância real no poder. A elite sulista alcançou o poder pela guerra, mantendo-se no e a população continuou bestializada⁴³, deixada a margem.

Os negros aqui não foram bestializados, nem podemos concluir que foram iludidos, pois tiveram aceite em participar do conflito e alguns até trocaram de lado. Retratados como instrumentos pela promessa de que alcançariam o fim da escravidão, mesmo que não acreditassem na permanência da promessa, estavam lutando por desígnio próprio. E aqueles que pegaram em armas e foram deixados de lado, traídos, seus ideais foram ali deixados de lado, ideais esses que eram o fim da escravidão. Os negros de Porongos não lutavam pela república ou por líderes brancos, podemos entender que foi um tipo de levante legitimado e na busca pelo término da coação do ser livre, não contra o governo imperial, mas contra o regime escravocrata.

Ao tratar dessa temática podemos identificar um apagamento, devido ao fato desse tema, a traição e morte dos homens negros, que ocorreu no dia 14 de novembro de 1844 não constarem nos livros didáticos do ensino fundamental e de ser um tema muito difícil de ser encontrado em fontes, a não ser que seja de origem de um nicho muito específico como o caso que foi encontrado no material de Flores e de Silva, que nos mostra como é necessário uma abordagem decolonial dentro da nossa historiografia, ao qual temos um movimento branco, elitizado que não gera alternância de poder e praticamente não tem participação popular suficiente para ser chamado de revolução.

Considerando os autores, Flores e Silva, “não houve uma “Convenção de Ponche

⁴³ Em referência ao termo que intitula a obra de José Murilo de Carvalho, Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi, publicado em 1987 e que trata de como a população não participa, realmente, dos eventos da Proclamação da República.

Verde” (SILVA, 2010, Ebook) assinada pelas duas partes. Houve “traição em Porongos e farsa em Ponche Verde” (SILVA, 2010, apud FLORES, 2004), podemos relacionar esses eventos à argumentação de Quijano sobre a situação dos descendentes de africanos na América do sul

A imposição de uma ideologia de “democracia racial” que mascara a verdadeira discriminação e a dominação colonial dos negros, como, no Brasil, na Colômbia, na Venezuela. Dificilmente alguém podem reconhecer com seriedade uma verdadeira cidadania da população de origem africana nesses países, ainda que as tensões e conflitos raciais não sejam tão violentos e explícitos como na África do Sul ou no sul dos Estados Unidos [da América] (QUIJANO, 2005, p. 136)

O valor de trabalhar os temas sobre os acontecimentos do Massacre de Porongo é proporcionar, aos estudantes e concomitantemente aos familiares, reflexões sobre o negro na história do Brasil. Apesar do acontecimento em questão estar relacionado a um conflito que se desenvolveu na região sul do Brasil, na primeira metade do século XIX, esse tema trata do uso do negro para a manutenção do poder social da elite branca, mas também coloca os negros envolvidos como protagonistas desse evento. Protagonistas por terem tomado decisão de fazer parte e por empunharem armas seguindo seus próprios ideais, mesmo que aparentem estar servindo aos ideais republicanos, serviam contra a escravidão.

Ao serem traídos, os negros que atuaram no Corpo de cavalaria e infantaria do exército da República Rio-grandense instituída na Guerra de Farrapos, no dia 14 de novembro de 1844, no Cerro de Porongos, com a morte da maioria e a escravização dos sobreviventes como espólios para os imperiais, passaram por uma organização sistemática do esquecimento, com a memória da Guerra de farrapos sendo ensinada como uma Revolução dos Farroupilhas, importante acontecimento que viria a figurar o ensino de História do Brasil no ensino básico.

Sobre o conceito de memória, nos embasando no apresentado por Huyssen⁴⁴, “[...] dos pontos de vista fenomenológico e psicanalítico, o esquecimento efetivamente cria a memória” (HUYSSSEN, 2014, p. 157), dessa maneira, os acontecimentos que envolvem os farrapos foram propagados de modo a serem lembrados pelo vínculo emocional que se firma após a Proclamação da República, onde o novo modelo de governo buscou por símbolos que refutassem o antigo governo monárquico e a Guerra de Farrapos se

⁴⁴ Andreas Huyssen, é professor de língua alemã e literatura comparada, ensaísta e pesquisador, que discute questões diversas, entre elas a memória e o esquecimento na formação social.

enquadra nesse intuito.

Os negros não foram associados ao acontecimento por aqueles que registraram o que aconteceu, aparecendo em segundo plano, assim como ocorre nos livros didáticos de um modo geral, relegando a participação negra para recortes temporais específicos. Logo, estão fora da memória que está presente na formulação da história do conteúdo ensinado sobre os farrapos.

Nessa proposta de linha de entendimento sobre a memória como orientadora do que foi lembrado, podemos associar o esquecimento como formador do que é registrado pela historiografia. No entendimento de Prost⁴⁵ somos apresentados para o conceito em que “a história ordena o esquecimento” (PROST, 2000), pois apesar da ideia romantizada da História ser responsável por não deixar esquecer e auxiliar a compreensão da formação do mundo atual, a organização e estruturação do que está na historiografia segue ideais de poder e ao esquecer, torna oficial o que constitui uma nação.

Dessa forma, a memória, na concepção de Huyssen, e a História, na concepção de Prost, seguem caminhos similares, pois ambas tratam do que foi esquecido e do que foi propagado enquanto pertinente a ser estudado. As memórias dos acontecimentos entram no arcabouço popular por estarem vinculados aquilo que tocou o emocional cotidiano, enquanto no desenvolvimento da historiografia, apesar de parecer paradoxal, o que foi decidido para seguir a diante como pertinente na formação de uma base da História para determinado povo é orientado por questões de origem política.

E por que tratamos aqui de memória e de História? Apesar de muito breve, essa análise pode nos auxiliar a compreender o fato da História de Porongos estar vinculada à memória da Guerra de Farrapos.

Ao propormos o estudo do acontecimento do Massacre de Porongos na sala de aula durante as aulas de História, estamos propondo o questionamento sobre a estrutura da historiografia nacional, relacionando com o que é apresentado sobre a Guerra de Farrapos, refletindo sobre diversos conceitos, entre eles o uso de termos como revolução, revolta, levante, que podem legitimar ou destituir de legitimidade participações de indivíduos que antes das décadas de 1970 e 1980 não estavam presentes na historiografia brasileira como protagonistas, apenas como coisas⁴⁶ sem poder de decisão.

⁴⁵ Antonie Prost, professor de História de origem francesa, trabalha questões que envolvem a teoria da História e o desenvolvimento da educação.

⁴⁶ Até meados da década de 1960 os escravizados eram tratados nas pesquisas como “coisas”, ou como também era utilizado, “indivíduo-coisa”, indicando que havia uma passionalidade sobre sua condição, o

Estudar esse acontecimento em questão enriquece o conteúdo tratado na sala de aula e auxilia no desenvolvimento da criticidade dos estudantes, independentemente de sua idade ou nível de escolaridade.

A função do professor pode ser compreendida na proporção de “Quando um educador ou uma educadora nega (com ou sem intenção) aos alunos a compreensão das condições culturais, históricas e sociais de produção do conhecimento, termina por reforçar a mitificação e a sensação de perplexidade, impotência e incapacidade cognitiva” (CORTELLA, 2006, p. 93) e complementa-se com o entendimento de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2017, p. 24). O Massacre de Porongos, então, assume uma posição de construção de conhecimento para os estudantes ao apresentar a possibilidade de compreender quantas outras vezes os negros foram retirados da equação historiográfica enquanto protagonistas de seus destinos e estudo do acontecimento em questão possibilita obter êxito no trabalho de temas da História e que devem ser abordados de forma a propor reflexões acerca da formação do brasileiro.

1.4 – Indivíduos negros farrapos e os modos de obter a libertação

Nossa pesquisa, que teve início voltada para tratar dos negros que lutaram e morreram pelo exército farrapo da Guerra de Farrapos, em especial no acontecimento conhecido como Massacre de Porongos, acabou por nos levar por caminhos mais profundos, não ficando apenas no acontecimento ocorrido na Colina de Porongos. Ao trabalharmos o tema da existência do negro na sociedade do atual estado do Rio Grande do Sul, mas analisando um recorte temporal da terceira década do século XIX, acabamos por identificar os usos da escravidão naquela sociedade e os modos de alcançar a libertação da condição de trabalhador compulsivo.

Perguntar quem eram, como eram, como se vestiam, como se comportavam, apresentam-se para nós enquanto pesquisamos essa temática, pois existe uma grande lacuna nas representações negras no mundo colonial, mesmo que a presença negra fosse grande em meio a sociedade. Não obstante por essa falta de representação, há ainda uma grande resistência social em compreender que o negro em meio a sociedades formava a sociedade e não estava apenas nas suas margens.

que se demonstra inadequado com as mudanças da historiografia que passa a se aprofundar sobre a condição do negro na sociedade escravocrata após a década de 1970.

Uma reflexão muito importante e que se demonstra muito difícil de responder é a origem do negro africano que esteve presente no Brasil, afinal de qual grupo étnico esses indivíduos eram? Algumas denominações encontradas em publicações podem nos orientar a cerca disso (OLIVEIRA; CARVALHO 2009): Francisco Cabinda, Antonio Benguela, José Angola e outras muito imprecisas, como a denominação de preto Antônio.

Buscando abordar quem eram e o que lhes ocorreu, trataremos da pesquisa de Oliveira⁴⁷ e Carvalho⁴⁸ sobre a identidade de alguns negros que atuaram na Guerra de Farrapos e da análise sobre escravidão e liberdade, elaborada por Grinberg⁴⁹ e Pealodg⁵⁰.

Para atender uma demanda crescente de soldados ou de combatentes para as frentes de combate na Guerra de Farrapos, que durou quase uma década exata, passou a ser comum a solicitação de negros escravizados após o ano de 1835 para servirem, portando armas e com a promessa “[...] conceder liberdade a todos os escravizados que lutassem em suas fileiras, ficando essa liberdade condicionada ao término da guerra” (de obterem a libertação da condição de escravizados ao término do conflito” (OLIVEIRA; CARVALHO, 2009, p. 63).

Podemos compreender que ao servirem o exército, receberiam a condição de libertos, mas isso comente ao final da guerra, ficando a interpretação de que apenas após a vitória do lado que propôs a condição essa situação seria alterada. Estariam os negros libertos seguros nas terras que não fossem pertencentes ao movimento republicano que gerou a República Rio-Grandense? Ao tratar de termos de documentação, as cartas de alforria de uma região rebelde não seriam aceitas nas terras do Império do Brasil, podendo ser tratadas como ilegais e os negros que a tivessem acabariam voltando a condição de cativo escravizado.

Segundo Oliveira e Carvalho (2009), Francisco Cabinda relatou, na casa de Correição do Rio de Janeiro, no ano de 1839, data na qual ele estava, aproximadamente, com 60 anos, inválido, sua condição de ex-escravizado e de homem liberto, portador de cara de alforria, na qual contava

Vai tratar da sua vida o preto forro de nome Francisco [sic] pelo qual rogo as

⁴⁷ Vinícius Pereira de Oliveira, Doutor em História/UFRGS.

⁴⁸ Daniela Vallandro de Carvalho, Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

⁴⁹ Keila Greiberg, Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, atualmente é professora Titular do Departamento de História e Diretora do Center for Latin American Studies da Universidade de Pittsburgh.

⁵⁰ Sue Peabody, Doutora em educação, é historiadora e Meyer Distinguished Professor de história na Washington State University Vancouver.

autoridades republicanas não lhe ponham embaraço no seu transito sem justa causa. Campo de Conceição, 4 de junho [sic] de 1837.
[ass.] Francisco Carnero Sarnento. 1º. Ten. De Laçadores D'pº L⁵¹

Podemos constatar que a declaração foi feita por um membro do exército da República Rio-Grandense, ou seja, oposto ao regime monárquico vigente no Brasil do século XIX e que por esse mesmo motivo não tinha valor legal sobre o território referenciado. Tãmanha era o conflito de manifestação no elaborar de cartas de alforria entre os republicanos e os monarquistas, que ao entrarem, os negros libertos de origem do Sul do Império do Brasil eram conduzidos aos cuidados das Casas de Correição do império.

Outro indivíduo apresentado por Oliveira e Carvalho (2009) é José Angola (ou d'Angola), que desertou em 1837, podendo ter feito parte do primeiro corpo de lanceiros negros de 1836, tendo em vista a situação de desertor, podemos compreender através do arquivo Histórico do Rio Grande do Sul⁵² que “[...] a infantaria dos brancos havia quase toda desertado e que naquele momento a mesma seria composta de pretos, uns com armas e outros com lanças” (2009, p. 68), na qual ao ter soldados brancos abandonando o exército e com o temor de não alcançar o acordo de libertação ao término da Guerra de Farrapos, optou por ser desertor e obter a liberdade e não apenas a libertação.

Os autores apresentam a participação na Guerra como uma possibilidade de obter o findar da condição de escravizados para além da promessa feita, pois nela, na Guerra, havia a possibilidade da fuga através da desecção e assim chegar na liberdade, seja nas terras do Império do Brasil ou no Uruguai e até mesmo na Argentina.

Dentro das características do conflito que se estendia desde 1835, com o alistamento compulsório de qualquer negro que fosse solicitado pelo exército, as condições de combate constantes e as hipóteses de traição ou de falta de sorte que culminam no ataque das forças imperiais na Colina de Porongos, os autores, Oliveira e Carvalho (2009) apresentam a seguinte reflexão

Eles [lanceiros negros] estavam extenuados pela longa duração do conflito, em inferioridade de armamentos e de pessoal e encontravam-se desavisados so perigo eminente, sendo eliminados em quantidade considerável. Nesse sentido, a adoção do termo massacre não implica necessariamente em adesão à tese da traição ou da surpresa, mas sim o reconhecimento das condições severamente

⁵¹ Apud AHRs, Fundo Justiça, Maço 101, Curo de 1839, Processo 0913, referenciado por Oliveira e Carvalho, 2009, p. 65.

⁵² Apud AHRs, Fundo Justiça, Volume 10, CV-5214, p. 64, referenciado por Oliveira e Carvalho, 2009, p. 68.

desiguais do conflito (OLIVEIRA; CARVALHO, 2009, p. 73)

Aproveitando o questionamento destacado no trecho sobre a morte dos lanceiros negros, podemos pensar sobre como as formas de obter a condição de liberto poderia ser alcançada pelos negros cativos no regime escravocrata do Império do Brasil, em especial os negros que estavam servindo o exército da República Rio-Grandense como meio de obter o fim da sua escravidão.

Sabemos que a população negra da América tem origem no tráfico de escravizados que ligou a África e América desde meados do século XVI, seguindo até o século XIX, no qual começou a encontrar estraves com os movimentos abolicionistas americanos e europeus. Nessa condição, todo negro no Brasil, assim como na América, tem origens africanas e com o escravagismo, mesmo que em algum ponto da História do Brasil seus antepassados tenha obtido a condição de liberto.

De modo geral, o imaginário americano, dentre eles o do brasileiro, atre-lá-se na crença de que existiu apenas dois períodos: o de escravidão, em que todo negro era escravizado, e o de não escravidão, em que todo negro era livre.

O termo liberto, utilizado na condição, e o livre, associado ao estar ou ser, são palavras parecidas, mas que expressam grande diferença durante o regime escravocrata. Diferença essa que se apresenta na maneira pela qual o negro era condicionado, pois estava na sociedade como um intuito de posse, sem livre arbítrio sobre seu ir ou vir, sobre suas decisões e até sobre a capacidade de acumular bens.

A maior parte da população negra do Brasil antes do ano de 1871 nascia na condição de se escravizado e quando vinha para o mundo de origem de um ventre escravizado, mantinha a condição da progenitora. Se não estava sob a posse de um senhor, poderia entrar na condição e não havia impedimento se não a resistência por vias de fuga, luta ou findar com a própria vida.

A situação de posse de um senhor tornava o indivíduo negro agregado de valor como um produto de desejo, que manifestava certo status social ao seu possuidor, mas, ambigualmente, também gerava ao objeto de posse, o negro, uma desvalorização social, deixando de ser visto plenamente como um indivíduo, para ser posse de outro, variando de atuação por região, no qual “[...] por conta das diferenças regionais, o regime de trabalho escravo tinha características e papéis diferentes de acordo com o dinamismo da economia regional” (Gimberg; Peabody, 2014, p. 81).

O próprio processo de emancipação política brasileira, do início do século XIX, a

Independência do Brasil, ocorrida em 07 de setembro de 1822, finda⁵³ com domínio português na América, mas mantém a economia ligada ao uso do trabalho escravizado como meio de movimentação econômica, no qual o negro foi mantido como força motriz dos acúmulos financeiros e riquezas para a elite dominante.

Nesse processo, de emancipação política, não houve grande mudança em termos de legislação acerca da escravidão no Império do Brasil após o afastamento político português e apenas após a década de 1830 começam a se desenvolver alterações, onde “[...] mesmo com a substituição paulatina da legislação colonial portuguesa por novas leis, muitas de regras básicas acerca da escravidão anteriormente, entraram em vigor continuavam a valer na sociedade brasileira até 1888” (Ginberg; Peabody, 2014, p. 82).

Buscando sair da dualidade de apenas escravizado e não-escravizado, para os negros do Brasil oitocentista, onde apenas essas condições eram reais, identificamos condições de co-existência entre negros escravizados e negros libertos, dentre elas

As principais formas de obtenção de alforria no Brasil eram através da obtenção de liberdade (ou carta de alforria), por testamento, ou na “pia bastinal” (no ato do batismo). Com a excessão do último caso, no qual a maioria dos beneficiários era composta de crianças, era muito comum que escravos comprassem suas liberdades, embora não houvesse qualquer base legal que fundamentasse essa prática. Ao mesmo tempo, principalmente no caso das alforrias citadas em testamento, era comum que escravos fossem libertados condicionalmente. (Ginberg; Peabody, 2014, p. 85)

Podemos, então, destacar ao menos três formas de obter a libertação da condição de escravizado, sendo por meio de testamento, batismo e por compra, onde a última ocorria em um acordo entre o indivíduo na condição de posse e o indivíduo na condição de possuidor, ou entre escravizado e senhor.

Essa negociação, a de compra da libertação, também era denominada coartação e muito comum na América espanhola, mas sem uma legislação que pudesse servir de respaldo para o ato, ainda mais tendo em vista que tudo o que o escravizado viesse a obter pertencia, integralmente, ao senhor. A coartação dependia exclusivamente da intenção do possuidor do escravizado de, em algum momento, dar a cessão na condição de posse.

É interessante pensar sobre a atuação do indivíduo na sociedade enquanto realizador de atividades que rendem capital, pois, na sua ausência de liberdade e na condição de uma posse de outro indivíduo, tudo que pudesse vir a acumular pertenceria

⁵³ Apesar de informar o fim do domínio português na América, o regime que se forma no território, o Império do Brasil, herdou burocracia e monarcas portuguesas.

ao seu senhor, assim, como poderiam comprar sua própria liberdade⁵⁴ se nem a proventos tinham direitos?

Ao obter a libertação e a identidade individual na sociedade, se ocorresse alguma situação em que pudesse ser de desagrado ou desaprovação de seu antigo senhor, “[...] era possível revogar as alforrias por ingratidão” (Ginberg; Peabody, 2014, p. 85), estando, de certo modo, os ex-escravizados ligados ao antigo senhor.

Tentar identificar quem eram os negros que estavam no Brasil no período escravocrata é uma atividade muito difícil, pois há uma pequena quantidade de informações sobre esses indivíduos e quando o há, são informações que não foram reunidas ou elaboradas por fontes negras, estando registradas pelo viés de ideologia escravocrata vigente no período, ou seja, são muitas vezes registros de homens brancos e de suas visões sobre tudo que é perpetuado.

A mesma ausência é encontrada nos registros imagéticos, com grande carência de registros de pessoas negras em telas ou gravuras que não sejam em condição de trabalhadores e fora do centro da imagem. Quando recebem o destaque é para representar a visão do autor e sua interpretação da persona registrada na imagem. Sabemos que todas as imagens são feitas dessa maneira e que os registros escritos também passam por esse processo de terem as intenções do registrante mantidas nas obras, documentos ou fontes em geral. Não há registro sem intenção e não há fonte que não possa ser questionada, mas ao indicarmos a carência de identidade negra nesses registros significa que se tivessem sido feitos por negros, possivelmente, teríamos um registro mais fidedigno aos negros da sociedade oitocentista brasileira, afinal, quais eram as impressões da população negra ao se falar ou tratar de alistamento compulsório em condição de obter a libertação? Como teriam reagido na época ao ver uma representação de um homem negro sobre um cavalo, armado de lança, usando um peitoral de ferro sobre o corpo, além de estar com um conjunto de roupas estranhas ao meio? Essas impressões ficam apenas na interpretação que podemos obter através da análise da obra e dos registros de terceiros que foram obtidos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e que os pesquisadores, como Flores e Carvalho, se baseiam para desenvolver suas pesquisas.

Temos João, Antonio, Francisco, de Cabinda, de Angola, de Benguela, mas não

⁵⁴ É muito paradoxal analisar a condição da compra de liberdade, ainda mais ao pensarmos, no contexto republicano e democrático de uma qualidade inerente a vida. Essa proposta, de pensar sobre a liberdade e a compra da própria liberdade devem ser apresentadas aos estudantes para reflexão da realidade da sociedade escravocrata brasileira do século XIX.

temos registros de entrada desses homens, não temos suas impressões, feitas por eles, de como era a vida, apenas registros de terceiros em uma sociedade escravocrata, o que já nos diz muito, mas ainda mantém uma grande lacuna: como eram e como pensavam? Quais epítetos para além de preto ou forro eles mesmos usariam para se descrever? Nunca saberemos, mas podemos compreender a visão que a sociedade tinha sobre eles e que suas condições variavam de região e localidades, passando por diversas atividades, do negro na charquearia, o próprio purgatório na terra para os escravizados (PESAVENTO, 1990), ao negro que comprava sua libertação, mesmo devendo gratidão ao antigo senhor.

2 – A IMAGEM DOS NEGROS FARRAPOS: PROCURANDO POR REPRESENTAÇÃO

Nesse capítulo iremos tratar da imagem dos Lanceiros Negros que lutaram pelo exército da República Rio-grandense e buscaremos analisar e propor abordagens sobre a adoção da imagens que encontramos no decorrer dessa pesquisa, analisando as representações imagéticas dos negros nas histórias em quadrinhos para poder desenvolver uma narrativa gráfica que contemple a história dos Negros Farrapos.

Iniciaremos pela análise de imagens que obtivemos em livros e em museus, para depois partir para abordagem e reflexão sobre as produções imagéticas na linguagem de história em quadrinhos, tendo em vista que nossa proposta é a utilização desse tipo de produção para o ensino de História.

Quando começamos nossa pesquisa sobre os Lanceiros Negros encontramos historiadores que desenvolviam pesquisas sobre a traição e a não-traição da República Rio-grandense para com os negros que lutaram em troca da libertação. Essa questão está relacionada à promessa de alforria aos escravizados que participaram da Farroupilha, mas que foram mantidos cativos após o fim da guerra. Nos deparamos com pesquisas de Moacyr Flores, Juremir Silva, Geraldo Hasse e Guilherme Kolling.

Apesar da vasta publicação de textos sobre os Lanceiros, não identificamos nenhuma representação imagética nesses livros, a não ser no livro de Flores, que apresenta uma gravura, aparentemente realizada com lápis em uma folha, sem grandes detalhes e que nos mostram um indivíduo sobre um cavalo e portando uma lança.



Figura 04 – Gravura do livro Negros na Revolução Farroupilha, de Moacyr Flores, página 62.

No livro de Flores (2010) a descrição dessa imagem aparece como “gravura de lanceiro negro farrapo existente no Museu de Bolonha” (Flores, 2010, p.62), sem indicar qual era a obra referenciada, não havendo informações sobre a imagem apresentada – se é uma foto de uma gravura real ou se é um fac-simile do que está disponível no museu de Bolonha –, além de não informar a origem da imagem (FLORES, 2010).

Essa imagem, presente no livro de Flores, nos direcionou para uma pesquisa que buscou identificar a origem da representação, nos levando a procurar por museus na Itália, mais precisamente em Bolonha, que pudessem ter a guarda dessa imagem.

Depois de uma pesquisa pela internet tentando identificar o museu, nos recorreu a ideia de buscar algum museu cuja temática estivesse relacionada à figura de Giuseppe Garibaldi. Em nosso raciocínio se algum acervo de imagens na Itália mantivesse uma representação que tivesse relação com a História do Brasil, em específico com a Guerra de Farrapos, seria um museu ligado a representações de Garibaldi.

Fomos em busca de algum museu em Bolonha, Itália, que tivesse esse foco e chegamos ao Museo del Risorgimento⁵⁵ e entramos em contato através de um e-mail disponível no site do museu. Em nossa mensagem informamos o conteúdo de nossa pesquisa sobre indivíduos que poderiam estar relacionados com Garibaldi e que na representação pictórica estariam apresentados como cavaleiros, portando lanças e negros – descrevendo a imagem contida no livro de Flores, mas sem citar o livro ou a imagem que tivemos contato.

Obtivemos resposta do e-mail, o que nos rendeu grande enriquecimento na procura por representações dos Lanceiros Negros e mais, pois também nos trouxe questionamentos. Na resposta encaminhada pelo Museo Civico del Risorgimento nos foi enviado duas outras imagens com as características que utilizamos no contato: Um retrato de Livio Zambecari em roupa militar quando serviu Bento Gonçalves no Brasil e uma Gravura de Giuseppe Garibaldi e seu acessor, Andrea Aguyar⁵⁶.

As imagens compartilhadas nessa resposta possuíam características informadas no contato, mas não eram os indivíduos protagonistas das obras que estavam com essas características e sim os que apareciam ao fundo, posicionados à esquerda, portando lanças, montados em cavalos e negros.

⁵⁵ Em tradução livre, Museu do Ressurgimento, que trata em seu acervo de acontecimentos relacionados aos conflitos internos da Itália e sua unificação.

⁵⁶ A grafia do nome deste indivíduo é encontrada de três maneiras distintas: André Agujar, Andre Aguiar, Andrea Aguyar. Optamos por utilizar a encontrada no italiano, em alguns sites que apresentam o personagem histórico.



Figura 05 - Ritratto di Livio Zambeccari in tenuta militare, pintura de origem anônima e disponível no acervo do Museo Civico del Risorgimento de Bolonha/Itália.

Ao comparar a figura contida no livro de Flores com as imagens que obtivemos na resposta do museu, identificamos que a representação de Lívio Zambeccari tem em seu companheiro ao fundo a mesma posição e representação, o que nos fez retornar o contato, dessa vez enviando a imagem do livro para o museu e questionando se haveria alguma representação da imagem no acervo.

Como resposta, o museu nos retornou confirmando que a imagem do livro de Flores é uma reprodução do lanceiro que aparece no retrato de Lívio Zambeccari, concluindo que não era possível identificar se fora feita no museu ou no Brasil, baseada em reprodução digital do quadro do acervo do Museu Cívico do Ressurgimento.

Ambas as representações possuem a mesma postura e idumentária, posicionados de maneira a segurar um estandarte ou uma lança, montadas sobre um cavalo, com pés descalços e sobre a cabeça um chapéu similar à uma cartola, mas que após pesquisa identificamos como chapéu barriga de burro⁵⁷, além de um tipo de capa ou poncho⁵⁸.

⁵⁷ Ocorre uma confusão sobre o que a gravura tem representada sobre a cabeça do personagem, na qual podemos supor que na realidade seria um chapéu de barriga de burro, usado tradicionalmente por trabalhadores pobres do campo na região sul do Brasil e que é confeccionada com o couro da barriga de um burro e após o trato do couro, é presa em um pedaço de madeira que a mantém esticada. Após estar seca, mantém a similaridade de uma cartola, mas com pelos e cor de burro – tradicionalmente na cor marrom clara.

⁵⁸ Vestimenta tradicional do sul da América do Sul, sendo encontrado desde o estado do Rio Grande do Sul até territórios do Uruguai e Argentina. Trata-se de um tipo de cobertor grosso, normalmente feito de

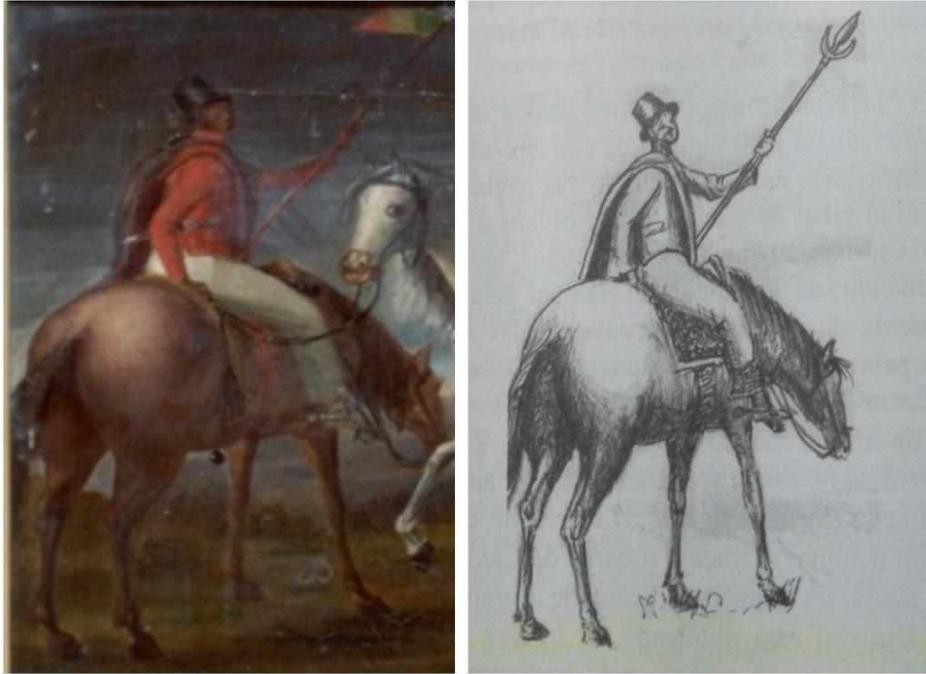


Figura 06 – Comparação das representações: à esquerda o lanceiro do retrato de Lívio Zambeccari e à direita a figura do livro de Moacyr Flores, montagem pessoal.

A representação utilizada por Flores é uma reprodução, demonstrativa em certo ponto, de um indivíduo que foi idealizado em uma obra presente no acervo museológico do Museu Cívico do Ressurgimento. Aqui compreendemos que os lanceiros estavam manifestados em imagens além de uma gravura, de qualidade de esboço, em um livro, mas a representação não possui traços faciais e apesar de estar montada, em sua mão porta um estandarte e não a lança que foi inserida na figura do livro de Flores, sendo essa arma uma releitura da imagem pelo do autor - desconhecido.

Inicialmente propomos a possibilidade da busca por uma identificação que pudesse ser utilizada como imagem dos Lanceiros Negros tenha motivado essa manifestação artística, diferente do quadro que retrata Lívio Zambeccari e que é tratado como mouro pelo museu italiano, mas após reflexão sobre a simbologia da lança na mão do cavaleiro, passamos a supor que a alteração na imagem ocorreu para representar a força e o uso bélico da arma – lança – enquanto manifestação do ímpeto que movia os lanceiros negros.

Uma questão interessante e que pode proporcionar reflexão é a maneira como o museu nos respondeu sobre os indivíduos que procurávamos nas representações: Mouros,

lã, que cobre o dorso do usuário e é preso no corpo através de um furo no centro, ao qual o usuário passa a cabeça.

entre aspas. Não foi utilizado o termo negro, preto ou qualquer escrita que venha a relacionar com a origem étnica da África subsariana.



Figura 07 – Gravura de Giuseppe Garibaldi e seu acessor, Andrea Aguyar, disponibilizadas pelo Museo Civico del Risorgimento de Bolonha/Itália.

O quadro de Livio Zambeccari com seu porta estandarte ao fundo e a gravura de Garibaldi junto a Aguyar tem os personagens negros ao fundo portando estandartes, à direita das representações de Zambeccari e Garibaldi,. Nos dois casos o protagonismo está relacionado ao centro da representação, os homens brancos, e não aos homens negros que estão ali como acompanhantes, mas mesmo estando na margem das obras eles recebem determinado destaque, em especial o acessor de Garibaldi, Aguyar, por sua representação seguida em outras manifestações imagéticas. Infelizmente, não há denominação que possa nos esclarecer a identidade do cavaleiro negro que está à esquerda no quadro de Zambeccari.

Ao comparar essas duas imagens, o quadro de Zambeccari e a gravura de Garibaldi, na qual ocorre essa distinção a falta de disposição para preservar a identidade do cavaleiro negro no relato de Zambeccari e a preservação da imagem pessoal de Andrea Aguyar, notamos que o primeiro foi inserido na obra para demonstrar serviços prestados,

portando o estandarte da República Rio-grandense⁵⁹

Em ambas as imagens que recebemos inicialmente do museu não há referência para a autoria, apenas sugestão de terem sido produzidas em meados da década de 1840.

Junto a essas imagens, completando nosso primeiro contato, foram nos enviadas outras imagens cuja autoria é indicada a Arthur John Strutt, inglês, obtidos aproximadamente no ano de 1849 e pertencentes à biblioteca municipal de Forlì, uma comuna italiana, e que foram expostos no passado no museu de Bolonha.



Figura 08 – Gravura de autoria de Arthur John Strutt, que representa Andrea Aguyar e Giuseppe Garibaldi, pertencente ao acervo da biblioteca de Forlì, Itália.

⁵⁹ As cores da bandeira da República Rio-grandense eram o verde, o amarelo e o vermelho.



Figura 09 – Gravura de autoria de Arthur John Strutt, que representa Andrea Aguyar, Giuseppe Garibaldi e os Casacas Azuis, pertencente ao acervo da biblioteca de Forlí, Itália.

Detalhe importante para ser identificado nas gravuras em que Andrea Aguyar aparece é a ostentação de uma lança pelo indivíduo, caracterizando-o como figura de papel bélico nas representações em que foi retratado.

Deixando as respostas do museu italiano e seguindo em busca e outras informações sobre as imagens dos negros farrapos, voltamos nossa pesquisa para o Brasil, território que contempla originalmente nossa pesquisa e obtivemos como resultado um representação adotada pela memória dos lanceiros negros.

Nas representações que encontramos estavam a gravura de Lanceiro Negro, presente na capa de uma publicação do Cel. Claudio Moreira Bento, e o quadro Lancero del la época de Rivera, de Juan Manuel Blanes.

O quadro de Blanes já havia nos aparecido anteriormente, ainda durante o início do projeto dessa pesquisa, enquanto aprofundávamos o contato com a história da Guerra de Farrapos e do Massacre dos Lanceiros Negros, sendo amplamente utilizado como representação dos Lanceiros Negros e utilizado como imagem por sites e grupos de movimento negro.

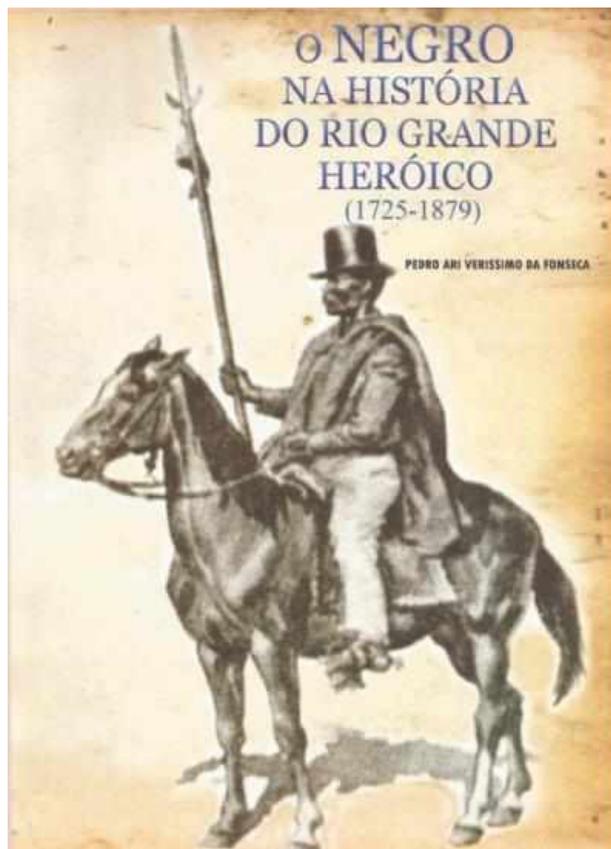


Figura 10 – Capa do livro O Negro do Rio Grande Heroico (1725-1879), de Pedro Ari Veríssimo da Fonseca, utilizada no material do Cel. Claudio Moreira Bento.



Figura 11 – Quadro Lancero del la época de Rivera, datado aproximadamente da década de 1860, de autoria de Juan Manuel Blanes.

A primeira imagem, capa do livro de Pedro Ari Veríssimo Da Fonseca foi enviada para o museu de Bolonha em um questionamento sobre existência de um exemplar seu no acervo do museu, porém a gravura da capa não consta no acervo e sua existência foi

indicada como de inspiração nas obras já compartilhadas pelo museu.

Para informações sobre o quadro de Blanes partimos para pesquisar sobre algum acervo que trabalhasse com as obras do autor e para satisfação – e desenvolvimento da pesquisa – localizamos um museu em Montevideo, Uruguai, nomeado em homenagem ao autor e pensamos que poderíamos obter repostas sobre o quadro entrando em contato. O museu em questão é *Museo Juan Manuel Blanes*, pertencente a Intendencia de Montevideo, Uruguai, fundado em 1930, em comemoração ao centenário da independência do Uruguai.

No contato com o *Museo Juan Manuel Blanes* buscamos informações sobre a produção do quadro *Lancero del la época de Rivera*, solicitando data da produção, dados da obra – tipo de tinta e tamanho da tela, característica de sua produção – se foi elaborada por encomenda ou por iniciativa do autor, localização da obra e quem é o atual proprietário⁶⁰, além de indagar se haveria alguma informação sobre a identidade de quem foi representado. Entre o envio de e-mail com a solicitação de auxílio e busca por informações e a resposta do museu se passaram mais de três meses, tempo ao qual buscamos outras maneiras de encontrar repostas sobre o referencial imagético para os *Lanceiros Negros*.

Mesmo após o tempo decorrido, em resposta, o *Museo* de Montevideo não pode ser muito conclusivo, pois as informações obtidas foram escassas

En respuesta a su consulta sobre datos de la obra "Lancero de la época de Rivera" de Juan Manuel Blanes, informamos que, hasta donde hemos podido rastrear, esta obra pertenece a una colección particular de Argentina. No hemos encontrado mayores datos sobre la obra, excepto sus dimensiones y materialidad.

Se trata de un óleo sobre cartón, de 36 x 24,5 cm. En los años cuarenta, el cuadro perteneció al Sr. Juan Carlos Vidiella. La obra integró la exposición Juan Manuel Blanes, realizada en el Teatro Solís de Montevideo, en 1941. En el catálogo de esta exposición, publicado en 2 volúmenes constan estos datos que estamos mencionando (Vol. 1, página 162; Vol. 2, pág. 41)⁶¹.

⁶⁰ As questões de localização e sobre o proprietário foram feitas por não termos conseguido identificar onde estava armazenada a obra, mesmo tendo realizado leitura de tese DE OLIVEIRA, L. da C. *Da Imagem nascente à imagem consagrada: A construção da imagem do gaúcho pelos pincéis de Cesáreo Bernaldo de Quirós, Pedro Figari e Pedro Weingartner*. Orientador: Maria Lúcia Bastos Kern. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7749>. Acesso em: 12 jul. 2023

⁶¹ Em uma tradução direta e pessoal sobre o texto do e-mail: Em resposta à sua consulta sobre dados sobre a obra “Lanceiro da época de Rivera” de Juan Manuel Blanes, informamos que, pelo que pudemos rastrear, esta obra pertence a uma coleção particular na Argentina. Não encontramos mais informações sobre a obra, exceto suas dimensões e materialidade.

É uma pintura a óleo sobre papelão, medindo 36 x 24,5 cm. Na década de quarenta, a pintura pertencia ao Sr. Juan Carlos Vidiella. A obra fez parte da exposição Juan Manuel Blanes, realizada no Teatro Solís de Montevideú, em 1941. O catálogo desta exposição, publicado em 2 volumes, contém os dados que

Enquanto não havíamos obtido resposta do museu de Montevideo, tivemos contato com publicações acadêmicas que trataram do quadro de Blanes e sua representação enquanto ideal imagético dos negros que lutaram na Guerra de Farrapos. Entre essas publicações está a tese⁶² de Luciana de Oliveira, que trata do desenvolvimento da imagem enquanto símbolo a preencher lacunas da história e a sua transformação em um ideal consagrado de representação. Na tese, a autora apresenta seu contato inicial com a obra, em uma exposição realizada pelo governo do Rio Grande do Sul, como uma representação dos Lanceiros Negros, no ano de 2016.

A obra em questão trazia, em seu centro, a imagem de um soldado negro que, em uma das mãos, carregava uma lança. Além disso, envolto em uma paisagem crepuscular, lançava seu olhar para o horizonte de forma a não dialogar com o observador. Sua presença na sala, porém, trazia indagações: quem seria aquele homem? Qual sua função na exposição? Tais perguntas eram atenuadas, ainda, pelo fato de a reprodução da pintura não possuir qualquer dado informativo a seu respeito, como ficha técnica ou legenda, o que a deixava aberta a inúmeras interpretações e apropriações. Assim, dado o contexto e o espaço em que foi inserido, provavelmente tal imagem estaria ali fazendo alusão aos Lanceiros Negros, grupamento que lutou na Revolução Farroupilha e que, posteriormente, foi subjugado pelas lideranças. (De Oliveira, 2017, p. 31).

Os questionamentos De Oliveira eram similares aos de nossa pesquisa, pois era necessário identificar os usos dessa representação e como ela poderia ser simbolizada como os Lanceiros Negros, não para tratar da legitimidade, mas para compreender as motivações por trás de sua origem e como, ao longo de mais de cem anos, essa obra havia assumido um vínculo com um grupo de indivíduos negros que lutaram em um conflito entre governo do Império do Brasil e poderes locais do Sul deste império que proclamaram uma república.

Encontrar informações sobre esse quadro se mostrou uma tarefa muito difícil e trabalhosa, até mesmo infrutífera, pois todas as pesquisas se mostraram inconclusivas quanto às questões que foram enviadas ao museu de Montevideo. Entre os resultados chegamos em uma dissertação defendida e publicada em Atlanta, pela *Emory University*, no ano de 2011, por Alex Borucki, na qual o autor apresenta

A highly naturalist depiction of a black cavalry spearman was painted by Juan

mencionamos (Vol. 1, página 162; Vol. 2, página 41)

⁶² Idem nota de rodapé número 8.

Manuel Blanes (1830-1901) most likely in the late nineteenth-century, as shown in Figure 5.3. This spearman wears white trousers with a red chiripá – a garment worn over trousers to protect his lower-body from friction of days-long horse-riding. As with the personal guard of President Rivera in Figure 5.2., the upper-body of this cavalryman was protected by a metallic vest. The red chiripá as well as the additional red details in the hat of this spearman provides identification with the Colorado (red) party. His clothing suggests the period when the supporters of Fructuoso Rivera identified themselves with the color red in the late 1830s, and when military uniform began to display the identifications of caudillo party politics. (Borucki, 2011, p. 281-282)⁶³.

O autor, Borucki, identifica a pintura de Blanes como uma representação de um indivíduo que servia aos apoiadores de Fructuoso Rivera, primeiro presidente do Uruguai pelo Partido Colorado após a independência, e em sua identificação ele apresenta uma imagem em sua dissertação que, na explicação do autor, seria a ligação entre a informação e o quadro de Blanes.



Figura 12 – Reprodução de Escort of President Fructuoso Rivera⁶⁴, contida na dissertação de Borucki.

63 Em tradução, de interpretação pessoal, “Uma representação altamente naturalista de um lanceiro da cavalaria negra foi pintada por Juan Manuel Blanes (1830-1901) provavelmente no final do século XIX, como mostra a Figura 5.3. Este lanceiro usa calça branca com chiripá vermelho – vestimenta usada por cima da calça para proteger a parte inferior do corpo do atrito de dias de cavalgada. Tal como acontece com a guarda pessoal de Presidente Rivera na Figura 5.2., a parte superior do corpo deste cavaleiro estava protegida por um colete metálico. O chiripá vermelho bem como os detalhes adicionais vermelhos no chapéu deste lanceiro fornece identificação com o partido Colorado (vermelho). Suas roupas sugerem o período em que os apoiadores de Fructuoso Rivera identificaram-se com a cor vermelha no final da década de 1830, e quando o uniforme militar começou a exibir as identificações da política partidária do caudilho”.

⁶⁴ Em tradução livre: Escolta do presidente Rivera.

Pela proximidade fronteiriça entre Uruguai e Rio Grande do Sul e os ideais que se desenvolveram na região que propunham ruptura com monarquia e autonomia das províncias, podemos concluir que a circulação de indivíduos, símbolos e ideais era comum, mesmo após a independência do Uruguai como resultado da Guerra da Cisplatina, dessa forma, uma obra uruguaia ter sido adotada como símbolo de um movimento e de memória brasileiro, ou melhor dizendo, gaúcho, seria adequado ao contexto regional.

Como exemplo dessa circulação de indivíduos entre os territórios do Sul da América, em especial o Uruguai e o atual estado do Rio Grande do Sul, podemos citar o indivíduo denominado Francisco Cabinda (OLIVEIRA; CARVALHO, 2009)⁶⁵, cuja história nos através de registros da Casa de Correição do Rio de Janeiro no ano de 1839, quando é apresentado como negro forro que serviu o exército da República Rio-grandense, mas que ao receber sua alforria em terras uruguaias, serviu nessa região enquanto lanceiro da cavalaria e depois retornou para o território do Império do Brasil na procura por atividade lucrativa. Essa movimentação entre regiões foi comum, ainda mais levando em consideração que as fronteiras eram recentes e que os indivíduos que eram donos de terras muitas vezes dominavam para além de fronteiras políticas, movimentando seus funcionários e escravizados como bem entendiam.

Essas representações pictóricas encontradas em nossas pesquisas indicam uma convergência em comum entre o uso de soldados negros, mesmo que de origem escravizada ou liberta, atuando com lanças e cavalos, desde a personagem de Andrea Aguja até o lanceiro negro de Blanes.

Buscando encontrar qual manifestação de imagem simboliza os negros que são o foco de nossa pesquisa, entramos em contato com o Museu Histórico Farroupilha, localizado na cidade de Piratini, Rio Grande do Sul, mas o retorno do museu sobre seu acervo sugere duas possibilidades: que imagens dos lanceiros negros não foram produzidas, ou não foram preservadas.

A imagem mais associada aos lanceiros Negros é a do quadro de Blanes, Lancero de la época de Rivera, podendo ser encontrada no site da Secretaria da Cultura do Rio

⁶⁵ Esse personagem é apresentado no capítulo 04 da revista eletrônica RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Silva, G. F. Santos, J. A. (Org). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 352 p.

Grande do Sul e no site do Portal Geledes, além de ser possível identificar sua iconografia presente em obras de outras mídias, como no filme Netto perde sua alma.



Figura 13 – Imagem comemorativa encontrada no site da Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul, com a representação do lanceiro de Blanes como um Lanceiro Negro farroupilha.



Figura 14 – Imagem de representação dos Lanceiros Negros, disponível no Portal Geledes, com o lanceiro de Blanes.



Figura 15 – Take do filme Netto perde sua alma, na qual os lanceiros negros são idealizados com similaridade ao lanceiro de Blanes.

Observemos que o uso do peitoral, simbolizando a armadura da pintura de Blanes, é adotado nessa representação, tornando a imagem do quadro *Lancero de la época de Rivera* como um modelo.

É possível que o autor tenha inserido esses detalhes, o peitoral de ferro e o sabre, pela liberdade artística e, talvez, para aumentar o valor bélico do personagem retratado, mas é interessante constatar que “com grande circulação no Rio Grande do Sul, a imagem ocupou a capa de muitas publicações e ilustra, ainda hoje, diversos *sites* de internet que tratam de Revolução Farroupilha e dos lanceiros negros” (SILVEIRA; de OLIVEIRA, 2017, p. 82), ou seja, mesmo não se tratando de uma imagem que represente um lanceiro negro, a imagem foi associada à ela.

A imagética pode ser conduzida para atender a necessidade de símbolos para movimentos e para representar acontecimentos, construídos, que validem posicionamentos políticos e/ou ideológicos, como, por exemplo, a formação da figura do gaúcho, “quando essa composição social colonial sul-rio-grandense [brancos, negros e mestiços] é representada no imaginário coletivo da sociedade atual, a multiplicidade de grupos desaparece e sobressai-se um único tipo: o gaúcho” (SILVEIRA; de OLIVEIRA, 2017, p. 91 apud GUTFREIND, 2007, p. 241), temos a representação iconográfica como meio

de representar a democracia dos pampas explicada por Pesavento.

A imagem quando transformada de linguagem de análise para ferramenta de construção e sustentação de ideologias pode resultar em um perigo para a História, mas tende a representar a memória de um conjunto de indivíduos que não possui imagem de como estavam no passado. Esses usos da imagem podem dificultar sua interpretação ou o seu inquerito biográfico, pois “[...] as inúmeras possibilidades oferecidas pelas imagens permitem a construção de novos conhecimentos, especialmente quando problematizados em sala de aula” (SILVEIRA; de OLIVEIRA, 2017, p. 94), assim como tem se mostrado a busca por respostas sobre o quadro de Blanes.

A imagem, como linguagem para estudar e analisar a História, acompanha o que era conceitual no período em que foi produzida, carregando representações ideológicas de crítica positiva ou negativa ao determinado contexto histórico.

Para Molina (2007, p. 19),

Podemos refletir, entre outras possibilidades, as narrativas feitas [...], quais os tipos de história que eram pintadas, quais os temas predominantes, a nacionalização do passado segundo os ícones nacionais, a ação de patronos e um segundo público: compradores de reproduções de pinturas históricas, gravura ou litografias, o que poderíamos ampliar e incluir [n]os livros didáticos e como esses remetem aos modos de enxergar o passado, as seleções do repertório visual e as retóricas visuais utilizadas.

A decisão por trabalhar a imagem no ensino de História deve seguir a compreensão de que a imagem é um agente social, que pode estabelecer signos de legitimação política e social, incumbidas de mensagens do que é ideal ou do que não é ideal. Mesmo estando pautadas em documentos históricos, seguindo uma historiografia detalhada, pode haver uma visão preservada na imagem: a visão do dominador sobre o dominado⁶⁶.

Com base no desenvolvimento dessa pesquisa, obtemos o entendimento de que a representação mais presente dos Lanceiros Negros no Rio Grande do Sul, em espaços oficiais, aqueles ligados ao Estado, é a da imagem que formula o esteriótipo de lanceiro na obra de Blanes.

Mesmo que nossa pesquisa tenha o intuito de encontrar uma representação ou um conjunto de representações pictóricas que possam simbolizar o negro no Rio Grande do

⁶⁶ Referência à Teoria da Colonialidade de Quijano.

Sul no período da Guerra de Farrapos, em especial os indivíduos que estão registrados na História como Lanceiros Negros, não podemos deixar de apresentar um ensaio que foi desenvolvido pela revista digital National Geographic⁶⁷ para uma matéria, do ano de 2022, que resgatou ou tentou resgatar a representação dos Lanceiros Negros.

A revista apresenta um ensaio fotográfico realizado com personalidades negras envolvidas na produção cultural, política e econômica do estado de Rio Grande do Sul, paramentando-os com adereços, vestimentas e até composição de cenário que busca formular uma imagem do negro gaúcho e da herança histórica dos Lanceiros, que apresenta um conjunto de personalidades gaúchas negras em uma espécie de memorial contemporâneo do Massacre de Porongos, com conteúdo elaborado por Silva⁶⁸ e com fotografias de Marcio Pimenta⁶⁹, tudo organizado em um ensaio fotográfico, acompanhado por uma concisa explicação sobre a Guerra de Farrapos e o Massacre de Porongos.



Figura 16 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Clarissa Lima, jornalista e assessora ligada à Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul desde 2020 e a data do ensaio, e Ângelo Ilha da Silva, procurador regional da República.

⁶⁷ Silva, J. M. Lanceiros Negros: projeto resgata história de escravizados traídos na Revolução Farroupilha. National Geographic, 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/06/lanceiros-negros-projeto-resgata-historia-de-escravizados-traidos-na-revolucao-farroupilha>. Acesso em 23 jun. 2023.

⁶⁸ SILVA, J. M. da. História Regional da Infâmia. L&PM Editores, 1ª edição. 2010. Ebook.

⁶⁹ Fotografo que atua pela Revista National Geographic.



Figura 17 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Jorge Euzébio Assumpção, professor de pesquisador da Unisinos, e Iris Helena Medeiros Nogueira, magistranda do tribunal de justiça do Rio Grande do Sul (primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul).



Figura 18 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Antonio Carlos Côrtes, jornalista, psicanalista, advogado e professor, e Loma Pereira, cantora, compositora e ativista.



Figura 19 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Jeferson Tenório, carioca radicado no Rio Grande do Sul, escritor e vencedor do prêmio Jaboti pelo livro *O avesso da pele*, e Daniel Vicente de Medeiros, motorista do Ministério Público Federal.



Figura 20 – Representações do negro no Rio Grande do Sul: Valéria Barcellos, cantora, atriz e performer, e Diane dos Santos, nove vezes medalhista em competições de ginástica artística.

O ensaio fotográfico sobre o qual nos referimos apresenta um conjunto de imagens de homens e mulheres que usam da simbologia dos guerreiros negros que lutaram na Guerra de Farrapos para tratar da divisão social e do racismo no Brasil, representando nesse simbolismo o uso de vermelho nas suas vestes, assim como os negros lanceiros que “na cabeça, ou no braço, amarravam um pano vermelho, símbolo da República”⁷⁰.

Optamos por apresentar as fotografias, selecionadas entre o ensaio, devido ao impacto que elas demonstram, onde os modelos se apoderam da imagem simbólica dos negros lanceiros e se posicionam com a posição que ocupam na atual sociedade. Temos advogados, professores, atletas, escritotes, mas destaco dois modelos que me chamaram mais a atenção para a representação dos lanceiros transportados para o momento presente: Antônio Carlos, da figura 18, e Daniel Vicente, da figura 19, na qual seguram uma lança simbólica.

A fotografia, como meio para o trabalho do ensino de História, ainda mais quando se trata de um ensaio que acaba obtendo o simbolismo de memorial, é deveras importante essa elaboração enquanto agente de manutenção da memória, sendo que tanto o fotógrafo como o fotografado não são agentes passivos no processo, independentemente do período ao qual são registrados – seja em uma fotografia antiga ou recente.

A falta de pinturas⁷¹ ou de imagens que representem os Lanceiros Negros, sem generalização, como se todos fossem idênticos – trajando as mesmas roupas, os mesmo tipos de penteado, as mesmas expressões faciais – pode ser compreendida como um esquecimento, proposital, que cumpre a função de apagar, pois não se não há registro e logo, sem fontes, não existiu.

Para compreender melhor a falta de representação imagética como uma retirada da participação dos negros na Guerra entre as tropas republicanas e os imperiais, podemos compreender que “O retrato conferia prestígio ao retratado, eternizando sua imagem por meio de símbolos que demarcassem sua ascensão financeira e sua posição na sociedade”⁷², e ainda

⁷⁰ Silva, J. M. Lanceiros Negros: projeto resgata história de escravizados traídos na Revolução Farrroupilha. National Geographic, 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/06/lanceiros-negros-projeto-resgata-historia-de-escravizados-traidos-na-revolucao-farrroupilha>. Acesso em 23 jun. 2023.

⁷¹ Trato aqui da(s) pintura(s) buscando indicar a não produção da época do acontecimento, optando por não tratar de mesma maneira o material imagético que veio a ser produzido nos séculos XX e XXI.

⁷² FOCHESTATTO, C. M. de. Os retratos de Juan Manuel Blanes: Algumas considerações. ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año IX – Julio - Diciembre 2017 - N° 18 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/18/eh1824.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023. p. s/p apud FERREIRA; ROSSI, 2013, s/p.

Ao longo da história, os retratos foram utilizados por diversos segmentos da sociedade tendo sempre uma função de diferenciação social. O discurso visual contido nos retratos tinha também por função a consolidação de uma elite e uma ideia de civilização, que se afastava de um imaginário de sociedade selvagem, especialmente na América Latina do século XIX. Existia uma determinada hierarquia nos retratos familiares, inclusive muitas gerações acabavam sendo retratadas e expostas em instituições das quais ajudavam a manter, fazendo uma perpetuação hierárquica das famílias mais abastadas: “[...] os retratos forneciam uma espécie de continuidade simbólica à família dos seus possuidores⁷³.”

Como a Guerra de Farrapos é um componente que está presente entre o conteúdo previsto para ser trabalhado segundo a historiografia brasileira, aparecendo na temática das Revoltas Regenciais, e a menção do Massacre de Porongos não estar contida entre o que é apresentado, podemos compreender que esse esquecimento cumpriu sua função, pois, segundo Huyssen⁷⁴, “quando se trata de teoriza-lo, o esquecimento aparece, na melhor das hipóteses, como um complemento inevitável da memória, uma deficiência, uma falta a ser suprida, e não como fenômeno de múltiplas camadas que ser como própria condição de possibilidade da memória”⁷⁵. O esquecimento cria a memória e é para História o que acaba não sendo registrado como parte da história, ao qual Huyssen uma política pública de esquecimento, como uma negação do que ocorreu.

Apesar da dificuldade de encontrar fontes imagéticas que possam mostrar como realmente eram os Lanceiros Negros, dentro da quantidade de imagens que aparecem como resultado de uma pesquisa sobre o tema, nos resultados que nos levaram até o ensaio desenvolvido pela National Geographic e das pesquisas de Flores⁷⁶ e Silva, além do uso da representação pictórica elaborada por Blanes⁷⁷ apontam que, mesmo sendo de uma apropriação imagética, os Lanceiros aparecem representados.

Há descrições de como eram, principalmente na obra de Flores, que apresentam “a força de Bento Manoel era de 400 homens de cavalaria, uniformizados com camisolas encarnadas, próprias de charqueada”⁷⁸ e “o escravo devia combater de lança”⁷⁹ ou na

⁷³ FOCHESSATTO, 2017, s/p apud CIPINIUK, 2003, p. 32.

⁷⁴ Vide nota 116.

⁷⁵ HUYSSSEN, A. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: Huyssen, A. Culturas do passado-presente – modernismos, artes visuais, políticas da memória. 1. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2014 – p. 155-176.

⁷⁶ Figura 09.

⁷⁷ Quadro Lancero de la época de Rivera, vide figura 02.

⁷⁸ FLORES, 2010, p. 32.

⁷⁹ Montado no cavalo e com lança, logo, um lanceiro.

infantaria”⁸⁰. Para além dessa descritiva de Flores quanto ao tipo de roupa e a arma destinada para o combate, ainda na organização do exército da República Riograndense

O ministro da Guerra, José da Silva Brandão, por ser oficial do Exército Imperial que se engajou com os republicanos, tentou organizar as forças armadas Farrroupilhas, em 1838, classificando o Exército em diversos corpos, de acordo com as condições sociais dos soldados. Na cavalaria, armados de clavina e espada, serviam os brancos. Índios e negros sentavam praça na cavalaria, armados de lança. A artilharia preenchia seus quadros com brancos instruídos. Na infantaria engajavam índios e negros menos ágeis e mais boçais. Tudo de acordo com o decreto governamental⁸¹.

Essa descritiva é a representação não imagética dos negros que lutaram pelos farrapos.

Grupos formados por pessoas negras resgatam o Massacre de Porongos, mais precisamente a memória do que acreditam ser os Lanceiros Negros, no Rio Grande do Sul e estariam evocando uma idealização de um ente gaúcho negro. Essa ação de criação de um símbolo é sempre imbuída de ideais políticos, na proporção que a política é o resultado de toda e qualquer ação e reação que tenha como origem a/uma sociedade.

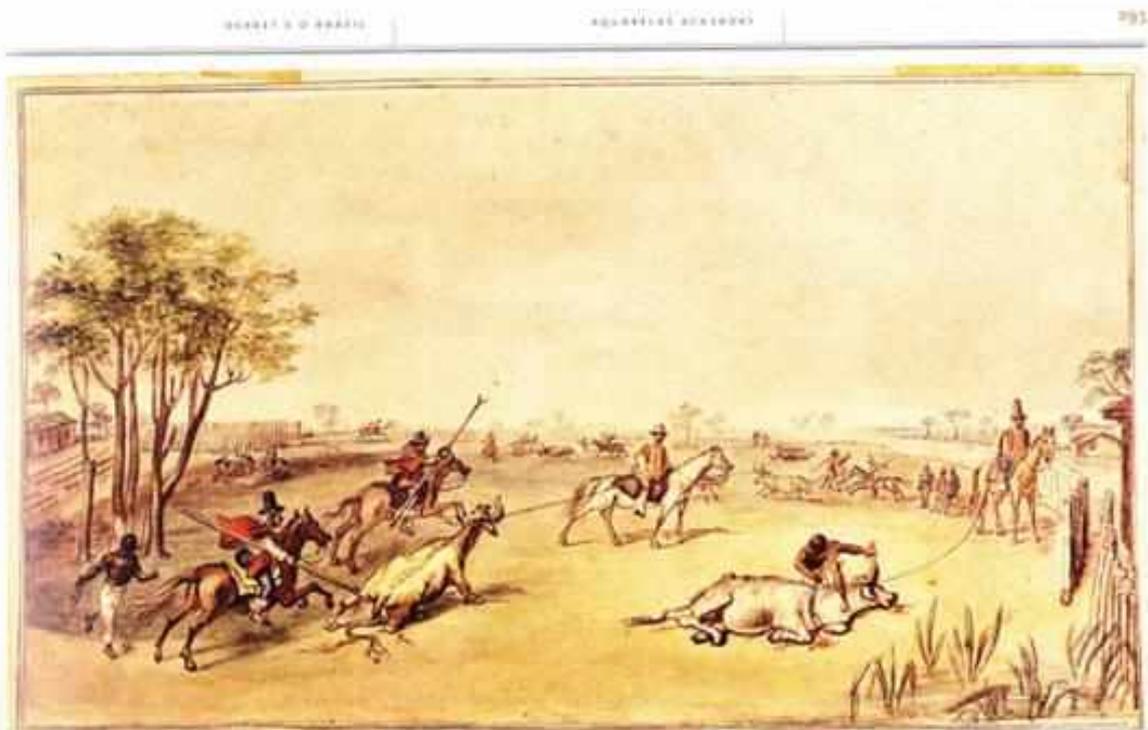


Figura 21 – Charqueada do Brasil, aquarela sobre papel (15,3 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret, 1827. Domínio público, Museu Castro Maya, que serve de modelo para as representação em nosso produto.

⁸⁰ FLORES, 2010. P. 35.

⁸¹ FLORES, 2010, p. 31.

Ao trazerem, os grupos negros, o contexto dos Lanceiros Negros para a contemporaneidade, esses movimentos buscam por “aquisição de status e notabilidade”⁸², ou seja, é a busca pela legitimação do movimento por uma voz de protagonismo, representada na imagem do Lanceiro de Blanes e dos símbolos que ostenta.

Essa criação pressupõe uma procura por memória e a memória só se dá quando ocorre o esquecimento⁸³, indicando o que deve ser recordado/lembrado por aquilo que toca o emocional, independente de ser de origem conservadora ou reformista.

Assim, “[...] a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, no momento onde se acaba ou se decompõe a memória social”⁸⁴, mas toda sociedade é baseada na organização de tradições, paradoxalmente recentes ou antigas, estruturadas na necessidade de legitimar o poder ou a luta pelo poder.



Figura 22 – Negro conduzindo tropas no rio grande do sul Aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret. Domínio público, Museu Castro Maya, que serve de modelo para as representação em nosso produto.

⁸² SALAINI, 2006, p. 25 apud De L'ESTOILE, 2001.

⁸³ Vide nota de rodapé número 167.

⁸⁴ SALAINI, 2006, p.25 apud HALBAWCHS, 1990, p. 80.

Para atender a demanda da criação na necessidade de um símbolo que legitime determinada ideologia ou resgate, a arte foi utilizada fartamente, carregando esses símbolos de tradição. Podemos identificar essa afirmação ao pesquisarmos o gaúcho e depois a Guerra de Farrapos, ao qual encontraremos imagens, em grande quantidade, do idolo gaúcho, representado em figuras de homens, compondo combates, trabalhos no campo, sendo essas representações similares aos mitificados entes na arte renascentista. Ao alterar essa busca para identificar negros nos acontecimentos da Guerra de Farrapos, o que encontramos é um conjunto de imagens que se baseia em uma obra estrangeira, mas que ao ser ressignificada recebeu a contemplação de ícone representativo dos homens que serviram na Guerra de Farrapos em troca de libertações e que, em alguns casos, foram mortos no Massacre de Porongos.

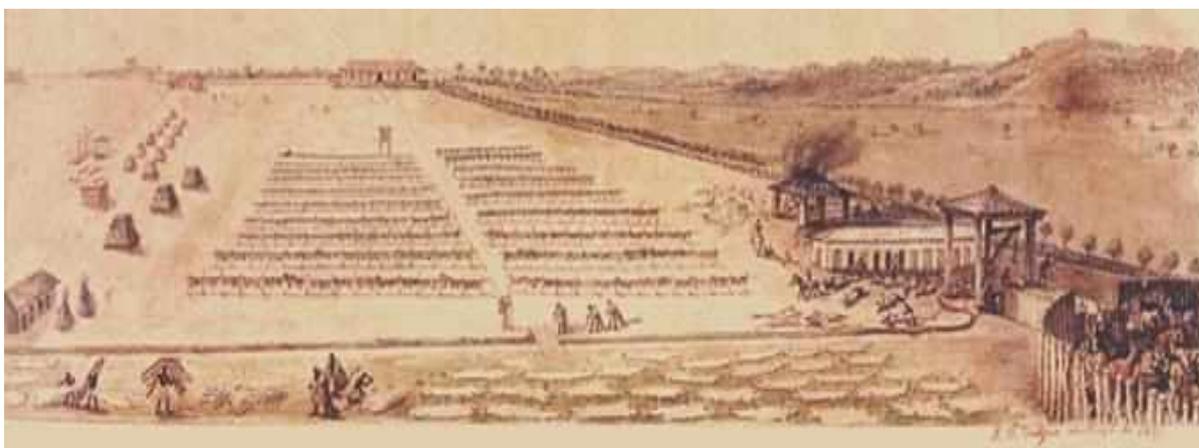


Figura 23 – Litogravura Charqueadas gaúchas, por Jean-Baptiste_Debret, que serve de modelo para as representação em nosso produto.

Consideramos que a representação imagética do negro na sociedade do Rio Grande do Sul deve ser diversa, assim como as fotos do ensaio apresentado, pois o povo negro é diverso e distinto um do outro, não existindo um padrão, assim como podemos identificar que um modelo foi adotado por essas representações contemporâneas, baseado na pintura de Blanes.

2.1 – Breve análise da representação do negro na narrativa gráfica

Ao longo dos séculos XIX e XX ocorreram diversas manifestações artísticas que retrataram os indivíduos negros de forma caricata e pejorativa, entre elas podemos

destacar Hergé⁸⁵, que representou o africano de maneira generalizada e muito caricata na história em quadrinhos denominada Tintim no Congo, publicado originalmente em 1931. O tipo de representação imagética utilizada por Hergé tem conceitos denominados como *blackface* e foi amplamente utilizado entre apresentação cênica até histórias em quadrinhos, simbolizando a visão racista da sociedade caucasiana sobre os indivíduos negros.



Figura 24 – Recorte da história em quadrinho Tintim no Congo, que apresenta de maneira estereotipada os africanos sob uma narrativa eurocêntrica.

A imagem de pessoas negras nas histórias em quadrinhos vai incorrer em uma generalização desses indivíduos, não demonstrando diferença entre as várias etnias – todos tinham as mesmas feições aos serem ilustrados.

Essa caracterização segue um padrão baseado nos menestréis⁸⁶ e esse modelo estético vai ser a inspiração para os negros nas narrativas gráficas estadunidenses, que posteriormente serviram de inspiração para as produções brasileiras. Esse menestrel, personagem negro, acabou chamando atenção, devido ao modo pelo qual acabava tornando-se cômico. Com o tempo, homens brancos passaram a pintar o rosto com fuligem e a se apresentar como negros, resultando no que é compreendido como *blackface*⁸⁷.

⁸⁵ Hergé é o pseudônimo de Georges Prosper Remi, autor de origem franco-belga que ficou muito conhecido ao longo do século XX pela publicação da história em quadrinhos Tintim.

⁸⁶ Personagens cômicos que ganham o imaginário público no decorrer do século XIX e se popularizam no início do século XX nos Estados Unidos da América, no qual artistas negros se apresentavam tocando, dançando e cantando, que posteriormente passou a ser interpretado por indivíduos brancos que pintavam a face de preto com fuligem.

⁸⁷ O *blackface* foi uma prática de caracterizar um indivíduo branco para simular, de maneira a ser uma paródia, um negro. Consistia em um indivíduo pintar a pele do rosto de preto, com carvão ou tinta preta,

Para que possamos compreender e refletir sobre essa formação da imagem do negro nas histórias em quadrinhos, apoiaremos nossa análise no produto da pesquisa de Nobu Chinen, o livro *O negro nos quadrinhos*, publicado em 2019.

Começamos pela representação do negro, que na concepção de Chinen, “[...] quando essa imagem que constituiu a identidade social virtual não corresponde à identidade social real, cria-se o estigma” (2019, p. 49), ou seja, a imagem utilizada como representativa do negro para as ilustrações de narrativas gráficas não é a real, mas sim uma generalização estipulada pelo estereótipo do negro menestrel, que podemos também descrever como origem do *blackface*.

Para Chinen (2019, a imagem do negro nas histórias em quadrinhos baseia-se em uma redução do indivíduo, onde “[ocorre] uma redução às formas absurdamente simples. Redução ao mínimo suficiente apenas para ser reconhecido” (2019, p. 50-51), esse reconhecimento é efetivado por cor da personagem, face elaborada com traços que maximizam lábios e olhos – boca grande e olhos arregalados, afirmando que “muitas das configurações e ideias sobre os negros eram sintetizadas pela figura do menestrel que ajudou a massificar e reforçar estereótipos raciais sobre os negros, ao satirizar seu modo de vestir, suas maneiras e seu linguajar incorreto” (CHINEN, 2019, p. 55).



Figura 25 – Representação negra em histórias em quadrinhos estadunidenses, inspiradas na imagem do menestrel, obitidas no livro de Nabu Chinen, *O Negro nos quadrinhos*, página 49.

mantendo o contorno da boca de branco ou vermelho e fazer caretas enquanto imitava trejeitos considerados negros (como a fala em gírias ou com sotaque).

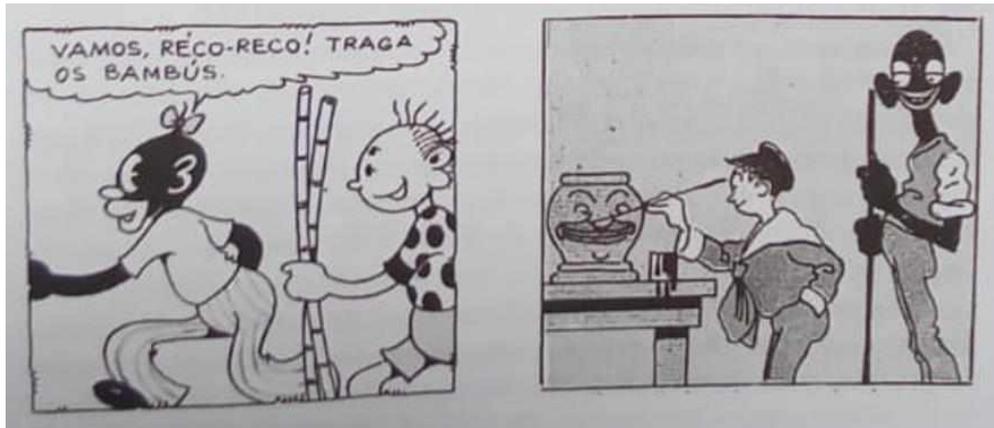


Figura 26 – Representação do negro em histórias em quadrinhos brasileiras, que segundo Chinen (2019), são inspiradas na representação estadunidense e no estereótipo do menestrel. Imagem obtida do livro *O negro nos quadrinhos*, de Nibu Chinen.

Segundo Abreu e Viana, a figura do menestrel surgiu nas primeiras décadas do século XIX, com a criação de um personagem negro, Jim Crow por um ator branco estadunidense, Thomas Darmouth “Daddy” Rice.⁸⁸ Eram feitas performances teatrais que desqualificavam, pelo riso, personagens negros como Sambos e Dandies. Para as autoras, o uso da imagem de Sambo, bobo, risonho, malicioso e inconsequente foi uma eficiente forma de opressão sobre os negros, “especialmente para justificar sua exclusão política e econômica após a década de 1880, no pós-abolição, com o fim da Reconstrução Radical.”

89

Podemos argumentar que anteriormente a representação negra em histórias em quadrinhos, os indivíduos negros foram ilustrados em quadros por pintores, como Jean-Batpiste Debret e Johan Moritz Rugenda, estando assim bem representados para servirem de modelo para ser estudado para compreender a imagem negra da população, mas mesmo esses pintores moveram-se por ideologias sociais da época, e estando pintando em uma sociedade escravocrata, teriam ideais escravocratas nas representações. O mesmo pode ser aplicado na ilustração de Juan Manuel Blanes, que na obra *Lancero de la época de Rivera* é única no seu tipo pelo autoria do autor.

⁸⁸ ABREU, Martha e VIANA, Larissa. Lutas políticas, relações raciais e afirmações culturais no pós-abolição: os Estados Unidos em foco. IN AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald (orgs) *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.179

⁸⁹ ABREU, Martha e VIANA, Larissa. Lutas políticas, relações raciais e afirmações culturais no pós-abolição: os Estados Unidos em foco. IN AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald (orgs) *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.180

Por mais que um artista pretenda retratar com o máximo de fidelidade a realidade ao seu redor, seus trabalhos sempre trarão a marca de sua bagagem cultural e sua ideologia, ainda mais quando se trata de profissionais contratados por autoridades cujos interesses econômicos e políticos não poderiam ser contrariados (CHINEN, 2019, p.61)

Compreendemos os apontamentos de Chinen acerca da representação ao analisar dois materiais distintos em origem, data e motivos. Observemos A Guerra de Farrapos (1983), de Tabajara Ruas e Flavio Colin, e segunda é Angola Janga (2017), de Marcelo D'Saete.

Na primeira história em quadrinhos, A Guerra de Farrapos, os autores nos apresentam os acontecimentos do conflito homônimo, com uma publicação datada da década de 1980. Nessa narrativa gráfica os autores apresentam os acontecimento da Guerra de Farrapos, enaltecendo a imagem de Bento Gonçalves, como é comumente apresentado em livros didáticos, mas não ocorre a citação dos Lanceiros Negros nos acontecimentos ocorridos no Cerro de Porongos. Temos nessa obra a representação do negro estereotipado, com lábios grandes, olhos arregalados e pele em tonalidade totalmente preta, muito identificada com o estereótipo do blackface.

É necessário, ao ter contato com esse material, saber que ele não foi produzido para o uso no estudo de História e que sua produção foi financiada pelos postos de combustíveis Ipiranga, com intuito de criar uma memória monumental e acessível da Guerra de Farrapos, tratada no imaginário regional do Rio Grande do Sul como A Grande Revolução.



Figura 27 – Representação de garoto negro da história em quadrinhos A Guerra de Farrapos, de Tabajara Ruas e Flávio Colin, página 05, da re-edição e 2017 pela editora Comix Zone.

Na imagem em destaque da figura 13 podemos observar uma representação que segue o padrão repassado pelas publicações estadunidenses e que acabou adotada como tradicional na representação negra no Brasil. A ilustração seria um garoto, negro, que corre na entrada de uma fazenda ao avistar a chegada de Bento Gonçalves, que denomina de coronel.

É importante destacar que as obras de Flávio Colin simulam o tracejado de xilogravura e que o autor se dedicou a tratar de temas pertinentes ao folclore diverso do Brasil, mas que assim como qualquer outro artista do período, seguia o modelo de como representar alguns grupos étnicos e naquela década, 1980, esse tipo de imagem do negro era a utilizada por diversos artistas.

A obra elaborada por Flávio Colin e por Tabajara Ruas não indica que havia soldados negros atuando pelos farroupilhas, apresentando apenas soldados brancos e, em determinado quadro apresenta em um balão de fala, a presença de indígenas.

Na data da publicação da história em quadrinhos *A Guerra de Farrapos*, a presença de negros no exército farroupilha não era um consenso, pois da mesma maneira, a historiadora Pesavento também não apresenta a presença de negros como soldados libertos em seu livro sobre a Revolução Farroupilha⁹⁰. A presença negra poderia até ser pesquisada, mas aparentemente não era um consenso geral, ainda mais a hipótese do Massacre de Porongos, que não aparecem no texto de Pesavento ou no argumento de Tabajara Ruas e Flávio Colin.



Figura 28 – Ilustração de Flávio Colin, representando os soldados farrapos que foram liderados pelo General Canabarro, no Cerro de Porongo, no dia anterior ao ataque das tropas imperiais que resultariam na morte dos Lanceiros negros.

⁹⁰ Material apresentado no capítulo 1 dessa pesquisa.



Figura 29 – Narrativa gráfica de Flávio Colin que apresenta o ataque ao Cerro de Porongos, como uma emboscada. O detalhe é a falta representação de personagens negros aqui.

Em A Guerra de Farrapos, os autores, Tabajara Ruas e Flávio Colin, produziram uma narrativa gráfica sem participação de personagens negros em protagonismo e quando representam negros eles são colocados como algum coadjuvante ao fundo da página, em atividade braçal ou em comportamento caricato, maneira pela qual por muito tempo o conflito homônimo foi apresentado e ainda é apresentado em escolas pelo Brasil.

Passemos para analisar a segunda história em quadrinhos, Angola Janga, do autor Marcelo D'Saete, que apresenta a história de origem de Zumbi e o desenvolvimento do Quilombo de Palmares, elaborada sem o uso das características das narrativas gráficas desenvolvidas no século XX, que representavam os personagens negros estereotipados.

D'Saete utiliza de um traço limpo para representar as personagens, buscando diferenciá-las por características físicas e de adereços, como tipo de cabelo, formato de nariz, lábios desenhados com silhueta mais marcante – sem delinear uma caricatura humana, estilos de roupas, estilos de armamentos e até mesmo o modo de falar de cada personagem.

Não iremos tratar aqui da História de Palmares e nem mesmo da figura de Zumbi, pois nosso foco é a apresentação das personagens históricas dos Lanceiros Negros que lutaram pelo exército da República Rio-Grandense e que foram mortos, em sua grande maioria, no Massacre de Porongos de 14 de novembro de 1844, por esse motivo nossa atenção está na maneira pela qual D'Saete representou iconograficamente os negros em sua produção gráfica.

Nossa abordagem da história em quadrinho produzida por Marcelo D'Saete tem como intuito a maneira de como ele conduziu a apresentação imagética dos negros em sua obra, sem a caracterização do ridículo, tão comum nas narrativas gráficas do século XX. Poderíamos ter optado por outra história em quadrinhos, como as narrativas que apresentam o Pantera Negra, o Falcão ou o Luke Cage⁹¹, mas optamos pela análise de uma narrativa nacional, cujo tema e desenvolvimento visam o ensino.

Na figura 19, por exemplo, podemos identificar o estilo de desenho de D'Saete e sua caracterização dos negros em sua narrativa. Nitidamente o estilo de representar os negros, tão comum nas obras de caricatura e de histórias em quadrinhos do século XX, com origem nos menestréis, não está presente nessa obra, o que nos permite entender que a diferenciação das personagens, não estereotipadas, garante a identificação negra de coletividade e não apenas de um tipo específico de pessoas, idênticas, sem diferenças e desqualificadas pelo estereótipo negativo. As composições dessas duas histórias em quadrinhos ocorrem em datas muito diferentes, divergindo entre 1983 e 2017, com 34 anos de espaçamento temporal entre suas publicações, apresentam conceitos e narrativas bem distintas, mas compreensíveis dentro do contexto histórico de cada uma delas.



Figura 30 – Representação de jovens negros na Angola Janga, de Marcelo D'Saete, página 25.

⁹¹ Todos os três nomes citados são de personagens de histórias em quadrinhos, estadunidenses, negros e protagonistas de suas próprias aventuras, não sendo representados como auxiliares ou caricatos. Pantera Negra (Black Panther), 1966, Rei de uma nação africana com grande desenvolvimento tecnológico; Falcão, Sam Wilson, 1969, originalmente aparece como auxiliar do Capitão América, mas em 2014 assume o “manto” do Capitão América, se tornando o novo “símbolo americano”; Luke Cage (Power Man), 1972, é um personagem negro que vive em bairros pobres de Nova Iorque e tem como poder “a pele indestrutível”, representando poder da pele negra. Todos os três são símbolos em histórias em quadrinhos estadunidenses ao tratar da questão étnica.



Figura 31 – Ilustração de D’Saete que possibilita identificar indivíduos não negros, com variação no tipo de cabelo, contorno do cabelo, tipo de lábios, formato de olho, além das indumentárias utilizadas.



Figura 32 – Ilustração de D’Saete que possibilita identificar indivíduos negros, diferenciados por tipo e cabelo, por estética de cabelo, por contornos de nariz e lábios, além do formato dos olhos e dos adereços utilizados.

De mesmo modo que a historiografia no decorrer das últimas décadas do século XX passou a aprofundar e a revisitar questões sobre a sociedade brasileira e o desenvolvimento do regime escravocrata, as representações negras em obras gráficas também passaram por ressignificações, retirando das imagens de personagens negros as

características pejorativas que foram utilizadas ao longo de grande parte do século XX, que apresentamos aqui como o blackface nas histórias em quadrinhos. Temos a representação negra realizada por artistas negros, que carregam em seus traços a diversidade do ser negro, como exemplo o trabalho apresentado de D'Saete em Angola Janga e as ilustrações dos negros que não são pejorativas quando as que identificamos nas outras obras que exemplificamos em A Guerra de Farrapos e Tintim no Congo.

2.2 – A narrativa gráfica para o ensino de História: potencialidades de unir imagem e História

Começamos neste capítulo abordando a imagem dos negros na Guerra de Farrapos, localizando nos espaços de memórias e pela internet a representação adotada socialmente para os escravizados que lutaram pelos farrapos, e da representação do negro nas narrativas gráficas, tratando do blackface como meio de representação inicial e da transformação que passou ao longo do tempo, passaremos nessa parte para uma abordagem que nos conduzirá para compreensão da potencialidade do uso das histórias em quadrinhos no ensino de História.

Não é uma temática nova a ser discutida em meio acadêmico, tendo em vista que pesquisadores como Waldomiro Vergueiro, Douglas Mota Xavier de Lima, Túlio Vilela, Paulo Ramos e Alexandre Barbosa analisam o uso dessa linguagem como meio para o ensino de História, viabilizando nossa pesquisa, mas ao mesmo tempo, as publicações que tratam desse tema também o fazem na teoria, sem terem produzido histórias em quadrinhos propriamente ditas para o ensino de História. As pesquisas acerca da temática analisam e propõem uma reflexão sobre como selecionar histórias em quadrinhos adequadamente para as aulas e como preparar a aula com o uso dessa linguagem⁹².

Nossa proposta é de utilizar uma narrativa gráfica, em especial uma história em quadrinhos, que tenha como intuito apresentar a história do Cerro de Porongos e a presença dos negros na Guerra de Farrapos, tratando não apenas o conflito, mas a figura do negro e seu modo de vida dentro do contexto, possibilitando que as condições ao quais eram colocados em combate e depois tratados possa ser analisada. Toda nossa pesquisa

⁹² Podemos até mesmo dizer que os autores/pesquisadores citados nesse parágrafo não tratam as histórias em quadrinhos plenamente como linguagens, mas sim como um meio para o ensino, quase que apresentando essas histórias em quadrinhos como ferramentas, o que pode limitar a compreensão em parte.

nos trouxe até essa conclusão, até esse produto, que se dispões como a utilização da linguagem das histórias em quadrinhos como meio que viabilize atingir com eficiência os estudantes do ensino básico, do oitavo ano e do segundo ano do Ensino Médio, mas que também possa ser utilizada em outros espaços não formais de ensino.

A motivação para o uso dessa linguagem é a de garantir maior alcance nos leitores, além de propor a apresentação de um acontecimento que não aparece presente no material de estudo sobre a Guerra de Farrapos, pois “[...] os quadrinhos são o espaço lúdico e sua narrativa, tal como o cinema, envolve uma estrutura diferente dos livros de História tradicionais” (LIMA, 2017, p. 164), estando elaborada de tal forma que sua argumentação atrai o leitor, comunicando com maior facilidade e ao mesmo tempo com grande profundidade, tendo em vista sua união de linguagens, gráfica e literária, onde “[...] os quadrinhos promovem a leitura, a interpretação e a imaginação, aspectos diretamente relacionados às aulas de linguagens, mas também fundamentais para as humanidades e, especificamente, para a História” (LIMA, 2017, p. 168).

O uso das histórias em quadrinhos para o ensino de História não deve ser realizado para embelezar e facilitar o ensino, mas como uma maneira de buscar maximizar o desenvolvimento crítico e das multiplas linguages envolvidas, e “devemos entendê-la apenas como mais um recurso pedagógico que, se bem empregado, pode trazer bons resultados” (VILELA, 2004, ebook). Porém, se não houver preparo para o seu uso o resultado pode ser o oposto, resultando na dispersão dos estudantes e a narrativa gráfica em um alívio para o espaço de ensino, ao qual os estudantes podem se atentar apenas para os desenhos e não compreender a informação que baseia a produção gráfica. Dessa forma é imprescindível que o material contenha apresentação de conteúdo e extras que permitam reconhecer aquela narrativa como baseada em acontecimento históricos confirmados cientificamente.

Vilela propõem uma série de usos e possibilidades para a utilização das histórias em quadrinhos no ensino, específico, de História, detalhando cada um deles⁹³, dentre os quais podemos destacar os tópicos A e C dessa apresentação, onde o uso dessa linguagem, a da narrativa gráfica, pode ser adequado “A. Para ilustrar ou fornecer uma ideia de aspectos da vida social de comunidades do passado” (2004, ebook) e “C. Para serem

⁹³ VERGUEIRO, W. (Org). Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula, 4º.ed, São Paulo: Contexto, 2004.

utilizados como ponto de partida de discussões de conceitos importantes para a História” (2004, ebook).

O pesquisador Marco Túlio Rodrigues Vilela (2012), que trabalhou em sua dissertação sobre o uso das histórias em quadrinhos no ensino de história, analisa a narrativa gráfica Guerra de Farrapos (a mesma que proponho análise) e sobre a obra destaca “[...] o nosso sentimento de identidade nacional não nasceu pronto, foi sendo historicamente construído” (p. 299). Essa identidade nacional referida pelo pesquisador seria a branca revolucionária europeizada que se opôs à monarquia oitocentista, mas que não representa o estado da população brasileira que é tratada como bestializada⁹⁴ na formação política do Brasil, por isso, ao analisar a obra Guerra de Farrapos, de Ruas e Colin, é preciso questionar onde estão os negros e refletir os motivos pelos quais os poucos que são representados estão na condição de faces bestializadas e desumanizados, sem participação efetiva no conflito, seja como guerreiros que servem aos farrapos ou que servem às forças imperiais.

Mesmo após dois séculos do término do status de colônia sobre o Estado brasileiro, organizado politicamente de maneira distintas e mutáveis ao longo deste período, ainda promovemos os valores coloniais, segregando estruturalmente os diversos povos que formam o povo brasileiro e relutando em ultrapassar a fronteira do colonial para o decolonial em que, segundo José Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel, autores do artigo Decolonidade e perspectiva negra,

“Os sujeitos coloniais que estão nas fronteiras - físicas e imaginárias - da modernidade não eram e não são seres passivos. Eles podem tanto se integrar ao desenho global das histórias locais que estão sendo forjadas como podem rejeitá-las. É nessa fronteira marcada pela diferença colonial, que atua a colonialidade do poder, bem como é dessas fronteiras que pode emergir o pensamento de fronteira como projeto colonial” (p. 16, 2016)

Apresentar os eventos ocorridos na Guerra de Farrapos e a culminação do negro que lutou essa guerra no Cerro de Porongos, identificando o acontecimento como o Massacre de Porongos, além dos diversos negros que podem ter obtido a liberdade por vias de fuga ou a libertação pela alforria, se faz necessário para realmente identificar a formação do sentimento de identidade nacional que não nasceu pronto (VILELA, 2012), possibilitando questionamentos e reflexões sobre os indivíduos que estiveram na margem

⁹⁴ Em analogia direta ao título do livro de José Murilo de Carvalho, Os Bestializados.

da história brasileira sejam conhecidos pelos estudantes no estudo das revoltas regenciais, refletindo sobre a constituição da Guerra de Farrapos como um evento excludente e segregacionista que o foi, e não apenas o identitário revolucionário como o aprendemos e repassamos nas aulas de História.

Podemos propor que mais do que identificar a lacuna do negro no registro imagético e historiográfico do conflito em questão, nossa pesquisa busca indicar que o mesmo pode ter acontecido com diversos outros negros que participaram de outros acontecimentos históricos e que os estudantes, além de qualquer outro que venha a ter contato com o material projetado, possa pensar sobre o lugar do negro na História do Brasil, na sociedade brasileira, na cultura brasileira e na vida brasileira. O lugar⁹⁵ do negro é todo lugar que ele ocupe, mesmo que tenha sido desapropriado por outros indivíduos ao longo do tempo.

Utilizando do conceito de história em quadrinho como uma linguagem e se baseando nas pesquisas de Vilela, Xavier e Vergueiro, reunimos nossa pesquisa acerca dos negros do Rio Grande do Sul, dentro do recorte temporal de 1835-1845, período da Guerra de Farrapos, para dialogar com os estudantes, promovendo o contato com os resultados obtidos sobre historiografia e iconografia, organizado em um material que dialogue além do território do estado cede do conflito analisado.

Partindo da premissa que em todas as regiões e estados pode ter ocorrido o apagamento de participações negras em acontecimentos, nossa pesquisa vai objetivamente para os combatentes que atuaram com lanças contra o Império do Brasil no começo do século XIX, mas demonstra que a diversidade está presente e sobreviveu mesmo com as tentativas de apagamento e banimento.

Para constituir essa linguagem, a da história em quadrinhos, foram utilizadas as imagens obtidas nessa pesquisa, desde a gravura de Flores até o ensaio da Revista National Geographic, passando pela análise do quadro de Blanes, Lancero de la época de Rivera. Mesmo que nessas imagens não estejam presentes tudo que é necessário para contemplar a representação dos indivíduos protagonistas dessa pesquisa, as descritivas sobre eles, obtidas nas pesquisas de Moacyr Flores, Jumanir Silva, Vinícius P. De Oliveira e Daniela V. De Carvalho, que detalham vestimentas, feições e origens nativas dos personagens, apresentada nos nomes⁹⁶.

⁹⁵ Volto a remeter ao sentido de Lugar como aquele que é o local em que se desenvolve afeição, conceito geográfico de ocupação do espaço pelo homem.

⁹⁶ Francisco Cabinda (ou de cabinda), Antonio Benguela (ou de Benguela) e José Angola (ou de Angola).

A narrativa gráfica que finda nossa pesquisa tem como personagem principal o negro e os negros, apresentando o cotidiano nas charquearias, a repressão branca sobre a tentativa de fuga ou de resistência física, aprofundando no modo como ocorreu o alistamento negro, a promessa de libertação ao término da Guerra, a edificação do símbolo do Lanceiro Negro como símbolo do imaginário negro na luta por resistência na apropriação do quadro de Blanes, encerrando com a reflexão da traição, seja ela ocorrida pelo massacre ou pelo não cumprimento da libertação dos que lutaram pelos Farrapos.

Para concluir, o produto é finalizado com uma seleção iconográfica e informações históricas que validam o apresentado na narrativa gráfica, pertinentes e fundamentais ao tema tratado, contando com referencial cartográfico também.

3 – A REPRESENTAÇÃO NEGRA NA GUERRA DE FARRAPOS NA LINGUAGEM DA HISTÓRIA EM QUADRINHOS

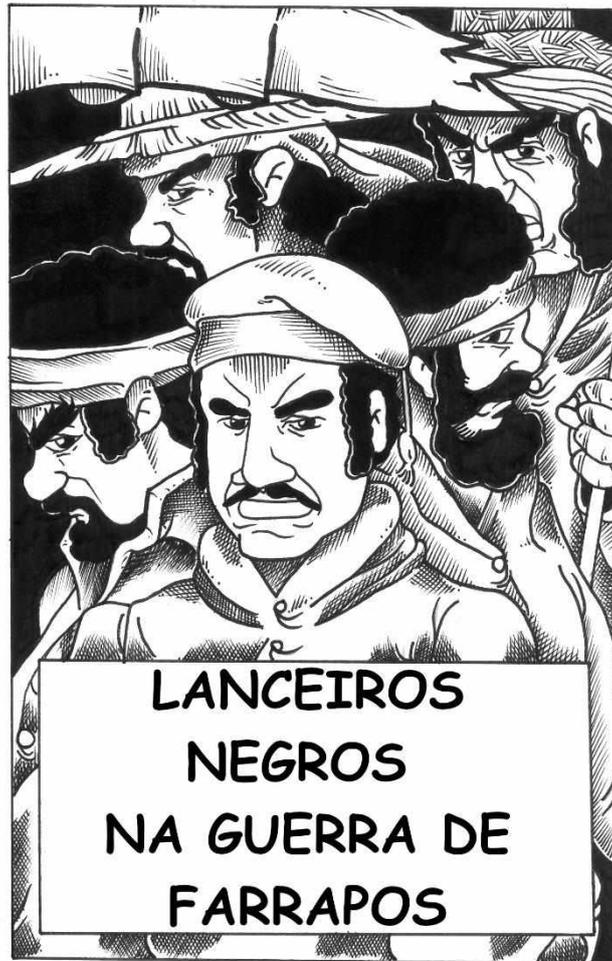
Nossa pesquisa aprofundou-se na busca por identificar o uso do negro na Guerra de Farrapos, como meio de obter libertação da condição de escravizado e apresentou, ainda no capítulo 1, a traição de não ter concedido para esses negros escravizados que lutaram a condição que lhes fora prometida no alistamento. Mesmo que alguns tenham chegado a serem libertados, acabaram por retornar para a condição de cativo do trabalho compulsório através das forças do Império do Brasil. Buscamos propor reflexões acerca da ocupação do espaço social pelo negro no recorte temporal de 1835 até 1845, que é quando se desenvolveu o conflito em questão.

Toda essa pesquisa teve início com o contato com uma produção artística denominada A Guerra de Farrapos, de autoria de Tabajara Ruas e desenhos de Flávio Colim, na qual não há representação de negros na condição de soldados. Mesmo que esse material não tenha sido elaborado com intuito de ensinar ou de contar a História como ela foi, a ausência dos negros foi impulsionadora decisiva para o início de nossa pesquisa, pois com um material que é de amplo acesso e que temos em alguns casos associados com o início da leitura, como uma História em quadrinhos pode ser tão parcial e apagar um grupo ativo na guerra que nomeia a obra?

Ao buscar responder essa questão fundamental, de apagamento e de esquecimento deliberado dos negros que estiveram na busca pelo fim da escravidão nos deparamos com as mudanças na historiografia que ocorreram no século XX, principalmente pós década 1960, na qual o negro passou a ser retratado como indivíduo decisivo na formação e na atuação social e que culminou na elaboração da lei 10.649/2003.

Como partimos do princípio que a imagem dos negros que estiveram atuantes na Guerra de Farrapos não foi representada adequadamente na produção de Ruas e Colim, mesmo que o intuito deles não tenha sido o de ensinar História, retomamos esse princípio para propor um produto que tenha a finalidade de ensinar História, com a linguagem da narrativa gráfica ou das histórias em quadrinhos, apresentando não apenas o conflito, mas os dilemas sociais e espaciais que existiram no recorte ao qual nos atamos. Desse modo apresentamos: Negros farrapos entre sarjetas.

3.1 - Negros Farrapos entre sarjetas



**LANCEIROS
NEGROS
NA GUERRA DE
FARRAPOS**

(1836-1844)*

*A data é referente a participação negra no referido conflito.

Palavras ao leitor como uma breve introdução

A história em quadrinhos que se desenvolve à seguir é o resultado da pesquisa de Mestrado em Ensino de História realizado na Universidade Federal de Uberlândia (Uberlândia/MG) que teve como foco a representação dos negros na Guerra de Farrapos, analisando desde o ano de 1836, o qual aconteceu a formação do primeiro corpo de infantaria composto por negros cativos e que tiveram como motivação a obtenção da condição de liberto ao término da Guerra.

Para compreender a narrativa apresentada é necessário explicar o contexto histórico no qual se desenrola: a Guerra de Farrapos ocorreu na atual região Sul do Brasil, entre os anos de 1835 a 1845, no então território do Império do Brasil, sendo apresentada como parte do que denominamos como Revoltas Regenciais.

Os atuais estados de Santa Catarina e de Rio Grande do Sul foram protagonistas no conflito e seus participantes – autodeclarados revolucionários pelo movimento, mas considerados revoltosos pelo Império do Brasil – eram homens que buscaram o fim da monarquia e elaboração de um novo modelo de governo para aquela região. Apesar de serem estados que tem origem na chegada de imigrantes europeus, é indiscutível a presença negra escravidão utilizada no trabalho do campo e dos poucos centros urbanos. Mesmo com a presença de soldados brancos, a maioria, dependendo do período, era homens negros, de origem escravizada e que receberam a proposta de se tornarem libertos caso lutassem em prol do exército que representava o interesse do Sul do Império do Brasil: a formação de uma República. Essa proposta ofertada aos negros escravizados foi muito comum na América Ibérica, onde as condições de obter o fim da condição de trabalhador compulsório, escravizado, eram diversas (da “generosidade” dos proprietários até a possibilidade de comprar a própria libertação).

Por que analisar ou discutir essa participação negra na História do Brasil? O Brasil é um país que se forma como Estado à partir de 1889, com a proclamação da República, mas com uma História que tem origem três séculos antes e que se manteve como colônia e depois como monarquia de bases escravocratas por aproximadamente 358 anos, então, ao falar da História do Brasil é mais do que importante e necessário falar da presença negra no Brasil e do apagamento dessa participação em registros históricos.

Buscamos apresentar nessa história o resultado da pesquisa realizada e propomos que a leitura seja feita com reflexão e questionamentos, em especial sobre onde foram parar esses homens negros que deveriam ter recebido a condição de libertos no final do conflito

e até daqueles que obtiveram o fim da consição de escravizados, mas que foram aprisionados pelos soldados e forças legais do exército do Império do Brasil.



Alguns homens receberam mais destaque pela memória do que outros, como é de costume em guerras.



Os generais acabam recebendo mais destaque do que os soldados que morrem no campo de batalha, entrando para os registros como heróis dos acontecimentos.

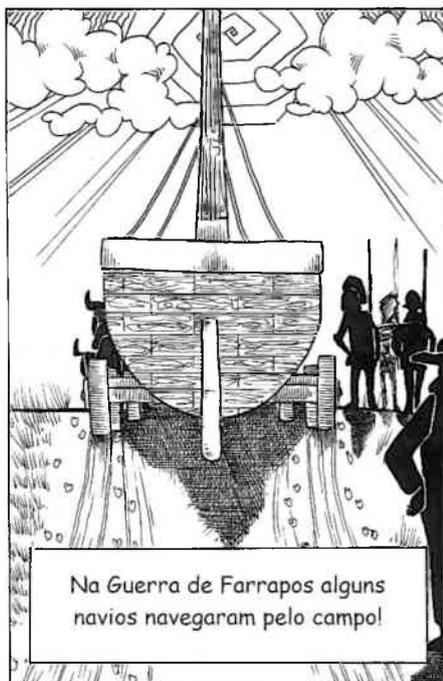
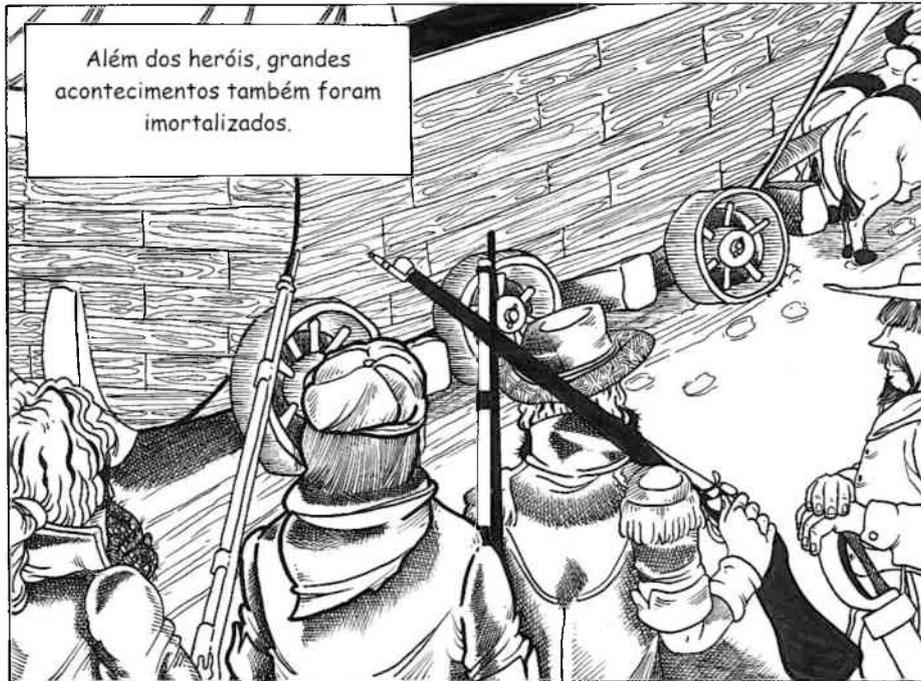


E quem melhor do que um general para ser herói ?

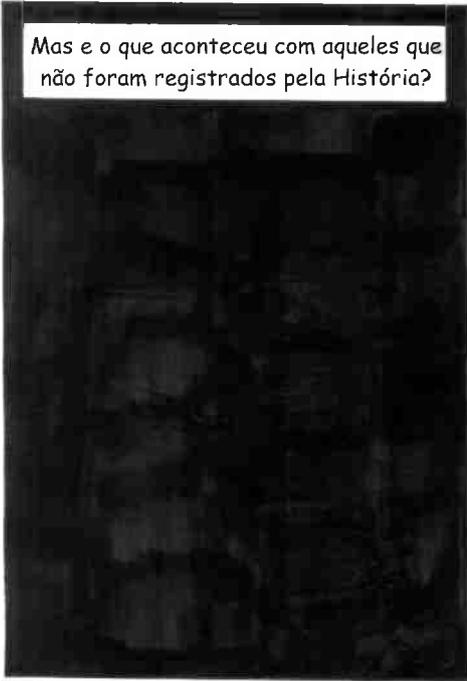
Um homem branco, da elite, que naturalmente comandava...

enquanto **outros** lutam suas batalhas, não é mesmo?

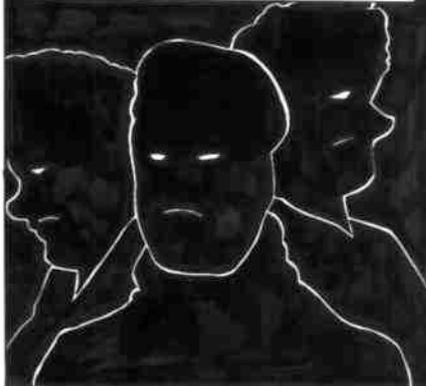




Mas e o que aconteceu com aqueles que não foram registrados pela História?



Como eram os rostos dos indivíduos que lutaram, amaram, venceram, perderam, viveram e morreram, mas que não foram registrados pela História?

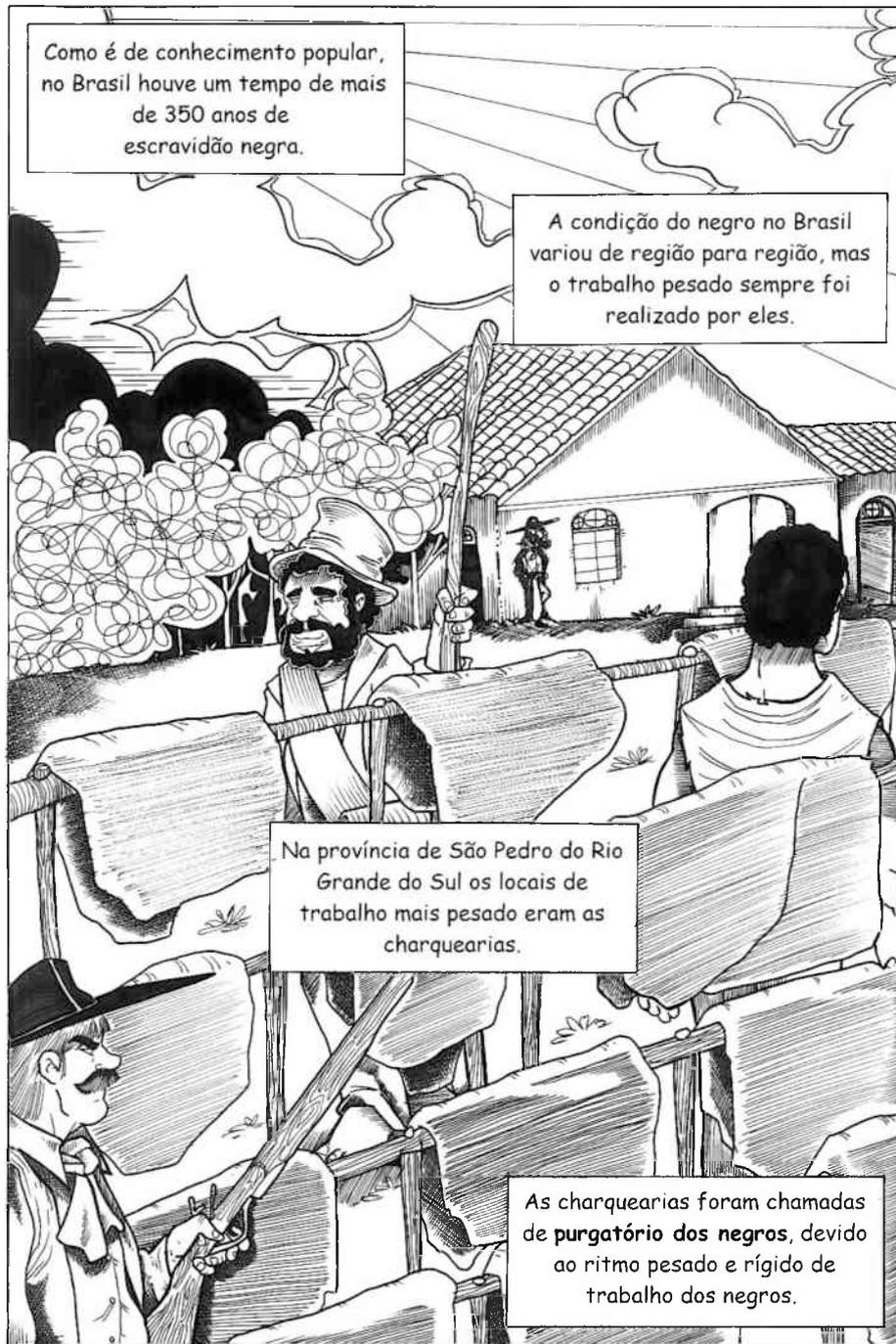


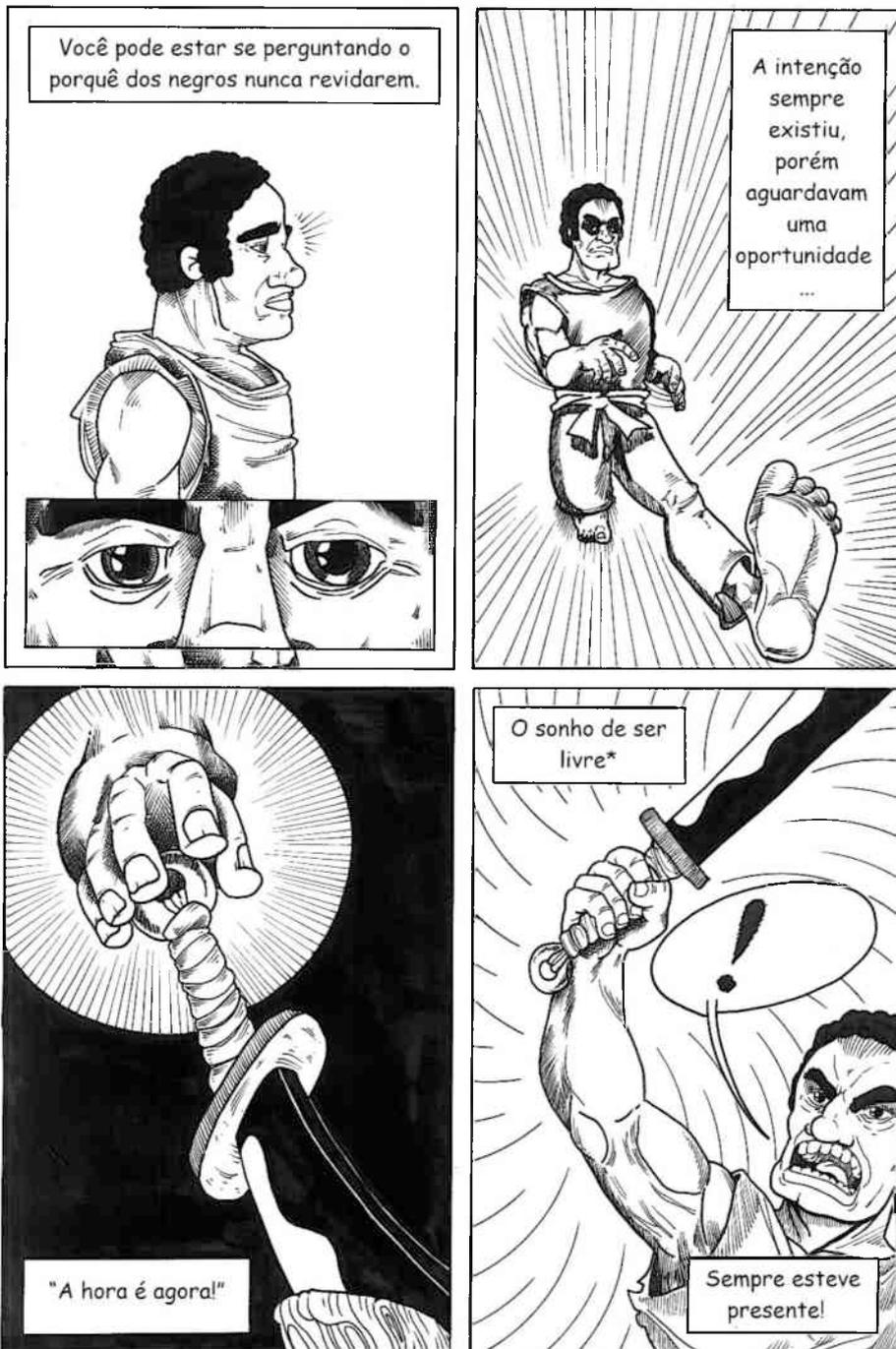
Quem eram os homens que lutaram a Guerra de Farrapos...



Param além de serem homens, quem eram os **homens negros** que lutaram pelos farrroupilhas?







*No período em que existiu escravidão no Brasil, os termos livre e liberto tiveram muita diferença: ser livre era condicionado ao não ser escravizado, algo apenas destinado aos brancos, enquanto o ser liberto estava relacionado com o ter sido escravizado e depois receber a "soltura", mas estando possível de voltar a ser escravizado. Ou seja, alguém liberto poderia voltar a ser cativo, enquanto que alguém livre sempre o seria.



Apesar de sempre presente,
também foi contido
constantemente.



Contido com muita
violência para não ser
uma inspiração.

Apesar da violência, essa
busca não parou e nem
mesmo deixou de inspirar.



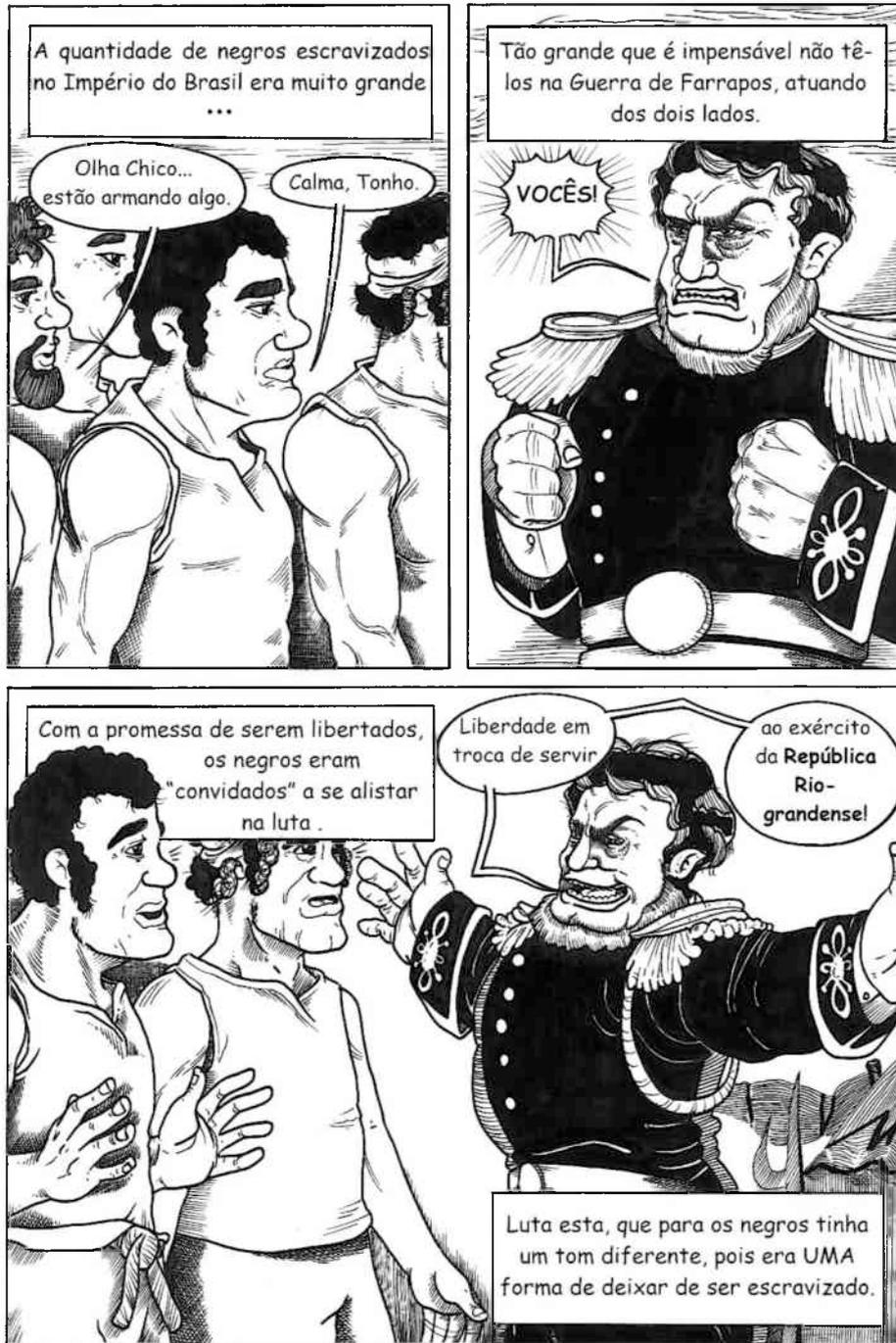


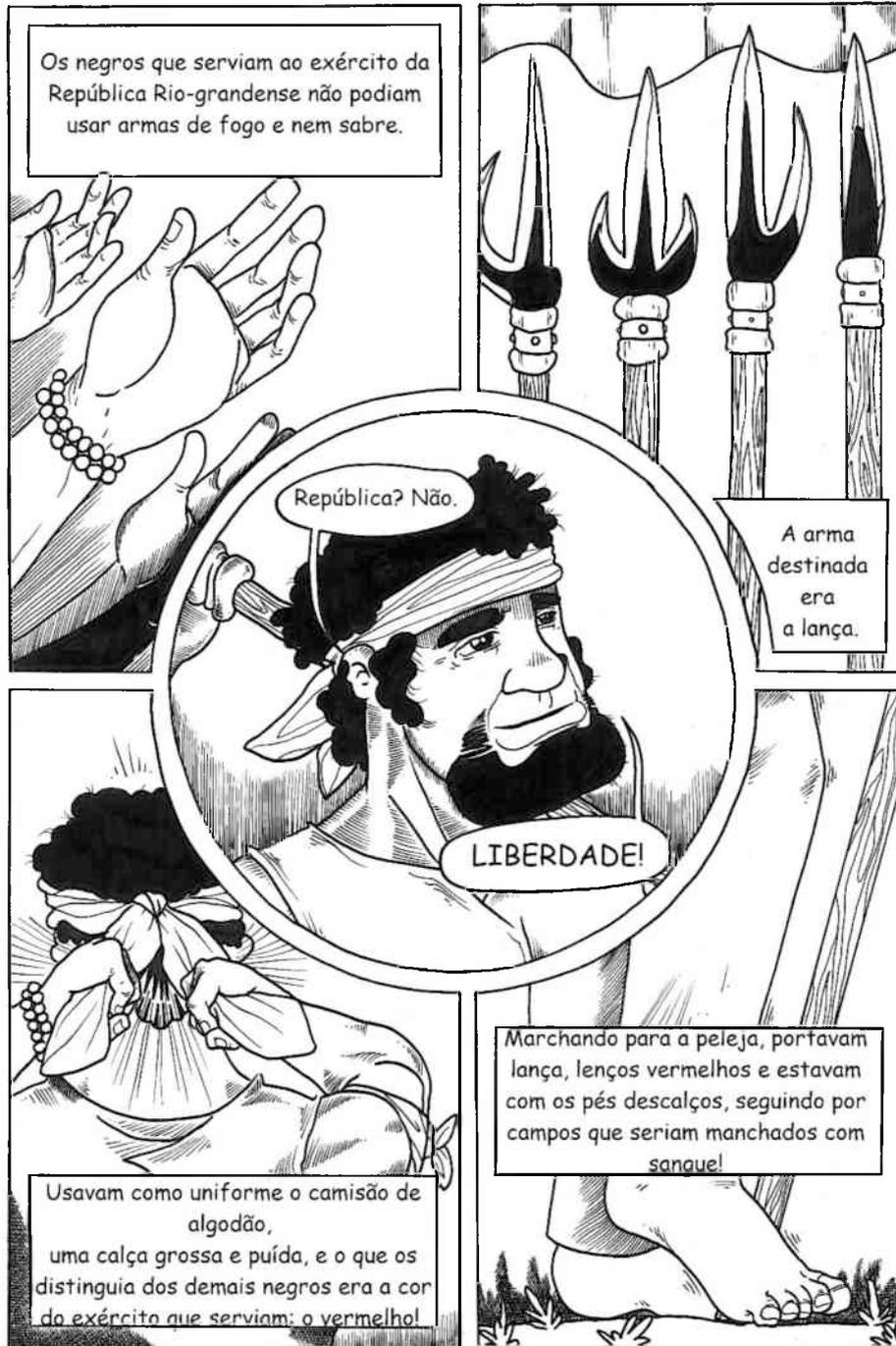
ANTÔNIO , PAULO, SEBASTIÃO, PEDRO, JOSÉ,
JOÃO , MANUEL e tantos outros nomes
portugueses...

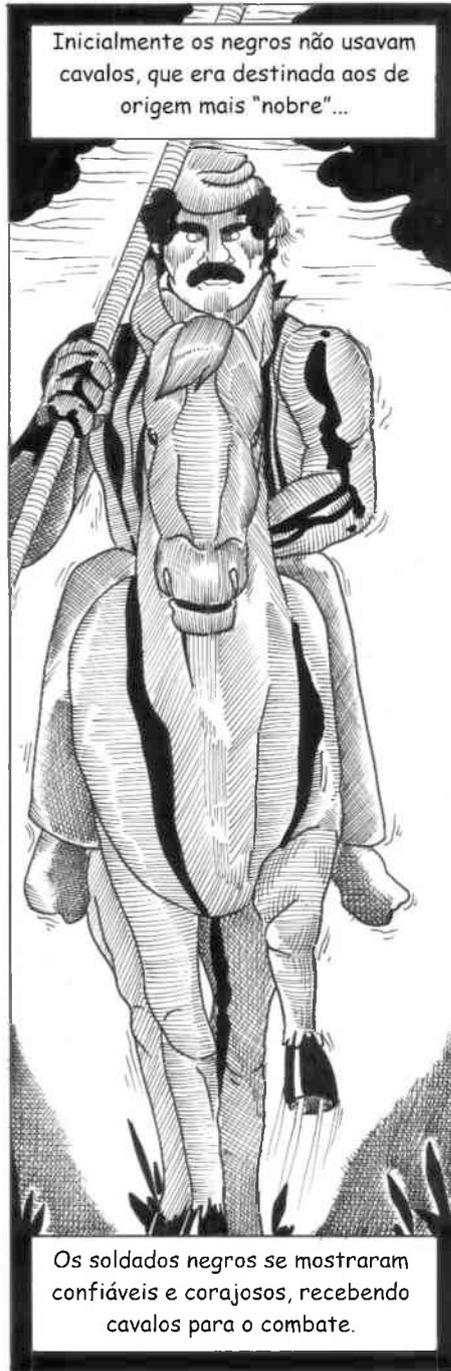
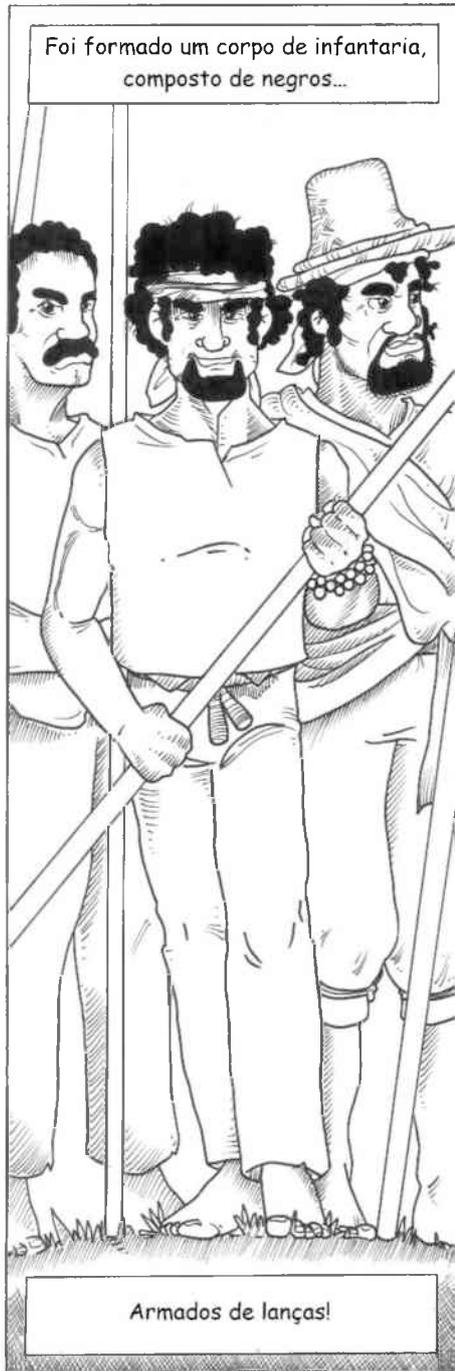
Assim eram renomeados ou batizados os
negros de origem africana ao
desembarcarem no Brasil colônia.

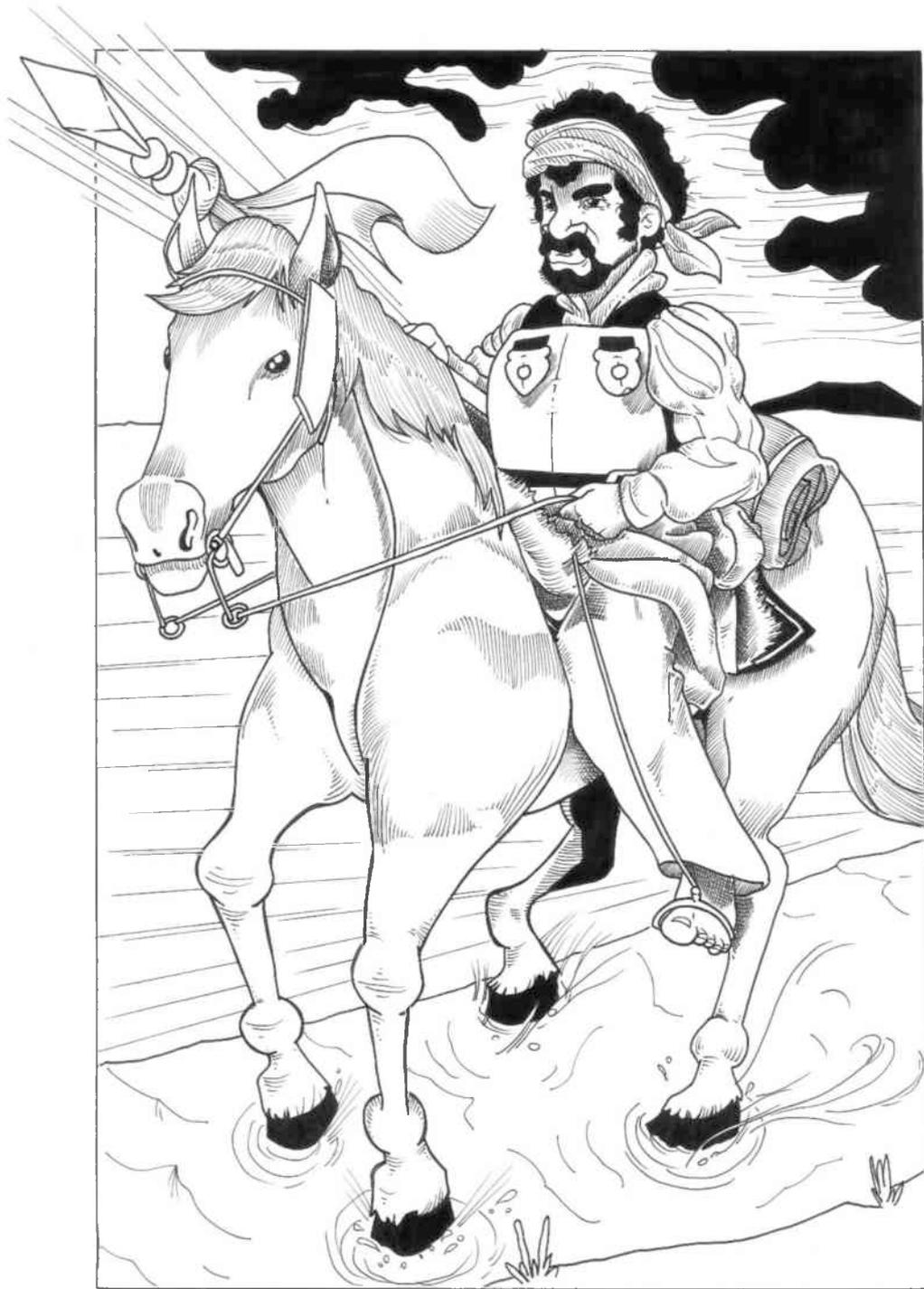
Alguns ainda recebiam uma indicação de
sua origem, sendo chamados de
Francisco Cabinda, Antônio Angola ou
da Angola, remetendo aos territórios
de onde saíram, mas também na língua
portuguesa.

De suas origens africanas,
apenas a cor da pele e as
histórias que os mais velhos
contavam... na pele e na
memória estavam os traços
da África!













Uma proposta para alcançar a paz foi escrita pelo Barão de Caxias, líder do exército imperial na luta contra o exército revoltoso da República Rio-grandense. A proposta afirmava diversas benesses.

Art. 1° - Fica nomeado Presidente da Província o indivíduo que for indicado pelos republicanos.

Art. 2° - Pleno e inteiro esquecimento de todos os atos praticados pelo republicanos durante a luta, sem ser, em nenhum caso, permitida a instauração a processos contra eles, nem mesmo para reivindicação de interesses privados.

Art. 3° - Dar-se-á pronta liberdade a todos os prisioneiros e serão estes, às custa do Governo Imperial, transportados ao seio de suas famílias, inclusive os que estejam como praça no Exército ou na Armada.

Art. 4° - Fica garantida a Dívida Pública, segundo o quadro que dela se apresenta, em um prazo preventório.

Art. 5° - Serão revalidados os atos civis das autoridades republicanas, sempre que nestes se observem as leis vigentes.

Art. 6° - Serão revalidados os atos do Vigário Apostólico.

Art. 7° - Está garantida pelo Governo Imperial a liberdade dos escravos que tenham servido nas fileiras republicanas, ou nelas existam.

Art. 8° - Os oficiais republicanos não serão constrangidos a serviço militar algum; e quando, espontaneamente, queiram servir, serão admitidos em seus postos.

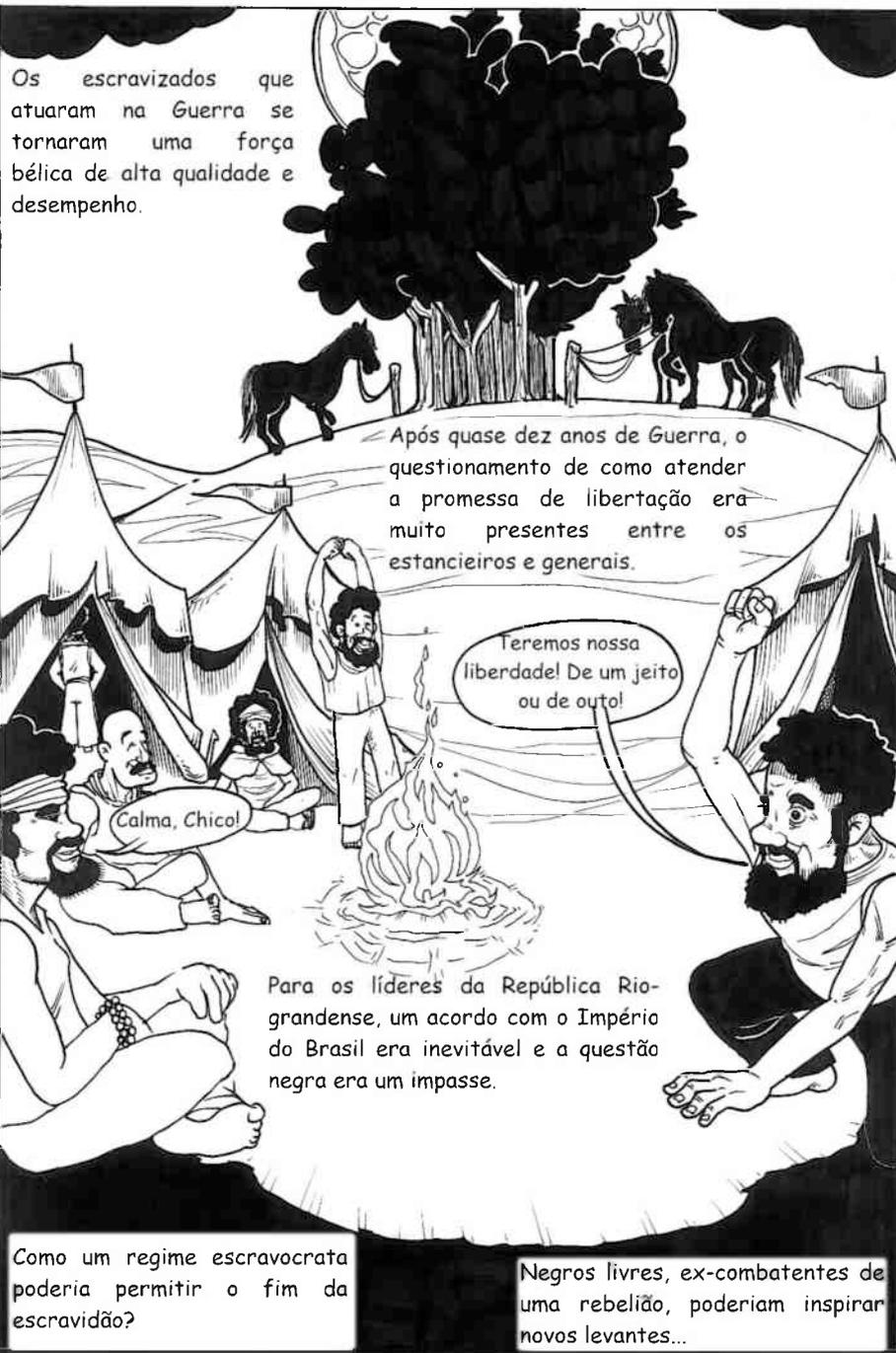
Art. 9° - Os soldados republicanos ficam dispensados do recrutamento.

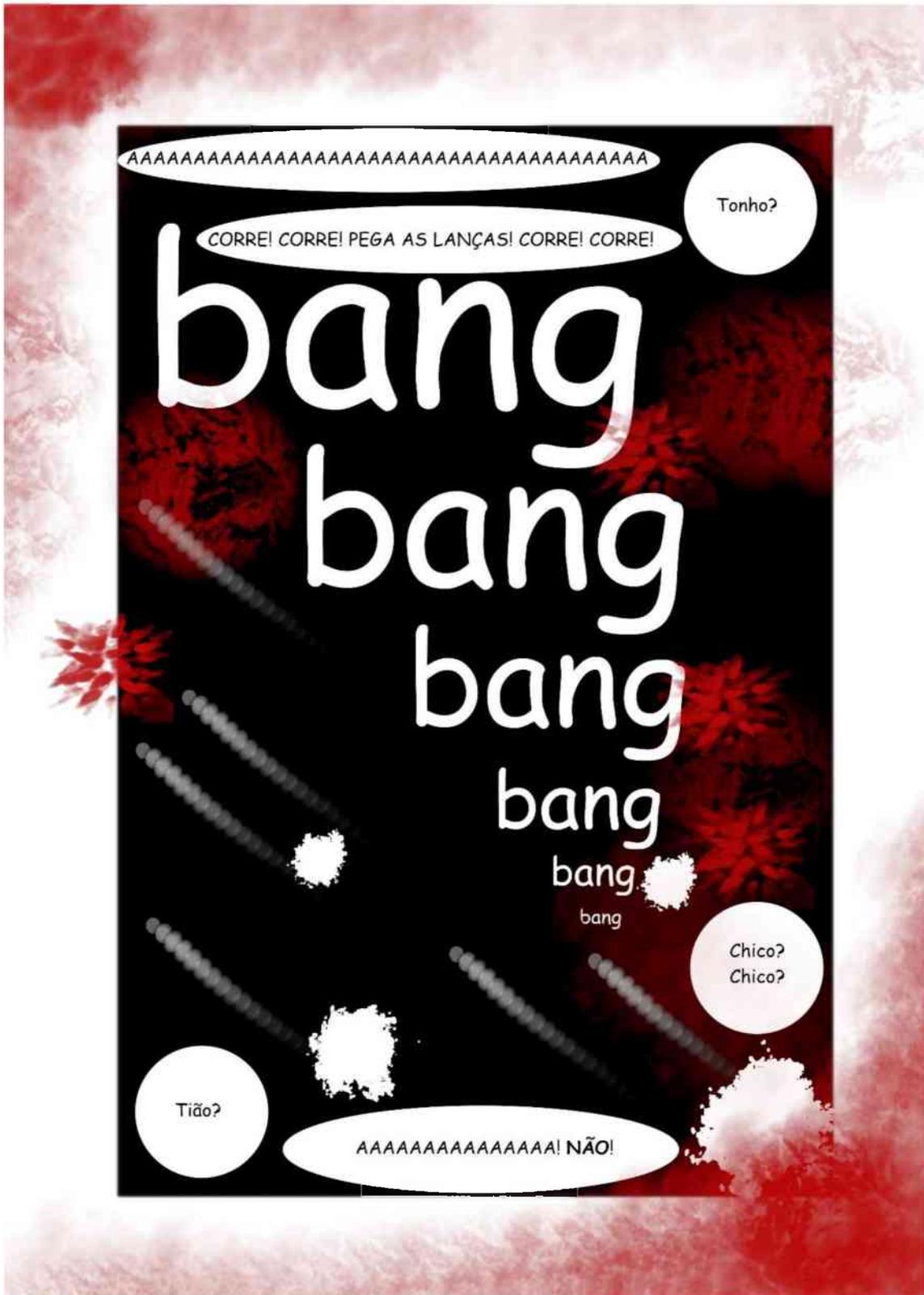
Art. 10° - Só os Generais deixam de ser admitidos em seus postos, porém, em tudo mais, gozarão da imunidade concedida aos oficiais.

Art. 11° - O direito de propriedade é garantido em toda plenitude.

Art. 12° - Ficam perdoados os desertores do Exército Imperial.

Dentre os artigos, em especial, cabe explicar que o artigo 7 não foi atendido e que os negros que sobreviveram após o final da Guerra de Farrapos foram levados para a Capital do Império do Brasil para serem destinados a escravidão e não foi garantida para eles a condição de liberto como se afirma na proposta.



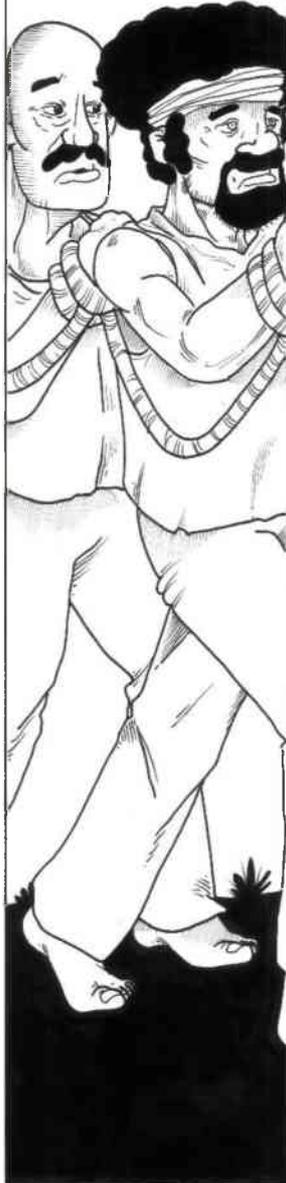




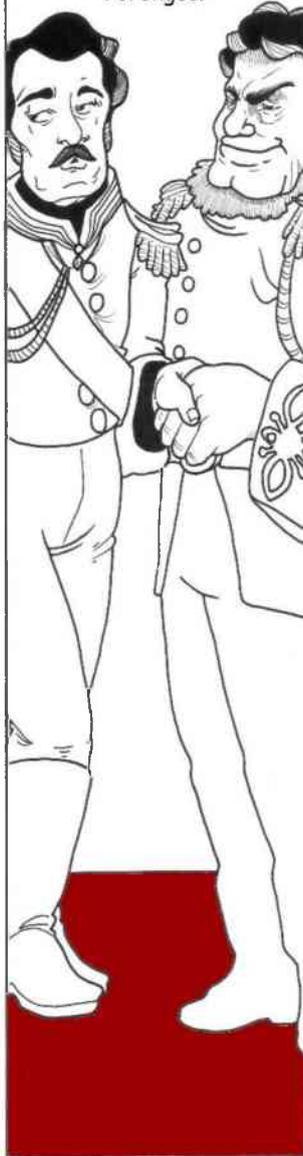
Francisco, chamado de Chico, ficou livre* no ataque em Porongos...



Muitos tiveram o mesmo fim que Chico e os que sobreviveram foram levados para o Rio de Janeiro, na condição de escravizados.



Um tratado de paz encerrou tudo, a Paz de Poncho, assinado depois de alguns meses da Traição no Cerro de Porongos!



* A condição de livre era praticamente impossível de ser alcançada por um indivíduo negro, estando apenas alcançável a condição de liberto.

Palavras ao professor: como utilizar esse material?

Quando idealizamos esse material a intenção era de trabalhar paralelamente ao uso de outras histórias em quadrinhos, como a Guerra de Farrapos de Flavio Colin e Tabajara Ruas, além de já ter apresentado aos estudantes o conteúdo das Revoltas Regências para que os estudantes tenham embasamento da temática abordada.

Ao utilizar de histórias em quadrinhos em sala de aula é necessário ter em mente que os objetivos alcançados por essa linguagem podem ser variados, mas no contexto do ensino de História vamos proporcionar aos estudantes uma relação com o conteúdo escrito trabalhado e com as imagens que são analisadas, resultando em maior compreensão do que é trabalhado nas aulas.

Optando pela linguagem da narrativa gráfica nas aulas de História podemos desenvolver aulas conforme algumas sugestões:

- Propor aos estudantes, ao término da leitura da história em quadrinhos, um debate quanto ao que foi apresentado e o que está apresentado no livro didático, buscando refletir sobre os motivos que levaram a escolha de não aprofundar sobre a participação negra na Guerra de Farrapos no material didático;
- Realizar uma leitura comparativa, buscando relacionar o que está apresentado no livro didático nas representações imagéticas dos indivíduos negros e como a história em quadrinhos os representou;
- Indicar os estudantes que elaborem, após leitura e debate sobre o tema, um fanzine que possa aprofundar alguns acontecimentos que foram apresentados no material, mas que não foram aprofundados (as charquearias, os combates ou o que esperavam os indivíduos quando obtivessem a libertação).

Podemos propor que mais do que identificar a lacuna do negro no registro imagético e historiográfico do conflito em questão, nossa pesquisa buscou indicar que o mesmo pode ter acontecido com diversos outros negros que participaram de outros acontecimentos históricos e que os estudantes, além de qualquer outro que venha a ter contato com o material projetado, possa pensar sobre o lugar do negro na História do Brasil, na sociedade brasileira, na cultura brasileira e na vida brasileira. O lugar do negro é todo lugar que ele ocupe, mesmo que tenha sido desapropriado por outros indivíduos ao longo do tempo.

Extras

Todas as ilustrações que representam negros apresentadas no decorrer da história em quadrinhos tiveram como base a análise de pinturas de época e, em especial, do quadro *Lancero de la época de Rivera*, de autoria de Juan Manuel Blanes. As demais imagens tem como livre inspiração quadros que retrataram os personagens brancos dessa narrativa.

O conflito ocorreu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, atual Rio Grande do Sul com alterações em seus limites, com ideais que manifestaram interesse no desenvolvimento de uma República, proclamada em 20 de setembro de 1835 e que durou até 01 de março de 1845, mudando sua capital conforme o conflito se desenrolou, além de alterar seus limites conforme o exército do Império do Brasil avançava ou recuava.

Durante os, aproximadamente, dez anos do conflito alguns acontecimentos acabaram recebendo tom de grandeza e de misticismo, como por exemplo a travessia dos lanchões (barcos de grande porte) pela liderança de Giuseppe Garibaldi.

Além da figura de Garibaldi destacada na História do Brasil, Bento Gonçalves da Silva também aparece com grande destaque nos livros didáticos, como se a História do conflito estivesse resumida na imagem desses personagens, sem aprofundar muito na temática e em especial na presença negra durante essa guerra.



Figura 33 – Obra a Expedição à Laguna, de Lucílio de Albuquerque, datada de 1916.



Figura 34 – Foto de Seival, um dos lanchões utilizados por Garibaldi, sem autoria registrada.

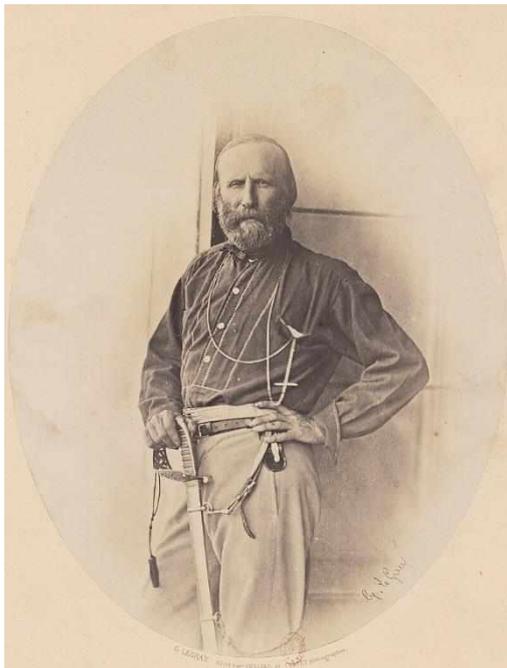


Figura 35 – Giuseppe Garibaldi, à esquerda, e Bento Gonçalves, à direita.



Figura 35 – Retrato de David Canabarro.

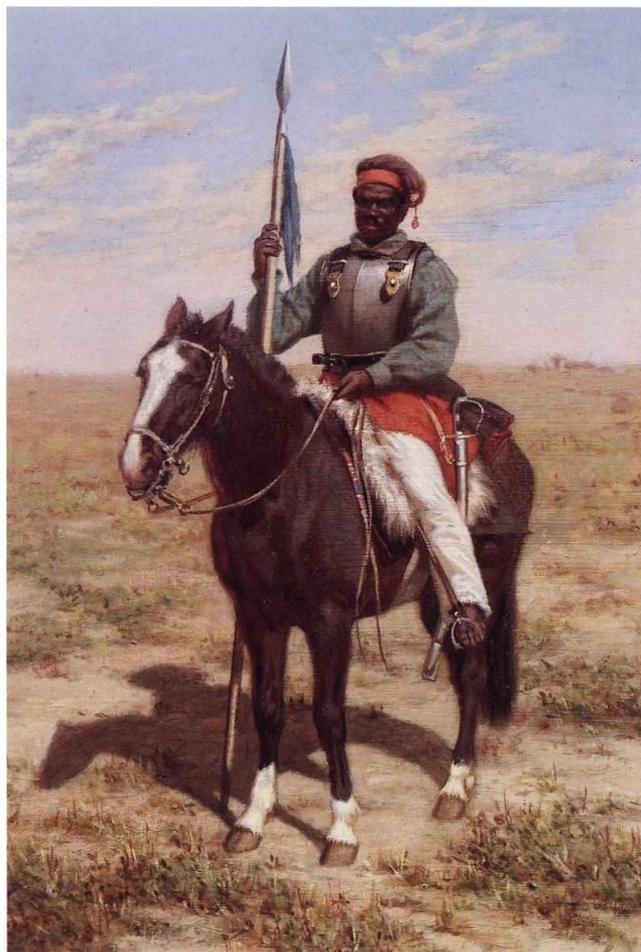


Figura 36 – Obra Lancero de la época de Rivera, de Juan Manuel Blanes, datada de meados de 1860. A imagem serviu de modelo para desenvolver os desenhos dos negros.

3

Rio-grandenses!

He sem duvida para mim, de inexplicavel praser, e ter de annunciar-vos, que a guerra civil, que por mais de nove annos devastou esta bella Provincia, esta terminada!

Os irmaos contra quem combatiamos, estaõ hoje congratulados com nosco, e ja obedecem ao legitimo Governo do Imperio Brasileiro.

Sua Magestade o Imperador, Ordenou, por Decreto de 18 de Dezembro de 1844, o esquecimento do passado, e mui positivamente recommenda no mesmo Decreto, q de taes Brasileiros, nao sejaõ judicialmente, nem por qualquer outra maneira perseguidos, ou inquietados pelos actos que tenham sido praticados durante o tempo da revolucao. Esta e a unanimissima Deliberacao da Monarchia Brasileira, ha de ser religiosamente cumprida; eu o prometto sob minha palavra de honra.

Humã so vontade nos una Rio-grandenses! O baldico eterno a quem se dar recordar-se das nossas discrepancias passadas. Uniao e tranquillidade, seja de hoje em diante nossa Divizaõ.

Viva a Religiao.

Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil.

Viva a Integridade do Imperio.

Quartel General da Presidencia e do Commando em Chefe do Exercito no Campo de Alevante de S. Manoel, margem direita do S. Antonio, 1.º de Março de 1845.

Barão de Caxias

Figura 37 – Folha redigida e assinada pelo Barão de Caxias, identificando o fim da Guerra de Farrapos.



Figura 38 – “Inferno dos negros”: em razão da forma extremamente rude com que tratavam os escravos. Aquarela sobre papel (15,3 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret, 1823. Domínio público, Museu Castro Maya. Imagem serviu de base para desenvolver o traço dos negros.

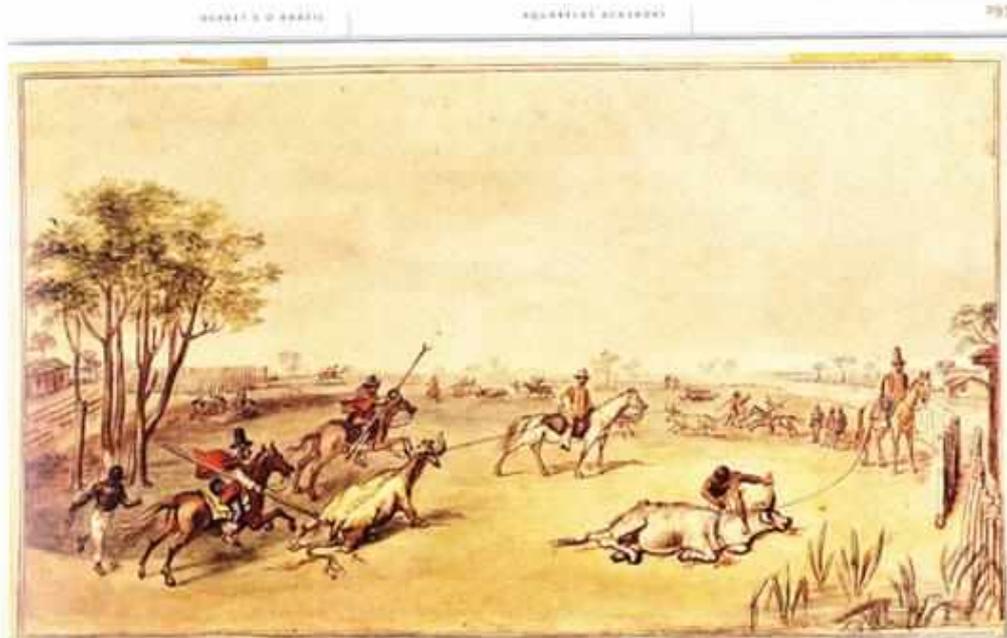


Figura 39 – Charqueada do Brasil, aquarela sobre papel (15,3 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret, 1827. Domínio público, Museu Castro Maya. Imagem serviu de base para a ilustração da charquearia.



Figura 40 – negro conduzindo tropas no rio grande do sul Aquarela sobre papel de Jean-Baptiste Debret. Domínio público, Museu Castro Maya. Imagem serviu de base para desenvolver o desenho dos negros.



Figura 41 – Litogravura que representa uma charquearia, elaborada por Debret. Serviu de base para a ilustração da charquearia.

FONTES:

investigacion.blanes@imm.gub.uy. Buchelli, E. P. Información de pintura de Blanes.
Mensagem recebida por e-mail em 06 set. 2023.

museorisorgimento@comune.bologna.it. Gavelli, M. Richiesta di aiuto per informazioni
sull'immagine. Mensagem recebida por e-mail em 01 ago. 2023.

RUAS, T. COLIN, F. **Guerra de Farrapos**. 1º.ed. Rio Grande do Sul: LP&M Editores,
1985.

RUAS, T. COLIN, F. **Guerra de Farrapos**. 1º.ed. São Paulo: Comix Zone, 2022.

D'SALETE, M. **Angola Janga**, 1º. ed. São Paulo: Veneta, 2017.

HERGÉ, **Tintim no Congo**, 1º. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Martha e VIANA, Larissa. Lutas políticas, relações raciais e afirmações culturais no pós-abolição: os Estados Unidos em foco. IN AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald (orgs) *História das Américas: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p.180.

BORUCKI, A. From Shipmates to Soldiers: Emerging Black Identities in Montevideo, 1770-1850. Dissertação. Emory University, Atlanta, EUA, 2011. Disponível em: <https://etd.library.emory.edu/concern/etds/8s45q898m?locale=fr>. Acesso em: 22 mai. 2023.

BRAUDEL, F. Escritos sobre a História. 2ªed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BERNARDINO-COSTA, J. MALDONADO-TORRES, N. Grosfoguel, R. (Org.) Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BERNARDINO-COSTA, J. GROSGOQUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 01 de nov. 2022. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100002>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> . Acesso em: 01 de maio de 2023.

CAIMI, F. E. O que precisa saber um professor de história?. História & Ensino, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 105–124, 2015. DOI: 10.5433/2238-3018.2015v21n2p105. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23853>. Acesso em: 29 jun. 2023. doi: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2015v21n2p105>

CHINEN, N. **O negro nas Histórias em quadrinhos**, 1º. ed. São Paulo: Pierópolis, 2019. doi: <https://doi.org/10.11606/2316-9877.2017.v.6i1-2e149164>

CARDOSO, L. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco antiracista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud** , [S. l.], v. 8, n. 1, p. 607–630, 2010. Disponível em:

<https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/70> . Acesso em: 22 mar. 2023.

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, [S. l.], v. 14, n. 26, 2010. Disponível em:

<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2558> . Acesso em: 06 de jun. 2023.

CARNEIRO, L. L. C. SANTOS, J. A. dos. SILVA, G. F. **RS negro [recurso eletrônico] : cartografias sobre a produção do conhecimento** / organizadores Gilberto Ferreira da Silva, José Antônio dos Santos. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2008.

CARRION, R. K. M. Guerra de Farrapos, a mais longa revolta republicana enfrentada pelo Império do Brasil. **Revista Princípios – teoria, política e cultura**, v. 41, n.164, mai./ago. 2022. Disponível em:

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/issue/view/7>. Acesso em 23 de mar. 2023. doi: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.164.008>

CEREZER, O. M. MENDES, L. C. C. Ribeiro, R. R. (Org.) **Diversidade Étnico-Racial e as Tramas da Escrita Historiografia, Memória e Ensino de História: afro-brasileira na contemporaneidade**. Editora Appris, Curitiba, 1ª edição, 2020. Ebook

CHALHOUB, S. SILVA, F. T. da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: Escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 80**. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=91830>. Acesso em: 06 de jun. 2023.

CHALHOUB e SILVA, 2009 apud COUTY, L. **A escravidão no Brasil**. [1881]
Tradução de Maria Helena Rouanet. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa,
1988

DE OLIVEIRA, L. da C.; SILVEIRA, E. Ávila. História, imagens e gaúchos: usos,
desusos e possibilidades em sala de aula. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 6, n. 12, p.
77–97, 2017. DOI: 10.20949/rhhj.v6i12.369. Disponível em:
<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/369>. Acesso em: 23 jul. 2023.
doi: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i12.369>

DE OLIVEIRA, L. da C. **Da Imagem nascente à imagem consagrada**: A construção
da imagem do gaúcho pelos pincéis de Cesáreo Bernaldo de Quirós, Pedro Figari e
Pedro Weingartner. Orientador: Maria Lúcia Bastos Kern. 2017. Tese (Doutorado) –
Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2017. Disponível
em: <https://hdl.handle.net/10923/10947> . Acesso em: 12 jul. 2023

DOMINGUES, P. Fios de Ariadne: O protagonismo negro no pós-abolição. **Revista
Anos 90**, Porto Alegre/RS, v. 16, n. 30, p. 215-250, dez/2009: Dossiê Antiguidade no
Brasil contemporâneo. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/18932>.
Acesso em 01 de mar de 2023. doi: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.18932>

FARIAS, M. SILVA, M. L. Da. OCARIZ, M. C. NETO, A. S. (Org.). **VIOLÊNCIA E
SOCIEDADE**: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo
brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018.

FLORENTINO, M. GÓES, J. R. **A PAZ DAS SENZALAS**: Famílias escravas e tráfico
atlântico, Rio de Janeiro, C. 1790 – C. 1850. 1ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

FLORES, M. **Negros Na Revolução Farroupilha - Traição Em Porongos e Farsa Em
Ponche**. EST Escola Superior de Teologia RS, 1º edição, 2004.

FLORES, M. **Negros na Revolução Farroupilha**. 2. ed. Porto Alegre/RS: Edições
EST, 2010.

FOCHESATTO, C. M. de. Os retratos de Juan Manuel Blanes: Algumas considerações. ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año IX – Julio - Diciembre 2017 - Nº 18 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7097665>. Acesso em: 23 jul. 2023.

FRACCARO, G. Valério, M. E. Ribeiro, R. R. O NEGRO EM FOLHAS BRANCAS: **Ensaio sobre as Imagens do Negro nos Livros Didáticos de História do Brasil (Últimas Décadas do Século XX)**. Editora Appris; Curitiba, 1ª edição, 2020. Ebook

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 55 edição. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREITAS, L. F. R. de; Silveira, R. M. H. Lições de gauchismo presentes em livros didáticos. *Cadernos de Educação* | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [34]: 167 - 182, setembro/dezembro 2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1640>. Acesso em: 01 de maio de 2023. doi: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i34.1640>

FTD sistema de ensino: ensino fundamental: anos finais 8º. ano. – 1. ed. – São Paulo: FTD, 2020.

HASSE, G. KOLLING, G. **Lanceiros Negros**. 2º.ed. Rio Grande do Sul: Já Editores, 2006. Ebook.

HUYSSSEN, A. **Resistência à memória**: usos e abusos do esquecimento público. In: Huyssen, A. Culturas do passado-presente – modernismos, artes visuais, políticas da memória. 1. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 2014 – p. 155-176.

LIMA, D. M. X. de. História em quadrinhos e ensino de História. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 6, n. 11, p. 147–171, 2017. DOI: 10.20949/rhhj.v6i11.332. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/332>. Acesso em: 27 jun. 2023. doi: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v6i11.332>

MALERBA, J. / ROJAS, C. A. **Historiografia Contemporânea em Perspectiva**

Crítica. 1. ed. Caxias do Sul/RS: EDUSC, 2007.

MAUAD, Ana Maria. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 61, n. 2, dez. 2014. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/39008>>. Acesso em: 05 ago. 2023. doi: <<http://dx.doi.org/10.5380/his.v61i2.39008>>

MENEZES, U. T. B DE. . A fotografia como documento - Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. **Tempo**. Rio de Janeiro, no. 14. pp. 131-151. jan. 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237025443>. Acesso em: 05 ago. 2023.

MENESES, U. T. B. DE. . Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 11–36, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 05 ago. 2023. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>

MOLINA, A. H. Ensino de História e imagens: possibilidades de pesquisa. **Domínios da Imagem**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 15–29, 2014. DOI: 10.5433/2237-9126.2007v1n1p15. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/dominiosdaimagem/article/view/19265>. Acesso em: 30 jun. 2023. doi: <https://doi.org/10.5433/2237-9126.2007v1n1p15>

MOYA, Á. De (Org.). **Shazam!**. Coleção Debates. 3ªed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. **Senzala Insurgente**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

PEREIRA, A. A. (Org.). **Narrativas de (re)existência: Antirracismo, História e educação**. 1. ed. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2021. doi: <https://doi.org/10.7476/9788526815360.0004>

PESAVENTO, S. J. **Revolução Farroupilha**. Coleção Tudo é História. n. 101. 3ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

PICOLI, B. A. História e fotografia: algumas considerações. **Visão Global** on line, v. Ed., p. 73-83, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/1121>. Acesso em: 23 jun. 2023.

PROST, A. Como a história faz o historiador?. **Anos 90**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 7–22, 2000. DOI: 10.22456/1983-201X.6792. p. 10. Disponível em:
 <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6792>> . Acesso em: 11 jul. 2022
 doi: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6792>

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. In: Quijano, A. **A colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas Latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005 - p. 117-142.

SALAINI, C. J. Nossos heróis não morreram: Um estudo antropológico sobre as formas de “ser negro” e de “ser gaúcho”. 2006. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/7636>. Acesso em: 24 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. **Currículo Paulista**, SEDUC/Undime SP. São Paulo: SEDUC/SP, 2019. Disponível:
<https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2019/09/curriculo-paulista-26-07.pdf> . Acesso em: 01 de maio de 2023.

Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Gaúcho: Humanas**. Porto Alegre: SEE,2023. RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:
<https://educacao.rs.gov.br/gestao-pedagogica>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

Secretaria de Estado da Educação. Matriz de Referência para o ano letivo de 2023. Porto Alegre: SEE,2023. RIO GRANDE DO SUL. Disponível em:
<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202302/17162503-matrizes-de-referencia-2023.pdf>. Acesso em: 01 maio 2023.

SILVA, J. M. da. História Regional da Infância. L&PM Editores, 1ª edição. 2010.
Ebook

SILVA, R. de J. Imagens da construção de um ideal? A pintura de Angelo Agostini (1885 – 1909). ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em:
https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_1ee26c6bc6a08a5c1629d20ad64d522f.pdf. Acesso em: 24 jul. 2023

SOUZA, J. E. de. Notas de Pesquisa: A Batalha de Porongos no Contexto da Guerra de Farrapos (1844). **Revista Expedições**, Morrinhos/GO, v.9, n.3 mai./ago. 2018.
Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/7457

TRAPP, R. P. HISTÓRIA, RAÇA E SOCIEDADE: notas sobre descolonização e historiografia brasileira in **Revista de Teoria da História** — Volume 22, Número 02, p. 52-77. Dezembro de 2019. Universidade Federal de Goiás — ISSN: 2175 – 5892.
Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/59414>. Acesso em: 08 de maio de 2023.

VILELA, Marco Túlio Rodrigues **A utilização dos quadrinhos no ensino de História: avanços, desafios e limites. Dissertação** (Mestrado em educação) - Faculdade de Humanidades e Direito da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, p. 318, 2012.

VERGUEIRO, W. (Org). **Como usar histórias em quadrinhos na sala de aula**, 4º.ed, São Paulo: Contexto, 2004.